

# Caravana Comunidade Segura 2008

PROGRAMA DE SEGURANÇA HUMANA



## SEGURANÇA PÚBLICA

# Cidadã

Realização:



Apoio:



Church of Sweden



www.icco.nl

KERK IN  
ACTIE



PRONASCI  
PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

Ministério  
da Justiça



## REALIZAÇÃO

### **Equipe Caravana Comunidade Segura**

*André Porto* – Coordenação – andre@vivario.org.br

*Gabriela Dutra* – Estagiária – gdutra@vivario.org.br

### **Equipe PSH – Programa de Segurança Humana**

*Daniel Luz*

Coordenação do PSH – dluz@vivario.org.br

*Rangel Bandeira*

Controle de Armas e Munições – rangel@vivario.org.br

*Vanessa Cortes*

Ações de Segurança Pública – vanessacortes@vivario.org.br

*Clarissa Huguet*

Crianças e Jovens em Violência Armada Organizada – clarissa@vivario.org.br

*Gabriela Pinheiro*

Política de Drogas – gpinheiro@vivario.org.br

*Brígida Renoldi*

Política de Drogas – brigida@vivario.org.br

*Shelley de Botton*

Portal Comunidade Segura – shelley@vivario.org.br

### **Colaboração**

Associação Palas Atena

Instituto Sou da Paz

SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública

SPDCA – Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente

Programação visual e produção gráfica da Cartilha

*Imagem & Texto*

Foto de capa

*André Porto*

Fotos internas

*Deise Lane, Fábio Caffé, Rodrigues Moura e Walter Mesquita* (Viva Favela)

### **A Caravana Comunidade Segura**

é uma realização do Programa de Segurança Humana / Viva Rio com o apoio da Fundação Konrad Adenauer, da Igreja da Suécia, ICCO & Kerk in Actie e SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública

### **Instituições Parceiras**

Rede Desarma Brasil, Instituto Sou da Paz, CNBB, CBJP, CONIC, CLAI, Visão Mundial, CESE, FEB, URI e Associação Palas Atena.

# ÍNDICE

Introdução .....	5
Cultura de Paz .....	8
Controle de Armas e Munições .....	15
Desenvolvimento Institucional das Polícias .....	36
Juventude e Violência Armada Organizada .....	53
Política de Drogas .....	68
Quadros de Indicadores e Mapeamento .....	70
Pronasci e Conferencia Nacional de Segurança Pública .....	79
Declaração de Genebra .....	86
Portais .....	88
A Rede Desarma Brasil .....	91

**A CARAVANA 2008 E  
ESSA CARTILHA SÃO DEDICADAS  
ÀS FUTURAS GERAÇÕES.**



# INTRODUÇÃO

## O que é a Caravana Comunidade Segura

A Caravana Comunidade Segura é um projeto coordenado pelo Programa de Segurança Humana do Viva Rio em articulação com a Rede Desarma Brasil, que desde 2005 percorre anualmente o Brasil promovendo a qualificação do debate sobre segurança pública em seus vários aspectos e facilitando a aproximação entre os principais atores públicos e sociais responsáveis e comprometidos com o tema.

Em sua primeira volta, a Caravana esteve em 23 estados organizando a campanha de coleta de armas em igrejas. Na segunda, apoiou em 15 estados a organização da campanha pelo SIM no Referendo sobre o comércio de armas e munições. Na terceira, abordou o tema da reforma e desenvolvimento das polícias em 12 estados. E na quarta, tratou do tema “o impacto da violência sobre crianças e jovens” em 11 estados. Sua periodicidade proporciona o aprofundamento das relações institucionais e as possibilidades de parcerias continuadas.

A Caravana qualifica o debate e chama a atenção da mídia e do grande público não somente para assuntos difíceis como violência armada, reforma policial e juventude em violência armada, mas também para a importância da participação e controle social pelas instituições civis e cidadãos. Assim, o foco da Caravana é desencadear processos continuados que aprofundem a democracia participativa e a construção da paz. Em 2007, foi concluído um ciclo no qual os três temas centrais da agenda do Programa de Segurança Humana (Armas, Polícia e Juventude) foram desenvolvidos e desdobrados. Nestes anos acumulou-se um conhecimento sobre a experiência nacional do uso dos mecanismos e instrumentos sociais em prol de uma segurança cidadã, levando a uma

percepção sistêmica da questão e dos principais êxitos e problemas recorrentes. Veja os dossiês de boas práticas e políticas públicas em:

<http://www.comunidadessegura.org/?q=pt/node/36023> (juventude e violência - 2007)

<http://www.comunidadessegura.org/?q=pt/node/30030> (desenvolvimento das polícias - 2006)

A Caravana Comunidade Segura conta com o apoio da Fundação Konrad Adenauer, Igreja da Suécia, ICCO – Kerkie in Actie e SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública / Ministério da Justiça.

## O que é esta Cartilha?

Dúvida não há de que a crise da Segurança Pública é um problema de toda a sociedade brasileira. Há alguns anos nos demos conta de que as mobilizações da sociedade civil têm sido um aporte fundamental para a qualificação do debate e para a formulação e implementação de práticas inovadoras neste terreno pantanoso. As ONGs e universidades vêm tendo um papel de destaque arejando esse debate e colaborando na proposição de políticas públicas cujo marco principal foi a elaboração do Estatuto do Desarmamento, sancionado em 2003. A colaboração de ONGs, igrejas e redes religiosas, juntamente com outros atores da sociedade civil – como as entidades profissionais, os movimentos sociais e as organizações comunitárias –, nas mobilizações, campanhas e debates tem permitido alcançar um novo nível de compromisso com políticas de segurança pública integradas e participativas.

Esta Cartilha é resultado do esforço de continuar debatendo e envolvendo toda a sociedade na agenda da Segurança Pública. Em muitas dimensões desta agenda temos dado significativos passos, como veremos em alguns capítulos. Em outras, caminhamos lentamente e, por isso mesmo, a questão da violência continua a nos preocupar e demandar nossa maior atenção.

Nosso objetivo é tornar este tema mais conhecido entre a sociedade civil e possibilitar maior interlocução com as instituições responsáveis pela segurança pública, controle de armas e munições, políticas para juventude em situação de risco e políticas de drogas, a fim de que elas possam ser aperfeiçoadas e apoiadas pelas redes da sociedade civil organizada.

Essa discussão precisa ser ampliada e a *Caravana Comunidade Segura* está empenhada em capacitar as redes pelo desarmamento, direitos humanos, apoio às crianças e aos jovens, desenvolvimento das polícias e as organizações religiosas articuladas em todo o país em torno da construção da paz, da mediação de conflitos e de ações efetivas por comunidades mais seguras.

O foco é compreender a Segurança Pública em sua complexidade e mapear políticas públicas de excelência e boas práticas de projetos sociais já existentes. Com o amadurecimento do tecido social e sua interlocução com governos, um processo de inteligência coletiva propiciado pela tecnologia da informação poderá demonstrar que é possível um modelo de segurança pública cidadã fundamentada nos direitos humanos.

Assim, esta Cartilha é propositiva na medida em que defende que a sociedade assuma o desafio de participar em diferentes níveis das políticas de segurança pública abrindo canais de diálogo e interação com os agentes públicos. Esperamos que essa Cartilha seja fomentadora de dezenas de iniciativas locais e que contribua para um Brasil mais seguro.

Agradecemos a colaboração das seguintes instituições que contribuíram para a elaboração desta cartilha: Instituto Sou da Paz, Associação Palas Atena, SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública e SPDCA - Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente.

# A Unesco e a Cultura de Paz

Por iniciativa do Diretor Geral da UNESCO, Federico Mayor, a *Cultura de Paz* tornou-se a principal vertente da Organização, aumentando a promoção da não-violência, da tolerância e da solidariedade, e influenciando pessoas de todas as partes do mundo no sentido de engajarem-se em ações inspiradas por esses valores. Na **alvorada** do novo milênio a *Cultura de Paz* está mais ativa do que nunca em seu esforço em fazer do “espírito da paz” uma realidade na vida das pessoas.

Como fortalecer a consciência sobre a importância e urgência da tarefa vital que se faz presente ao final desse século de se promover a transição de uma cultura de guerra para uma cultura da paz? Como encontrar os caminhos e meios para alterar os valores, atitudes, crenças e comportamentos do tempo presente?

Muitas guerras têm sido causadas por questões de identidade cultural visando à destruição do outro; muitos esforços violentos de modernização têm afetado a noção de identidade dos povos; muitas conseqüências cruéis são decorrentes da globalização do intercâmbio cultural e o intercâmbio econômico que levam à desintegração dos valores dos povos. Atualmente, a intolerância tem suscitado sentimentos de exagerado nacionalismo, revivendo diferenças étnicas e religiosas e levando milhões ao refúgio e à perda do “direito de ter direitos”.

Em sua busca pela paz, a UNESCO parte do princípio de que a violência ainda persiste, no entanto, com uma nova face. Apesar de as formas tradicionais de conflito e guerra terem diminuído, os orçamentos para segurança da maioria dos países permanecem elevados, especialmente para o desenvolvimento de armamentos inteligentes de alta tecnologia, enquanto os orçamentos destinados ao desenvolvimento social são constantemente reduzidos. Nas duas últimas décadas, os conflitos internacionais aumentaram, exacerbando as diferenças étnicas e religiosas.

Em face desse inaceitável estado dos fatos, devemos nos mobilizar em favor da paz e da não-violência, as quais devem tornar-se realidade cotidiana para todos.



## O esforço pela paz: uma bandeira frequentemente repetida

Existem algumas datas-chaves no esforço pela paz e pela não-violência: 1899, a Conferência de Haia para a Paz; 1919, a Liga das Nações; 1945, a criação da Organização das Nações Unidas e sua agência especializada para a educação, a ciência, a cultura e as comunicações, UNESCO.

Desde sua criação ao final da Segunda Guerra Mundial, a UNESCO tem agido sempre de acordo com os princípios delineados no preâmbulo de seu Ato Constitutivo: “Uma vez que as guerras começam na mente dos homens, é na mente dos homens que as defesas da paz devem ser construídas”.

Esse Ato Constitutivo foi tão visionário na época quanto é relevante atualmente: é fundado em uma análise acurada dos processos pelos quais a paz e a guerra podem ser alcançadas, e refere-se ao ideal democrático de *“que a paz baseada exclusivamente nos arranjos políticos e econômicos dos governos não seria uma paz que pudesse assegurar o apoio sincero, unânime e duradouro dos povos do mundo, e que a paz, para que perdure, deve, por esse motivo, ser fundada sobre a solidariedade moral e intelectual da humanidade”*.

Mesmo trabalhando em uma variedade de campos de atuação, a missão exclusiva da UNESCO é a construção da paz: “O propósito da Organização é contribuir para a paz e a segurança, promovendo cooperação entre as nações por meio da educação, da ciência e da cultura, visando a favorecer o respeito universal à justiça, ao estado de direito e aos direitos humanos e liberdades fundamentais afirmados aos povos do mundo”. (Artigo 1 do Ato Constitutivo)

No entanto, foi em 1989, alguns meses antes da queda do muro de Berlim, durante o *Congresso Internacional para a Paz na Mente dos Homens*, em Yamassoukro (Costa do Marfim), que, pela primeira vez, a noção de uma “Cultura de Paz” foi expressa. Desde então, essa idéia tornou-se um movimento mundial. Em fevereiro de 1994, durante o primeiro *Fórum Internacional sobre a Cultura de Paz*, realizado em San Salvador (El Salvador), Federico Mayor lançou o debate internacional sobre o estabelecimento de um direito da paz, esboçado na Declaração de Viena (1993), na qual foi afirmado que direitos humanos, democracia e desenvolvimento são interdependentes e reforçam-se mutuamente. Em 1995, os Estados-Membros da UNESCO decidiram que a Organização deveria canalizar todos os seus esforços e energia em direção à Cultura de Paz. Na estrutura da Estratégia de Médio Prazo (1996-2001), um projeto transdisciplinar chamado *“Rumo à Cultura de Paz”* foi estabelecido. No contexto desse projeto, ONGs, associações, coletividades, jovens e adultos, redes de jornalistas, rádios comunitárias e líderes religiosos de todo o mundo trabalhando em favor da paz, da não-violência e da tolerância estão ativamente empenhados em promover a disseminação da Cultura de Paz. Além disso, em 20 de novembro de 1997, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou o ano 2000 o Ano Internacional da Cultura de Paz, sob a coordenação geral da UNESCO.

## Você disse “Cultura de Paz”?

A Cultura de Paz está intrinsecamente relacionada à prevenção e à resolução não-violenta dos conflitos. É uma cultura baseada em tolerância, solidariedade e compartilhamento em base cotidiana, uma cultura que respeita todos os direitos individuais - o princípio do pluralismo, que assegura e sustenta a liberdade de opinião - e que se empenha em prevenir conflitos resolvendo-os em suas fontes, que englobam novas ameaças não-militares para a paz e para a segurança como exclusão, pobreza extrema e degradação ambiental. A Cultura de Paz procura resolver os problemas por meio do diálogo, da negociação e da mediação, de forma a tornar a guerra e a violência inviáveis.

Mas como fazer da Cultura de Paz uma realidade concreta e duradoura? No mundo interativo, tudo é uma questão de conscientização, mobilização, educação, prevenção e informação de todos os níveis sociais em todos os países. A elaboração e o estabelecimento de uma Cultura de Paz requer profunda participação de todos. Cabe aos cidadãos organizarem-se e assumir sua parcela de responsabilidade. Os países devem cooperar, as organizações internacionais devem coordenar suas diferentes ações e as populações devem participar inteiramente no desenvolvimento de suas sociedades.

## Em Direção a um Movimento Mundial

Tolerância, democracia e direitos humanos - em outras palavras, a observância desses direitos e o respeito pelo próximo - são os valores “sagrados” que a UNESCO tem promovido e sustentado, e dos quais pretende, agora, reafirmar as características valiosas, sem perder de vista a especificidade histórica de cada sociedade.

Ao proclamar o ano 2000 o Ano Internacional da Cultura de Paz, e o período de 2001 a 2010 a “*Década Internacional por uma Cultura de Paz e Não-Violência para as Crianças do Mundo*”, a Assembleia Geral das Nações Unidas demonstrou total conformidade com essa prioridade da UNESCO. Na preparação do Ano Internacional da Cultura de Paz, foi lançado em 04 de março de 1999, em Paris, o *Manifesto 2000 por uma Cultura de Paz e Não-Violência*, elaborado por personalidades laureadas com o Prêmio Nobel da Paz conjuntamente com as Nações Unidas e a UNESCO.

O objetivo dessa operação de larga escala é atrair o maior número possível de assinantes por meio do aumento de conscientização e da mobilização da opinião pública em todo o mundo no sentido de lançar e apoiar novas iniciativas e buscar soluções alternativas. O Ano Internacional da Cultura de Paz é uma oportunidade de aumentar a conscientização, bem como encorajar o surgimento de um movimento universal para a promoção da paz, e estabelecer um sistema de rede de informações para conectar os indivíduos com as organizações relevantes.

A Cultura de Paz é uma iniciativa de longo prazo que deve levar em conta os contextos histórico, político, econômico, social e cultural de cada ser humano. É necessário aprendê-la, desenvolvê-la e colocá-la em prática no dia-a-dia familiar, regional ou nacional. É um processo sem fim.

A paz não é um processo passivo: a humanidade deve esforçar-se por ela, promovê-la e administrá-la.

## **Paz em Ação – Principais áreas de ação e parcerias**

Para a UNESCO paz não é meramente ausência de guerra. A Organização, por essa razão, promove esforços em favor da paz, complementando e enfatizando os valores do que já existe. Para atingir seu objetivo organiza fóruns, seminários e conferências para mobilizar mais parceiros.

Desde 1995, quando o primeiro Fórum Internacional para a Cultura de Paz foi realizado em El Salvador, encorajando e apoiando as inexperientes democracias que haviam emergido de prolongados conflitos armados e encorajando o processo de reconciliação nacional, muitos encontros regionais realizados sobre a égide da UNESCO facilitaram o debate coletivo sobre a questão.

Ao mesmo tempo, novos atores vêm sendo mobilizados em favor da Cultura de Paz: membros parlamentares, para o desenvolvimento da democracia; prefeitos, seguindo a criação do Prêmio UNESCO para Cidades para a Paz; “ombudsmen”, na busca de novos métodos para a proteção dos direitos humanos no nível nacional; a mídia do setor público, para fornecer espaço para diálogo e debate; e as forças armadas e os institutos estratégicos, para assegurar a proteção democrática das populações.

### **“Pensar globalmente, agir localmente”**

**Educação**, no sentido mais amplo do termo, é o componente crucial da Cultura de Paz; uma educação que torne cada cidadão sensível ao outro, e que imponha um senso de responsabilidade com respeito aos direitos e liberdades. A educação para todos ao longo de toda a vida, formal e informal, deve ser baseada nos quatro pilares do conhecimento, conforme sugere o relatório *Educação: um tesouro a descobrir* (1996) da Comissão Internacional de Educação para o Século 21, presidida por Jacques Delors: “aprender a conhecer”, “aprender a fazer”, “aprender a viver junto”, e “aprender a ser”.

No entanto, devemos, antes de tudo, intensificar o estabelecimento de um sistema educacional integrado para as questões de paz, direitos humanos e democracia. Para esse fim, a UNESCO lançou várias iniciativas: a criação de cátedras em mais de vinte e cinco países africanos, bem como na Europa, nos Estados Árabes e na América Latina;

pesquisa histórica e troca de conhecimento histórico; revisão de livros didáticos de história e de geografia; produção de diversas publicações e manuais, concepção e distribuição de material didático para sua rede de seis mil escolas Associadas em mais de 150 países; avaliação e fortalecimento das políticas educacionais nacionais sobre as questões de direitos humanos, das pesquisas sobre legislações, e das políticas nacionais e estratégias para a educação superior, programas de treinamento para educadores e profissionais (professores, jornalistas, administradores públicos, forças policiais e militares).

No *Segundo Congresso Mundial sobre Educação Internacional* (Washington, 25 de Julho de 1998), Federico Mayor declarou que “a UNESCO está disposta a estabelecer novas parcerias entre governos e organizações docentes visando a desenvolver formas democráticas de comportamento em sala de aula em todo o mundo: democracia deve traduzir-se por oportunidades iguais em matéria de educação (...)”.

Em consideração à rápida e contínua evolução do mundo da educação, que deve ser um mundo sem barreiras nem fronteiras, é preciso continuar a inovar os programas escolares, tanto em termos de conteúdo quanto em termos de métodos pedagógicos, como foi enfatizado durante o *Fórum Internacional para a Cultura de Paz e Diálogo entre as Civilizações, contra a Cultura da Guerra e da Violência* (Chisinau, Moldova, 16 a 18 de Maio de 1998). Cursos, seminários e conferências gerados especialmente para os problemas da Cultura de Paz deverão ser introduzidos nos currículos educacionais, do nível pré-escolar à educação superior, assim como nos institutos pedagógicos. Em países onde existe conflito ou onde a paz foi recentemente estabelecida, prioridade deve ser dada para a elaboração de programas de treinamento intensivo usando tecnologias áudio-visuais, em especial para grupos analfabetos marginalizados.

**Os Direitos Humanos e a luta contra a discriminação** são forças diretrizes no estabelecimento de uma paz justa e sustentável. De acordo com as decisões da Conferência de Viena (1993), durante a qual a universalidade e a indivisibilidade dos direitos humanos foram reafirmadas, a UNESCO vem trabalhando na disseminação da informação sobre os instrumentos internacionais para a proteção dos direitos humanos bem como de procedimentos (legais e outros) que possibilitam sua promoção. A Organização enfoca, particularmente, grupos marginalizados (como mulheres, crianças deficientes, refugiados, minorias etc.).

Na área da promoção da democracia, o Projeto DEMOS foi criado tendo em conta a idéia de que a prevenção do conflito é a melhor maneira de garantir a segurança e a estabilidade necessárias para o desenvolvimento da democracia. Esse projeto foi iniciado na América Latina e está sendo desenvolvido na África e na Europa.

Em suas áreas de competência, a UNESCO aumenta a conscientização pública das flagrantes violações dos direitos humanos de intelectuais e profissionais, e coleta informações em colaboração com os governos interessados, com organizações inter-governamentais, com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos

e com as ONGs relevantes. Além disso, organiza fóruns sobre a natureza da democracia, uma vez que a democracia apenas pode sobreviver se sustentada por cidadania ativa e consciente. A fim de promover a transição de uma democracia formal para uma democracia ativa em todos os níveis, a UNESCO encoraja o intercâmbio de informações nos níveis regional e sub-regional. No nível universitário, o treinamento é fornecido por meio do Programa UNITWIN e das Cátedras UNESCO para a Democracia.

A luta contra a intolerância é uma batalha contínua e, uma vez que discriminação e intolerância caminham freqüentemente juntas, a Organização adotou a *"Declaração dos Princípios sobre a Tolerância"* em 1995 (o Ano das Nações Unidas para a Tolerância), e criou redes para a promoção da tolerância em várias regiões do mundo.

**Pluralismo cultural** é outra força diretriz para a paz e a solidariedade internacionais. A paz não pressupõe de forma alguma homogeneidade. Na verdade, a paz deveria ser baseada no pluralismo e no desenvolvimento sustentável. De acordo com essa abordagem positiva da diversidade cultural, a sociedade civil (ONGs, círculos econômicos, redes de associações e comunidades) deve agir tendo em mente que cada país e cada sociedade devem planejar suas estratégias de acordo com suas características específicas. Uma nova abordagem é necessária para tratar do impacto da globalização, que desrespeita totalmente os pluralismos econômico e cultural, manifestando-se de maneiras drasticamente diferentes sendo o país rico ou pobre. Esse ponto foi colocado pelo Diretor-Geral da UNESCO, Federico Mayor, e pelo Secretário-Geral da Secretaria da União das Nações Britânicas, Chefe Emeka Anayaoku, na conferência *Rumo a um Pluralismo Construtivo*, ocorrida em Paris em 28 de janeiro de 1999.

A UNESCO tem procurado contribuir para a preservação e o aumento dos valores da diversidade cultural, e tem facilitado o diálogo interétnico e intercultural por meio do estabelecimento de projetos regionais e sub-regionais. Três desses projetos são completamente condizentes com esse objetivo: *"A Rota do Escravo"* tem encorajado o estudo multidisciplinar da história da escravidão; *"Convergência Espiritual e Diálogo Intercultural"*, que reúne os projetos *"Caminhos da Fé"* e *"Rotas Al-Andalus"*, enfatiza o processo de interação entre o judaísmo, o cristianismo e o islamismo, bem como entre a Europa, o Mundo Árabe e a África Sub-saariana; e *"A Estrada de Ferro"* que abrange o papel e o impacto do ferro nas sociedades modernas e tradicionais da África. Além disso, a dinâmica desse diálogo entre culturas e civilizações é compartilhada por muitos programas nacionais para a Cultura de Paz.

Reconciliação, entendimento intercultural e estabelecimento de paz sustentável dependem da mídia. À frente do apoio das Nações Unidas para a imprensa independente e para os serviços de mídia pública, defendendo a liberdade de expressão e o livre fluxo de informações, a UNESCO assiste a todos aqueles que são contrários a uma cultura de guerra e que são vítimas de perseguição. Em maio de 1997, em Puebla (México), a Organização reuniu todos os diretores e editores-chefe da imprensa latino-americana, que publicaram uma declaração na qual eles *"reafirmaram sua adesão a uma sociedade*

na qual seus membros coexistam em paz e denunciem a cultura da guerra em nome da *Cultura de Paz*". Relembrando que *"o principal meio para a livre circulação de idéias é a imprensa independente"*, eles também reafirmaram que *"a realização da harmonia interna no centro das sociedades bem como o entendimento pacífico entre as nações requerem transparência de informação e opinião"*. Outros encontros de representantes da mídia ocorreram em 1998 em Kingston (Jamaica), Tbilisi (Geórgia) e Moscou (Rússia).

No entanto, a livre circulação de idéias na imprensa escrita e na imprensa áudio-visual é minada por forças de mercado que, atualmente, são mais poderosas do que as leis da informação, e levam à concentração da mídia por todo o mundo. Parte da mídia tem a tendência de explorar a violência ao invés de promover o entendimento mútuo. Por isso, é importante reforçar a capacidade para as comunicações, particularmente nos países em desenvolvimento e na maioria dos países que há pouco saíram de situações de conflito.

### **Lia Diskin**

*Associação Palas Atena*

## Histórico

Até 2003, o Brasil era o campeão em números absolutos de mortes por arma de fogo no mundo: 108 mortos por dia, mais de 39 mil mortes por ano. Desde então, em decorrência de uma série de iniciativas, esses números despencaram para 34 mil mortos/ano. A sociedade civil, em especial as ONGs e Igrejas, tiveram papel crucial para a melhoria da situação, através das seguintes ações:

- 1. Estatuto do Desarmamento:** Durante seis anos, lutou-se pela mudança da lei de controle de armas. Produzimos informação, mobilizamos a sociedade, e convencemos 82% dos brasileiros de que era preciso ter uma lei que proibisse o porte de arma de fogo, elevasse a idade mínima para compra de arma de 18 para 25 anos, exigisse testes psicológico e técnico para compra de arma, criasse um setor do governo especializado em controle de armas, promovesse a marcação das armas e munições para permitir seu rastreamento, etc. O Congresso, tradicionalmente sob influência do poderoso *lobby* da indústria de armas e munições (o Brasil é o quinto maior exportador de armas pequenas), curvou-se à pressão popular, e em dezembro de 2003 acabou votando o Estatuto do Desarmamento, uma lei avançada porque vinda da sociedade, que hoje inspira a mudança das leis em diferentes países.
- 2. Destruição de Armas:** De 1999 a 2005, as ONGs colaboraram com diferentes governos estaduais e com o Exército Brasileiro, participando de várias **destruições públicas de armas**, que culminaram com a destruição de 100 mil armas no Rio de Janeiro em 2001, um recorde internacional aplaudido na ONU. É preciso retomar essas destruições.
- 3. Campanha de Desarmamento:** De 2004 a 2005, as ONGs e Igrejas coordenaram, em parceria com o Ministério da Justiça brasileiro, a Campanha Nacional de Entrega Voluntária de Armas, que recolheu meio milhão de armas. Participaram da

campanha 400 igrejas, além da polícia e do Exército. O recolhimento de tantas armas, combinado com a proibição do porte de arma, reduziu drasticamente o número de mortos por arma de fogo no país pela primeira vez.

4. **Referendo:** Em outubro de 2005, realizou-se um referendo sobre a proibição da venda de armas e munições para civis, e novamente as ONGs e Igrejas foram a força mobilizadora da iniciativa, em aliança com políticos comprometidos com o controle de armas. Apesar de ter recebido mais de 36 milhões de votos, a proibição não foi aprovada, mas o país teve a oportunidade de debater, em escala nacional, a dramática situação da segurança pública e a necessidade do maior controle de armas e da modernização da polícia. O debate gerou pressões que levaram o atual governo a priorizar os investimentos em segurança pública, através do **PRONASCI**.
5. **Pesquisa:** O primeiro levantamento sobre as armas brasileiras, e suas vítimas, foi realizado por uma ONG e publicado em 2005. **“Brasil: as Armas e as Vítimas” (Editora 7 Letras, RJ)** revelou que circulam mais de 17 milhões de armas no Brasil, 90% delas nas mãos da sociedade, e 50% delas na ilegalidade, mostrando o impacto da violência armada na saúde pública.
6. **CPI das Armas:** Em 2006, o Parlamento Brasileiro criou uma CPI para investigar o tráfico ilícito de armas. Voluntariamente, ONGs prestaram assessoria técnica à Comissão, que promoveu o primeiro mapeamento do tráfico de armas no país. Foi levantado o perfil de 146 mil armas ilegais e feito o rastreamento de 34 mil armas ilegais. Comprovou-se, por exemplo, que mais de 80% das armas apreendidas na ilegalidade são brasileiras, que 68% das armas apreendidas com o crime organizado do Rio de Janeiro haviam sido vendidas originalmente para comerciantes legais, e 18% haviam sido desviadas da própria polícia e das Forças Armadas. O Relatório da Comissão teve um grande impacto, e está promovendo a mudança nos mecanismos de controle do Estado sobre a circulação de armas.
7. **Comissão Permanente:** Em 2007, por sugestão da Rede Desarma Brasil, o Parlamento criou uma Subcomissão Permanente de Controle de Armas e Munições. Apenas alguns países desenvolvidos contam com órgãos específicos para o controle desses produtos. Atualmente, o levantamento dos canais que abastecem de armas o crime organizado está sendo realizado pela Comissão de Segurança Pública da Câmara, com apoio técnico da Rede Desarma Brasil.
8. **Novas Campanhas:** Atualmente, esta Rede de ONGs vem participando da implementação de duas campanhas nacionais promovidas pelo Ministério da Justiça: **Recadastramento de Armas**, para tirar mais de oito milhões de armas da ilegalidade; e uma nova **Campanha de Entrega Voluntária de Armas**. Para reforçar essas ações, contamos com a **Caravana do Desarmamento**, que percorre o país prestando informações e mobilizando a sociedade.



## Campanhas de Recadastramento e Entrega Voluntária de Armas

Estima-se que existam no Brasil cerca de quatro milhões armas de fogo ilegais pertencentes ao denominado “mercado informal”, isto é, armas que pertencem a “homens de bem” mas que nunca foram registradas; além disso, outros milhões de armas têm o registro desatualizado, isto é, as autoridades não têm certeza se continuam na posse de seu proprietário legal. Portanto, uma imensa quantidade de armas circula no Brasil sem que o Estado possa controlá-las. São as armas preferidas dos bandidos, pois se apreendidas após o seu uso criminal, não podem ser rastreadas. Apenas no ano de 2003, criminosos roubaram de residências 26.908 armas, segundo a Polícia Federal.

Além disso, são estas armas que servem de instrumento para homicídios “interpessoais”, delitos que não têm relação direta com o crime organizado. Desta forma, se prestam ao cometimento de homicídios contra a mulher por parte de parceiros ciumentos ou bêbados, contra aqueles que se embebedam em bares nos finais de semana nas periferias das grandes cidades, são instrumentos das agressões ocorridas em brigas de trânsito e em conflitos de vizinhos, são utilizadas para que se cometa suicídios e são fator freqüente de morte em acidentes com crianças curiosas.

Foi para “enxugar” as armas ilegais do mercado informal, ou as armas legais não desejadas, que realizamos no Brasil, de 2004 a 2005, uma **campanha de entrega voluntária de armas** que recolheu 459 mil armas. Apesar de haver atingido apenas cerca de 10% das armas do mercado informal e legal, a destruição das armas recolhidas, somada à proibição do porte de arma em vias públicas foi suficiente para reduzir em 12% as mortes por arma de fogo no país, se comparamos os índices de 2003 com 2006, segundo o Ministério da Saúde, salvando-se mais de 5 mil vidas. Se levamos em consideração a curva progressiva das mortes por arma de fogo dos últimos anos, a redução terá sido de 18%.

Baseado neste resultado espetacular, que comprovou os benefícios do recolhimento de armas com outras medidas de controle, e atendendo ao apelo de diversas ONGs e das Igrejas, o Ministério da Justiça do Brasil decidiu promover duas medidas em 2008. A primeira, é a **campanha de cadastramento e recadastramento de armas**, para trazer para a legalidade as armas que se encontram em situação irregular. É uma campanha com apoio quase unânime, pois apenas criminosos podem ser contra uma política de legalização das armas, que visa a permitir que, uma vez desviadas, essas armas possam ser rastreadas pelas autoridades públicas. É uma campanha a ser executada pela Polícia Federal, mas que conta com o apoio da sociedade civil organizada. Como ONGs, igrejas e diversas organizações filantrópicas e de direitos humanos tiveram decisiva participação no êxito da anterior campanha de entrega voluntária de armas, o governo convidou essas entidades a participarem ativamente da campanha de recadastramento. O seu foco está sendo convencer o proprietário de uma arma da importância de legalizá-la, para facilitar o trabalho da polícia em caso de roubo ou extravio, informá-lo de que comete um crime ao ter armamento ilegal em casa – passível de dois a quatro anos de prisão no caso de arma de uso permitido a civil, e de três a seis anos de prisão em caso

de arma de uso proibido a civil -, e que deve aproveitar a anistia que acompanha a campanha de recadastramento.

Para motivar e facilitar ainda mais que o proprietário saia de sua casa e recadastre a sua arma, o Congresso brasileiro aprovou a **"medida provisória 417"**, do Executivo, que suspende, até o final do ano, uma série de exigências da nova lei, como pagamento de taxa, e realização de testes psicológico e de manuseio de arma, exigências que voltarão a vigorar quando terminar a campanha.

A aprovação da MP 417, que suspende as mencionadas obrigações, não foi aprovada facilmente no Congresso. O *lobby* que representa a forte indústria de armas e munições do país, aproveitou a oportunidade para, através da MP 417, apresentar emendas, que se aprovadas, acabariam por quebrar os dentes da nova lei, o Estatuto do Desarmamento. Nove deputados, que segundo o STE, juntos receberam R\$ 1.800.000,00 de financiamento por parte das indústrias de armas e munições para suas campanhas eleitorais, tentaram acabar com a proibição do porte de armas, autorizando 25 categorias profissionais a portarem armas. Caso tivessem sido aprovadas essas emendas, os mais de meio milhão de advogados brasileiros, por exemplo, teriam sido autorizados a usar armas em vias públicas. Derrubariam um dispositivo que, junto com a campanha de desarmamento, é responsável pela drástica redução das mortes por arma de fogo. E afrontariam a população, que segundo pesquisa de opinião CNT-Sensus, se manifestou em 63% contrária ao porte de arma.

Em defesa da MP 417, se mobilizou a sociedade civil organizada em torno da Rede Desarma Brasil, que reúne 46 ONGs que lutam pelo controle das armas de fogo, além da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) da Igreja Católica, e do Conselho Nacional das Igrejas Cristãs (CONIC), que congrega as mais importantes igrejas cristãs do país. Pressionando o Congresso Nacional, em apoio aos parlamentares que defendiam sua aprovação, e com suporte do Ministério da Justiça, a MP 417 foi aprovada sem mudanças em 28 de maio pelo Senado Federal.

A segunda medida prevista na MP 417 foi a realização de uma nova campanha de entrega voluntária de armas, que já está em vigor. Esta campanha é necessária porque, continuamente, cidadãos desejam se desfazer de suas armas, seja porque as receberam como herança indesejada, seja porque se conscientizaram de que elas podem representar mais um risco para si e para sua família, que um efetivo instrumento de defesa. Cabe ao Estado incentivar e facilitar a sua entrega às autoridades, para que sejam destruídas e diminuam os estoques sujeitos ao roubo por parte de delinqüentes.

## **Caravana do Desarmamento**

Agora, ambas as campanhas contam com a Caravana Comunidade Segura. Esta Caravana já percorreu grande parte do país, em quatro anos sucessivos, e através dela, ONGs especializadas em segurança pública buscam organizar a sociedade civil

em cada estado, para que produzam informação e atuem nos campos do controle de armas, na reforma da polícia e na redução da violência juvenil. Desta vez, a Caravana irá também mobilizar a sociedade para que participe da **Conferência Nacional de Segurança Pública (1ª Conseg)**, de forma a influir na política do governo de segurança. A Caravana irá a todas as 27 capitais brasileiras, criando as estruturas organizacionais e midiáticas para fortalecer as campanhas de recadastramento de armas e de desarmamento, fortalecendo a parceria entre a sociedade e o Estado no aperfeiçoamento da segurança pública.

## **Rangel Bandeira**

*Viva Rio*

# Controle de Armas e Desarmamento

## Introdução

A violência armada permeia o cotidiano dos brasileiros e ameaça sua segurança. É a principal causa de mortes e ferimentos graves entre os jovens, e mata mais de 34 mil brasileiros por ano, 95 por dia, um a cada 15 minutos.

Buscando reduzir estes números, o Estatuto do Desarmamento, aprovado em 2003, definiu entre outras medidas, a realização da Campanha de Entrega Voluntária de Armas, que aconteceu entre julho de 2004 e outubro de 2005. A campanha tirou quase meio milhão de armas das ruas, foi a segunda maior do mundo e foi um dos fatores responsáveis pela queda nos homicídios por arma de fogo em todo o Brasil.

O que garantiu o sucesso da campanha foi a participação e o engajamento **da sociedade**. A campanha está de volta e mais uma vez, será necessário contar com a participação de todos, divulgando e mobilizando as pessoas a entregarem suas armas e criando postos de coleta em suas comunidades.

Este capítulo relata o aprendizado adquirido durante a primeira Campanha de Entrega Voluntária de Armas, para orientar grupos de todo o Brasil, incluindo sociedade civil e poder público local, sobre como se engajar. Por isso, relatamos passo a passo como montar uma campanha de recolhimento, além de apresentar dicas e lembretes úteis.

Este capítulo está dividido em **três partes**.

- I) **Informações sobre a primeira Campanha de Entrega Voluntária de Armas**, além de argumentos sobre a importância do desarmamento, para embasar o trabalho daqueles que querem se engajar na campanha atual.
- II) **Estruturação da campanha**, com informações básicas sobre como a campanha funciona, as pessoas e órgãos envolvidos e a legislação que a regula.

III) **Como a sociedade civil e o poder público podem participar**, apresentando as frentes de engajamento complementares e necessárias para o sucesso da campanha: a mobilização local e a criação de postos de recolhimento.

Estamos vivendo um momento histórico na luta contra a violência no Brasil. Sabemos que campanhas isoladas não resolverão todos os problemas de segurança pública do país, mas o recolhimento de armas aliado à conscientização, com certeza, é um passo importante para a construção de um país mais seguro!

## **I) Histórico da primeira Campanha de Entrega Voluntária de Armas**

Em dezembro de 2003, o Estatuto do Desarmamento, que apresenta uma série de medidas para regulamentar o comércio e a circulação de armas no país, foi democraticamente aprovado pelo Congresso Nacional, e sancionado pelo Presidente Lula. Imediatamente, várias novidades entraram em vigor, como os requisitos para a compra de uma arma e a proibição do porte de armas para civis.

O Estatuto do Desarmamento também definiu a realização da primeira Campanha de Entrega Voluntária de Armas, onde qualquer pessoa poderia se desfazer de uma arma e receber uma indenização. Em julho de 2004, a Campanha foi lançada, e em cinco dias, a Polícia Federal recebeu 2.200 armas, mostrando o apoio da população.

Com a realização de convênios entre a Polícia Federal, as secretarias estaduais de segurança pública, as prefeituras e a sociedade civil, a campanha ganhou novas dimensões, pois os postos de coleta foram ampliados. Seguindo o modelo de Diadema (primeira cidade a lançar uma campanha junto com a sociedade civil) muitas outras prefeituras e organizações começaram a abrir postos fixos ou itinerantes. Igrejas e associações de bairro, assim como as Polícias Civil e Militar e as Guardas Municipais de várias cidades, passaram a recolher armas.

A sociedade civil criou Comitês pelo Desarmamento, que organizariam as atividades em cada estado. Para se fortalecer, os Comitês se juntaram e formaram a Rede Desarma Brasil – Segurança, Justiça e Paz, que continua ativa e hoje conta com organizações da sociedade civil e entidades do poder público de 25 estados.<sup>1</sup>

A Campanha superou todas as expectativas: recolheu 460 mil armas em 16 meses e foi a segunda maior do mundo, perdendo apenas para a Austrália. Fatores essenciais para o sucesso foram: a anistia (permitindo a qualquer pessoa entregar uma arma mesmo sem registro), o anonimato (permitindo a pessoa entregar uma arma sem se identificar), a indenização (garantindo incentivos financeiros para a entrega) e a inutilização da arma no momento da entrega - em muitos postos as armas recebidas foram marretadas na hora garantindo maior segurança ao postoa certeza de que a arma não mais poderia ser usada, e credibilidade para a Campanha.

**ATENÇÃO:** O fator mais importante para o sucesso da campanha foi a ampla participação da sociedade civil. Esse engajamento ajudou a campanha a ter maior capilaridade e aumentou a confiança da população. A sociedade civil foi responsável por boa parte da divulgação da campanha, conscientizando a população para os riscos de se ter uma arma de fogo e contribuindo para aumentar o número de armas recolhidas.

## **Por que o desarmamento?**

### **1- Porque a arma não protege ninguém**

Uma arma não traz segurança, traz apenas a ilusão de segurança. Usar uma arma de fogo em legítima defesa só dá certo no cinema. Pesquisas mostram que uma pessoa com arma em casa tem 57% mais chance de ser assassinada em um assalto do que quem está desarmado<sup>2</sup>. Isso acontece porque quem ataca tem sempre a iniciativa e conta com o elemento surpresa. A vasta maioria das pessoas não está preparada para usar uma arma em situações de medo e pode disparar incorretamente ou contra um inocente.

### **2- Porque não são só bandidos que matam**

Todos os dias as armas de fogo transformam conflitos banais em tragédias irreversíveis. Uma grande porcentagem dos homicídios no país é cometida por pessoas que acabam tirando a vida umas das outras em situações banais: brigas de trânsito, em bares ou ainda dentro de suas próprias casas. A presença de uma arma pode transformar qualquer cidadão em criminoso. Qualquer um é capaz de perder a cabeça, e com arma ao alcance, transformar-se num assassino.

### **3- Porque controlar as armas legais ajuda na luta contra o crime**

O mercado legal de armas abastece o ilegal. A CPI do Tráfico de Armas, que concluiu seu trabalho no final de 2006, mostrou que 76 % das armas apreendidas no Rio de Janeiro são brasileiras. As armas que mais matam no Brasil são produzidas no país, principalmente os revólveres 38 fabricados pela TAURUS.

As armas compradas legalmente podem cair nas mãos erradas, seja por roubo, perda ou revenda. No Estado de São Paulo, segundo a Secretaria de Segurança Pública, entre 1993 e 2000, foram roubadas, furtadas ou perdidas 100.146 armas (14.306 por ano). No Rio de Janeiro, a cada 5 horas uma arma legal é roubada!

Alguns acham que “bandidos não compram armas em lojas”, mas são as armas compradas em lojas que vão parar na ilegalidade. As investigações da CPI das Armas concluiu que 68% das armas apreendidas na ilegalidade no Rio de Janeiro haviam sido originalmente vendidas pelos fabricantes a 8 lojas de armas do Grande Rio e Niterói. Controlando as armas legais, também diminuímos as armas nas mãos dos criminosos.

2. “Também morre quem atira”, fundação SEADE, Secretária de Segurança Pública de São Paulo, 2001.

#### 4- Porque o desarmamento é necessário para a segurança pública

Algumas pessoas defendem o uso de armas para legítima defesa porque o sistema de segurança pública não estaria funcionando. Para rebater esse argumento, temos que discutir qual é o modelo de sociedade que queremos. Queremos um país que opta pela segurança pública, onde cada um faz sua parte pelo bem comum, ou queremos viver num sistema onde vale o “cada um por si”? Os países que reduziram drasticamente os homicídios por arma de fogo atingiram essa meta, não facilitando a posse de armas para civis, mas reformando e modernizando a sua polícia, a segurança pública, em benefício de todos, e não de uma minoria.

O desarmamento é uma medida não só para reduzir e controlar o número de armas em circulação no país, mas também para alcançar mudanças no comportamento do cidadão em direção a uma segurança menos individualista e mais coletiva. Desarmar-se é uma maneira de expressar o desejo pela segurança coletiva acima do medo.

O desarmamento não é a única solução para o problema da violência, que é multicausal e exige estratégias diversas. Mas é uma medida importante, se levamos em conta que 70% das mortes no Brasil envolvem uma arma de fogo.

Antes de ter uma arma, é melhor que cada um se mobilize, entenda o problema da violência e participe da construção das soluções.

#### 5 - Porque o desarmamento está dando certo!

No primeiro ano de vigência do Estatuto do Desarmamento, o índice nacional de homicídios por armas de fogo caiu 8,2 %. Foi a primeira queda nesse número em 13 anos.<sup>3</sup> Essa queda se manteve chegando a 12% em 2006 e poupando mais de 5.000 vidas. Ao cruzarmos esses dados com o número de armas recolhidas durante a Campanha de Entrega Voluntária de Armas, percebemos que a maioria dos estados que tiveram alto recolhimento de armas e estavam em uma situação pior em termos de incidência de homicídios por arma de fogo antes da campanha, apresentaram as maiores quedas.<sup>4</sup>

## II) Estruturação da campanha

### O que regulamenta a existência e o funcionamento da campanha?

Os **artigos 30 e 32** do Estatuto do Desarmamento, que permitiam a entrega de armas registradas (a qualquer tempo) e não registradas (no período de 180 dias) com direito a indenização, nortearam a primeira campanha de entrega de armas.

3. Vidas Pougadas:  
Impacto do  
Desarmamento no  
Brasil, UNESCO, 2004.

4. Redução de  
Homicídios no Brasil,  
Ministério da Saúde,  
2007.

### **DURANTE A PRIMEIRA CAMPANHA**

**Art. 31.** *Os possuidores e proprietários de armas de fogo adquiridas regularmente poderão, a qualquer tempo, entregá-las à Polícia Federal, mediante recibo e indenização, nos termos do regulamento desta Lei.*

**Art. 32.** *Os possuidores e proprietários de armas de fogo não registradas poderão, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a publicação desta Lei, entregá-las à Polícia Federal, mediante recibo e, presumindo-se a boa-fé, poderão ser indenizados, nos termos do regulamento desta Lei. (Vide Lei nº 10.884, de 2004)*

Após a primeira campanha, para permitir novas campanhas de recolhimento e continuar a reduzir o número de armas em circulação, o governo sancionou a Medida Provisória 417. Entre outras mudanças, a MP417 altera o artigo 32 do Estatuto, tornando permanente a entrega de uma arma, com direito a indenização. Ou seja, a entrega de armas não tem prazo e campanhas de recolhimento de armas podem ser realizadas a qualquer momento!

**Atenção:** *Quem quiser ficar com sua arma tem o prazo de até dia 31 de dezembro de 2008 para registrá-la. Depois deste dia é crime ter em casa uma arma não registrada!*

### **HOJE**

**Art. 32.** *Os possuidores e proprietários de armas de fogo poderão entregá-las, espontaneamente, mediante recibo e, presumindo-se de boa fé, poderão ser indenizados.*

O artigo 32 é o que permite a entrega de uma arma, mas é a regulamentação da lei que explica em detalhes como isso acontecerá. No caso da campanha atual, a regulamentação é determinada pelas **portarias No- 45/2008-DG/DPF, e No- 46/2006-DG/DPF DE 12 DE FEVEREIRO DE 2008** (disponíveis na íntegra no site [www.deolhonoestatuto.org.br](http://www.deolhonoestatuto.org.br)). Estas duas portarias estabelecem os procedimentos para indenização, anistia e convênios para o recolhimento de armas, como explicaremos adiante.

### **Como funciona a campanha**

#### **Onde entregar uma arma?**

As pessoas podem entregar suas armas em qualquer delegacia da Polícia Federal. De acordo com a **portaria 46**, a Polícia Federal pode credenciar as Polícias Militar, Civil e as guardas municipais para receberem armas, em suas sedes ou em postos itinerantes.



## **Quem pode entregar?**

Qualquer pessoa pode entregar uma arma sem se identificar. Não precisa ser o dono da arma nem dizer como ela foi obtida. Não é necessário apresentar documentos, nem da pessoa, nem da arma. A restrição atinge apenas aos menores de idade, que devem se fazer acompanhar por um adulto no ato de entrega.

Porém, para receber a indenização, é necessário informar CPF, nome do banco, agência e conta (corrente ou poupança) para onde o dinheiro será transferido.

## **Haverá indenização?**

Quem entregar a arma receberá indenização de R\$100 a R\$300 dependendo do tipo da arma. Por exemplo, revólveres e pistolas recebem indenização de R\$ 100, fuzis, de \$300,00. Para receber a indenização, é preciso informar os dados de uma conta bancária e agência para que seja efetuado o depósito e apresentar o CPF do titular da conta. A conta pode ser de qualquer pessoa: amigo, familiar, conhecido etc. Não é preciso dar nenhuma referência sobre esta pessoa, apenas o nome, CPF e dados bancários para que seja feito o depósito. Pode-se optar também por direcionar a indenização a uma instituição filantrópica.

Ao entregar a arma, deve-se solicitar um documento que comprove que a arma foi entregue para a polícia e guardar este documento. Ele é a garantia da indenização.

## **Como entregar uma arma com segurança?**

Para garantir a segurança de quem vai entregar uma arma, a Polícia Federal disponibiliza uma guia de trânsito, documento que autoriza a pessoa a circular com a arma até o posto de recolhimento.

A guia tem validade de um dia e só pode ser usada entre o local onde a arma está guardada e onde será entregue. A guia de trânsito está disponível no site da Polícia Federal ([www.dpf.gov.br](http://www.dpf.gov.br)). Por enquanto, é necessário imprimir e levar a guia até a delegacia da Polícia Federal para obter a assinatura de um responsável do SINARM (Sistema Nacional de Registro de Armas), mas esse processo logo será facilitado por mudanças que permitirão a emissão de guias on-line, sem necessidade de assinatura.

Para mais informações sobre o procedimento básico para entregar uma arma veja [www.deolhonoestatuto.org.br](http://www.deolhonoestatuto.org.br)

## **O que acontece com as armas entregues?**

No posto de recolhimento, a arma é examinada, desmuniada e pré-identificada pelo supervisor de armas e seus dados são inseridos no formulário de auto-arrecadação.

Na primeira campanha, após essa pré-identificação, muitos postos adotaram o sistema

da marreta: as armas eram inutilizadas por meio de uma marreta, na presença do cidadão que fazia a entrega, garantindo maior segurança ao posto e credibilidade para a campanha.

Uma via de auto-arrecadação é colocada dentro do saco plástico com a arma entregue que será guardada num armário ou outro local seguro. No prazo estipulado pela polícia ou guarda, as armas e os formulários preenchidos são encaminhados à Polícia Federal. As armas são periciadas pela Polícia Federal e enviadas ao Exército para destruição.

### Quais os atores envolvidos?

A Polícia Federal, as prefeituras, a Polícia Civil e Militar, as guardas municipais e a sociedade civil organizada e as Igrejas têm um papel importante na Campanha..

**Polícia Federal:** é o órgão responsável pela coleta, identificação e perícia das armas. Mas as portarias 45 e 46 (citadas anteriormente) permitem que a Polícia Federal assine convênios com outros órgãos para facilitar este trabalho.

**Polícias e Guardas:** As polícias e guardas municipais podem ser conveniadas para receber armas, emitir guias de trânsito, preencher os dados da arma e os dados bancários para indenização nos formulários especificados, assim como armazenar as armas até que sejam enviadas ao Exército. Podem fazer este trabalho na sua sede ou em postos alternativos, criados pela sociedade civil. Nestes casos, a Polícia (Civil ou Militar) ou a Guarda Municipal, devem estabelecer prazos e procedimentos com a Polícia Federal para o encaminhamento das armas recebidas.

*Art. 1º - O credenciamento de Instituições Militares e de Segurança Pública relacionadas nos incisos I a V do caput do art. 144 da Constituição Federal será realizado pela Coordenação-Geral de Defesa Institucional da Diretoria Executiva e pelas Superintendências Regionais do Departamento de Polícia Federal.*

*§ 1º - O credenciamento deverá ser oficialmente solicitado à Polícia Federal, por meio da autoridade competente, devendo ser informado: nome da autoridade responsável da unidade a ser credenciada, a localização da unidade e os nomes dos funcionários autorizados para o recebimento de arma e expedição do formulário padrão referente à indenização pela entrega de arma.*

*§ 2º - A Instituição credenciada fica autorizada a receber armas de fogo, expedir guias de trânsito para o recolhimento das armas, bem como expedir o formulário padrão referente à indenização pela entrega de arma, seguindo o que determina a Portaria n.º- 045 /2008- DG/DPF, de 12 de fevereiro de 2008.*

**Sociedade Civil** – a sociedade civil tem dois papéis muito importantes: a divulgação da campanha e mobilização popular, e a criação de novos postos de recolhimento garantindo acesso e segurança para todas as pessoas que desejam entregar uma arma.

**Atenção:** Para criar postos de recolhimento, as organizações precisam estar cadastradas junto à Polícia Federal e garantir a presença de um policial ou guarda para receber armas (para isso, a Polícia ou a Guarda precisam ter feito convênio com a Polícia Federal).

*Art. 2º - Serão, excepcionalmente credenciadas organizações não governamentais, associações de moradores, entidades de classe, igrejas e demais entidades da sociedade civil, a critério do DPF, para prestarem apoio à Polícia Federal no fornecimento de informações para o recebimento de armas.*

*§ 1º - O credenciamento deverá ser oficialmente solicitado à Polícia Federal, por meio de requerimento do representante da entidade, devendo ser informado: nome do responsável pelo evento e a proposição de dia, hora e local para o recolhimento das armas pela Polícia Federal.*

*§ 2º - O recebimento de armas e dos formulários serão realizados exclusivamente por Policiais Federais ou por membros das Instituições Militares ou de Segurança Pública relacionadas nos incisos I a V do caput do art. 144 da Constituição Federal, nos dias, horas e locais determinados na forma do parágrafo anterior.*

*§ 3º - As entidades credenciadas serão responsáveis pela divulgação do evento junto à mídia e à sociedade, providenciando pessoal para o atendimento aos interessados, no que tange a esclarecimentos para a entrega de armas.*

**Prefeituras** – As prefeituras estão mais próximas da população e podem ajudar na mobilização e divulgação da campanha, bem como com sua estrutura.

Para a implementação da campanha, a administração municipal pode disponibilizar, quando houver, guardas civis metropolitanos que integrarão as equipes dos postos de recolhimento, bem como ceder um espaço para recebimento das armas nas sedes dos Comandos Operacionais e outros locais públicos.

Além disso, pode aproveitar todos os meios de comunicação, mobilização e ferramentas ao seu alcance, como cartazes em ônibus, carros de som etc.

**Atenção:** *Os enormes avanços na luta pelo desarmamento foram fruto de uma parceria entre poder público e sociedade civil, num processo de debate e construção coletiva, que fortaleceu a democracia participativa. Desde a mobilização de apoio para aprovar a lei e a troca de informações e dados, até a redação e implementação do Estatuto do Desarmamento a parceria tem sido fundamental.*

Portanto, para o sucesso da campanha, é essencial que ONGs e o poder público trabalhem conjuntamente, mantendo, claro, sua independência. As experiências da primeira campanha mostraram que a comunicação e o trabalho conjunto influenciam o sucesso da campanha. Para uma campanha bem sucedida, todos precisam se ver como parceiros!

### III) Como participar

A seguir, apresentamos como as organizações da sociedade civil e o poder público podem se engajar na Campanha.

#### **A. Mobilização local**

O sucesso da campanha depende da mobilização local: da escola que debate o tema com seus alunos, do líder religioso que dissemina o desarmamento entre a comunidade, do agente de saúde que explica aos moradores como entregar uma arma e assim por diante. Quanto mais difundida estiver a idéia de desarmamento, maior será o número de armas entregues!

#### **Criação de um comitê ou núcleo de organização**

Para organizar a campanha, é importante ter um grupo executivo composto por representantes de todos os órgãos e entidades envolvidas. (Prefeitura, Polícia Federal, Secretaria de Segurança Pública, Polícia Militar, Polícia Civil, guarda municipal e sociedade civil organizada, etc).

Esse grupo precisa trabalhar junto, fazendo um planejamento para determinar que atividades serão realizadas, os responsáveis e o cronograma de execução, bem como as estratégias de divulgação. O trabalho fica facilitado se cada integrante do Comitê se responsabilizar por uma parte e os membros estiverem em contato permanente.

**Atenção:** Na primeira edição da campanha, muitos estados criaram comitês que se uniram para formar a Rede Desarma Brasil. Hoje, membros da Rede estão se engajando na campanha, trazendo uma importante bagagem de experiência. Para descobrir quem são os membros da Rede Desarma Brasil em seu estado veja [www.deolhonoestatuto.org.br](http://www.deolhonoestatuto.org.br).

#### **Articulação com outros parceiros**

Cada Comitê pode criar uma rede de parceiros para potencializar a mobilização. Professores, agentes de saúde e grupos de jovens já mobilizados, são aliados importantes, pois são referência na comunidade. O Comitê pode mapear quem, no bairro ou cidade, é uma referência e pode se juntar à campanha, e sugerir ações conjuntas. Seguem abaixo algumas sugestões para mobilizar estas pessoas

- Agendar reuniões com: organizações com foco em prevenção da violência ou direitos humanos, jovens, mulheres, associações de bairro, escoteiros, escolas, universidades, lideranças comunitárias, OAB, CONSEGs e Igrejas. Na reunião é

bom fazer uma apresentação sobre desarmamento e a campanha - datas, locais de recolhimento e como eles podem participar. **Convide as entidades a apresentarem idéias para ajudar a campanha, sugestões para divulgação e possíveis locais para postos itinerantes de recolhimento.**

- Agendar uma reunião com **Agentes da Saúde** para pensar como eles podem ajudar na campanha. Envolver uma parte deles desde o começo para pensar a campanha local, pode fazer com que eles entrem na campanha com mais força.
- Mobilizar um **grupo de voluntários** para ajudar em várias ações, como atendimento e aplicação de pesquisas nos postos ou realização de palestras sobre desarmamento. Na primeira campanha, as ONGs participantes contaram com voluntários capacitados para lidar com todos os aspectos da campanha. Para isso acontecer é fundamental fazer uma capacitação inicial (veja capacitações adiante), reuniões periódicas e ter um bom canal de comunicação entre o grupo e a entidade responsável pelas atividades.
- **Mulheres:** A maioria das pessoas que têm uma arma de fogo no Brasil é do sexo masculino. No entanto, boa parte das pessoas que entregaram armas na primeira campanha eram mulheres. Elas sabem que com arma em casa existe mais medo, insegurança e riscos para a família e fazem a diferença convencendo maridos, namorados e irmãos a entregarem suas armas. Por isso, é muito importante trabalhar com organizações de mulheres e lideranças femininas.
- **Escolas:** Na primeira campanha, o medo de um acidente em casa levou muitas pessoas a entregarem suas armas. Através de campanhas de conscientização e desarmamento infantil nas escolas, é possível não só educar a geração do futuro, mas também fazer com que elas ajudem a educar seus pais. O Comitê pode engajar os professores e diretores das escolas para que organizem uma “semana pelo desarmamento” com atividades como a entrega de armas de brinquedo, concursos, gincanas e bate-papos sobre o tema.
- **Jovens:** Este grupo é o que mais sofre com a violência armada, e por isso, é preciso desenvolver ações que promovam a reflexão e o questionamento sobre o uso da arma de fogo. Jovens de centros de juventude, do movimento hip-hop, pontos de cultura etc podem ser chamados para pensar como identificar possibilidades de atuação, inclusive potenciais espaços (rádios comunitárias, jornais de bairro, igrejas, escolas, universidades, cartazes em comércios locais etc) e mensagens para uma campanha local.

### **Capacitação, formação e sensibilização**

Para que todas as pessoas - tanto as que estão envolvidas diretamente na implementação, quanto as que terão o papel de divulgar e disseminar a campanha - sejam bem informadas e consigam repassar informações corretas, é importante organizar capacitações e contar com material de apoio. Durante a primeira campanha, o Instituto Sou da Paz e o Viva

Rio produziram um “kit de campanha” que foi utilizado em todo o país. Este material contava com uma apresentação (formato PowerPoint) e um documento de apoio ao palestrante que explicava didaticamente todos os argumentos e informações a serem apresentados. O kit contava com outros materiais como o layout de folhetos e cartazes, os modelos de todos os formulários necessários para o posto de recolhimento, um manual de como identificar a arma e respostas padrão às perguntas freqüentes.

Este ano, um kit atualizado com todos os materiais para funcionamento de um posto e de conscientização está disponível no site da Rede Desarma Brasil ([www.deolhonoestatuto.org.br](http://www.deolhonoestatuto.org.br)). Basta entrar no link “Campanha de Registro e Entrega. Participe!” para saber sobre como obter um kit.

## Comunicação

As estratégias de comunicação devem contemplar dois tipos de mensagem, que podem ser trabalhadas juntas ou separadamente: as informações sobre procedimentos e locais para entregar uma arma, e a divulgação de motivos e argumentos para se desarmar.

- **Assessoria de imprensa e veículos de comunicação:** Pautar a imprensa é uma forma de divulgar a campanha sem gastar muitos recursos. É interessante desenvolver uma estratégia que pautar a mídia sobre os benefícios provenientes da implantação do Estatuto e que também repasse informações importantes sobre a campanha (como e aonde entregar uma arma). É importante fazer um esforço para articular rádios, TVs e jornais para que apoiem a mobilização a favor do desarmamento através de reportagens, depoimentos de entrevistados e testemunhos de seus comunicadores.
- **Atos e eventos:** Durante a primeira campanha, em vários estados do país, organizações mobilizaram a sociedade e demonstraram o engajamento a favor do desarmamento em caminhadas, jogos, shows, corridas etc. Estes eventos ajudam a criar um clima de campanha. Sugerimos organizar pelo menos um evento de lançamento da campanha para despertar o interesse das pessoas, convidando a imprensa e autoridades para a inauguração de novos postos (no Kit de Campanha há um modelo de release para a imprensa, em [www.deolhonoestatuto.org.br](http://www.deolhonoestatuto.org.br)).
- **Divulgação:** Fazer divulgação local antes da abertura do posto e durante seu funcionamento. Colar cartazes (em bares, supermercados, escolas e locais de grande circulação), distribuir panfletos, contatar mídia local e grande mídia (rádios, jornais e TV). É importante lembrar de opções como rádio comunitário, jornal do bairro, faixas, carros de som e divulgação nas igrejas e eventos locais.
- **Parcerias para impressão de materiais:** Durante a primeira campanha, em muitos municípios, parcerias entre a sociedade civil e as prefeituras permitiam a impressão

e ampla divulgação de cartazes e folhetos (com um espaço em branco para preencher locais e horários dos postos). Comerciantes locais também podem financiar a impressão mediante a inclusão de sua logomarca no material.

- **Linha telefônica:** Vale a pena buscar uma parceria com as prefeituras para disponibilizar uma linha de telefone/callcenter para esclarecer dúvidas da população sobre a campanha. Pode ser um grupo de guardas municipais que atenderão ao telefone, ou voluntários, mas todos devem ser capacitados com informações sobre a campanha e saber responder às perguntas mais frequentes (este documento está disponível no Kit de Campanha). Se não for possível, recomendamos divulgar um telefone da instituição para esclarecer dúvidas. Caso a instituição não tenha condições, pode divulgar o número da Polícia Federal.
- **Internet:** É interessante disponibilizar as informações práticas sobre onde e como entregar uma arma nos sites de cada organização envolvida, da Prefeitura e outros espaços virtuais.

## **B. Criação dos postos de recolhimento**

Todas as delegacias da Polícia Federal funcionam como postos de recolhimento de armas, mas são poucas e não atingem todas as regiões, fazendo com que as pessoas tenham que percorrer largas distâncias. E muita gente tem resistência em ir a uma delegacia entregar sua arma, por medo de que façam perguntas ou que as armas sejam desviadas.

Para que a campanha seja bem sucedida, é FUNDAMENTAL que as Igrejas, ONGs, Associações, Prefeituras criem postos alternativos de recolhimento. Estes postos, autorizados pela Polícia Federal, dão maior capilaridade e trazem mais confiança para a população.

Durante a primeira campanha, em estados onde a sociedade civil foi bastante engajada, os resultados foram mais pronunciados, com um número maior de armas recolhidas. Alguns exemplos são: São Paulo, Rio de Janeiro, Paraíba e Distrito Federal

***Atenção:*** *um posto só pode funcionar se a entidade fizer credenciamento junto à Polícia Federal e se houver um policial ou guarda para receber as armas.*

### **Como montar um posto?**

#### **1. Antes de montar um posto, é importante entender como ele funciona.**

1. Ao chegar no posto, o 'entregador' é recebido e encaminhado ao supervisor de armas. \*

2. O policial federal, civil, militar ou guarda municipal arrecada a arma de fogo, a desmunicia e identifica suas características, preenchendo os formulários necessários. Após a identificação da arma, ela pode ser inutilizada, com o auxílio de uma marreta, pelo policial (ou pelo proprietário da arma, se o mesmo quiser, devidamente orientado).
3. O policial ou guarda responsável, ou o atendente do posto, preenche os formulários (auto de arrecadação – 4 vias e requerimento de indenização – 2 vias), com auxílio de papel carbono
4. Uma via do auto de arrecadação é colocada dentro do saco plástico com a arma entregue. O entregador recebe a segunda via do auto de arrecadação e uma via do comprovante de indenização. O policial ou guarda retém a terceira via do auto de arrecadação e a segunda via do comprovante de indenização e as entrega à Polícia Federal no final do dia.
5. O policial ou guarda armazena a arma em um armário seguro.
6. No final do dia, o policial ou guarda prepara o relatório de fechamento diário e/ou ofício de encaminhamento das armas recolhidas.
7. Após o expediente, o policial ou guarda escalado encaminha as armas de fogo recolhidas, assim como os formulários preenchidos, à Polícia Federal, Delegado Titular ou chefe da Guarda, que por sua vez encaminhará o material arrecadado, através de ofício (2 vias), à Polícia Federal.

**Atenção:** *Nesse momento, ele pode ser convidado a participar de uma **pesquisa**. A pesquisa ajuda a mapear por que as pessoas estão entregando suas armas, bem como as características das armas. A participação na pesquisa deve ser voluntária e anônima (é possível usar e ou adaptar o modelo de Questionário de pesquisa do Kit de Campanhas). Um ótimo jeito de envolver entidades da sociedade civil é estabelecer parcerias com entidades que possam disponibilizar voluntários para aplicar a pesquisa nos postos.*

## 2. Definir o local e funcionamento, datas, horários e estrutura

Antes de tomar essas decisões, é importante saber que é possível montar dois tipos de postos: itinerantes e fixos.

### *Postos itinerantes ou temporários*

Em pequenas cidades ou bairros de grandes cidades, a melhor estratégia é organizar um esforço concentrado para recolher as armas. A campanha pode durar algumas semanas com alguns dias específicos para o recolhimento naquele local.

Este sistema, por durar menos tempo, simplifica a logística do recolhimento e permite que a comunidade se mobilize de maneira intensa. Para quem tem arma, saber que a campanha ficará pouco tempo naquela localidade estimula a decisão



de entregar para “não perder a oportunidade”. Estes postos tendem a receber uma grande quantidade de armas de uma vez, enquanto os postos fixos podem receber menos armas por dia, porém por mais tempo.

***Atenção: A iniciativa de curto prazo só dá resultados se houver um grande esforço de divulgação, envolvendo a imprensa local (TV, jornal e rádio), os estabelecimentos comerciais e grupos organizados. Campanhas impressas podem ser afixadas nos pontos de maior movimento da cidade, em locais públicos e bares, padarias, supermercados, lojas, etc... Recomenda-se que a campanha comece pelo menos 15 dias antes da abertura do posto.***

### *Postos fixos*

No caso de cidades grandes, onde não há delegacia da Polícia Federal ou onde a Delegacia não abrange toda a cidade, sugerimos a organização de postos de longo prazo, ou fixos.

Como os postos fixos, de maior duração, exigem maior disponibilidade de guardas ou polícias para receber as armas, é comum eles serem montados nos estabelecimentos policiais ou nos comandos das guardas.

A vantagem deste tipo de campanha é que, se houver efetivo das guardas ou polícias, é possível aumentar rapidamente o número de postos de recolhimento.

A divulgação deve ser intensa, não se limitando ao lançamento ou abertura do posto; caso contrário, o ritmo das entregas tende a cair. Também é muito importante que o posto esteja bem localizado, em uma área segura e reconhecida pela população como um lugar de confiança, para estimular a entrega.

Para escolher o local e tipo de posto de recolhimento é preciso levar em conta:

- Proximidade da população e empatia do local. Pense em locais que são referências positivas, têm fácil acesso por transporte público e estacionamento.
- A proximidade de um outro posto policial de recolhimento não impede a abertura de um posto civil, pois o posto civil é uma alternativa para a população.
- Questões de segurança e estrutura: o local preferencialmente deverá possuir dois cômodos para realizar o recebimento. Deve ter espaço para duas mesas, a primeira para a identificação e manuseio das armas, a segunda para o preenchimento dos documentos e deve possuir um armário seguro para armazenamento das armas. Idealmente, deveria existir um cômodo com paredes fortes, ou distanciadas, para a guarda eventual de explosivos entregues (granadas, obuses, etc.). Embora fossem raros esses casos, o material deve ser colocado pelo próprio entregador no cômodo, e a polícia imediatamente chamada para recolhê-lo.

- A escolha de datas e horários é importante. Veja em quais dias e horários da semana a população teria maior facilidade em fazer entrega. Postos policiais cumprem expediente de serviço público, fechando nos finais de semana e às 17h durante a semana. Como os postos civis são alternativas, recomenda-se que abram também, se possível, nos fins de semana, não fechem para o almoço e fiquem abertos até mais tarde.
- É possível abrir postos itinerantes para recolher armas em dias ou locais alternados, usando base móvel da polícia ou Guarda, barraca, trailer, tenda etc.

### 3. Procedimentos formais junto à Polícia Federal

- Se a guarda ou as polícias estaduais quiserem montar postos em seus estabelecimentos, devem solicitar credenciamento à Polícia Federal de acordo com a portaria 46.
- Se a sociedade civil quiser montar um posto, deve solicitar credenciamento à Polícia Federal e depois checar junto com a guarda ou polícias estaduais se estão credenciadas junto à Polícia Federal para designar um profissional que receba a arma naquele posto. Além disso, precisa:
  - Solicitar por ofício apoio da polícia ou guarda municipal para trabalharem no posto nas datas e horário de funcionamento, pois esta é uma exigência da regulamentação da campanha.
  - Solicitar patrulhamento para o local, ao Comando da Polícia Militar ou Guarda Municipal, para garantir a segurança das pessoas que entregam armas.

### 4. Selecionar e treinar equipe do posto

É importante contar com uma equipe que fique o tempo todo no posto, ou montar um sistema de rodízio entre as pessoas. Em princípio, 1 atendente (pode ser voluntário), 1 digitador/escrevente e 1 policial militar/civil/federal ou guarda municipal são suficientes. Dependendo do movimento do posto, pode ser necessário aumentar a equipe.

- **Voluntários:** voluntários podem ser treinados para receber o 'entregador' na sua chegada, conversar com a pessoa, entregar material impresso com informações sobre a campanha e perguntar se a pessoa quer responder a um questionário de pesquisa na sala de espera. Os voluntários também podem ajudar registrando a campanha, tirando fotos e coletando depoimentos de pessoas que entregaram suas armas (veja "Registrar a Experiência" adiante).
- **Treinamento e conscientização:** Além de capacitar a equipe sobre o funcionamento do posto, explicando procedimentos e atribuições, sugerimos uma capacitação sobre desarmamento para a equipe (inclusive os voluntários e idealmente para os policiais e guardas). Esta capacitação pode ter informações

sobre os riscos e impactos negativos das armas de fogo, sobre o sucesso da primeira campanha e resultados do Estatuto do Desarmamento (utilizando o material citado em “Capacitação e sensibilização”).

## 5. Adquirir material e infra-estrutura necessários para o funcionamento do posto

**Para funcionar, o posto precisa contar com:** Mesas, cadeiras, sacos plásticos transparentes para armazenar as armas, sacos de lixo grossos e pretos para recolher armas no fim do dia, papel A4, papel carbono, fita de empacotamento transparente, grampeador, canetas, tesoura, giz, lupa e anti-ferrugem (para facilitar o desmuniamento de armas emperradas).

Os documentos oficiais e auxiliares podem ser providenciados pela Polícia Federal. Verifique com a PF de seu estado, ou o órgão de segurança conveniado, quais os documentos necessários para o funcionamento de um posto.

E não se esqueça de ter cópias do questionário de pesquisa, pranchetas e material de divulgação (faixas, banners, cartazes, panfletos).

### **Atenção:**

**Marreta:** *as armas recebidas nos postos devem ser danificadas, por meio de uma marreta, na presença do cidadão que faz a entrega. Para isso, é essencial fornecer as marretas e caixa de ferro para a inutilização imediata das armas entregues.*

**Kit marreta:** *(marreta de 4 kg + óculos + luva + placa de material resistente - aço, ferro, concreto etc. - + caixa de madeira com areia). A arma deve ser apenas “danificada”, com golpes em áreas sensíveis, como cano, gatilho e tambor, para que não mais funcione, e não totalmente “destruída”, o que impediria a posterior perícia da arma pela polícia.*

## 6. Registrar a experiência

Como a lei possibilita a realização de campanhas de recolhimento a qualquer momento, sua experiência pode servir de exemplo para outras organizações ou cidades interessadas em realizar a coleta de armas. Por isso, é muito importante registrar a campanha – tirando fotos, anotando o que deu certo, desafios, obstáculos e dicas. Fotos, depoimentos de quem entregou uma arma e balanços da campanha podem ser enviados para a imprensa para divulgação. Todo esse material contribui para que se tenha uma dimensão da campanha em todos os cantos do país.

Envie relatos e imagens para [contato@deolhonoestatuto.org.br](mailto:contato@deolhonoestatuto.org.br)

**Heather Sutton**

*Instituto Sou da Paz*

## Segurança Pública

### 1. Introdução

O aumento da criminalidade violenta, as constantes denúncias de corrupção e violência policial têm colocado em xeque o sistema de segurança pública, em especial as agências policiais.

A resposta tradicional para a exigência da opinião pública por mais segurança tem sido marcada pelo aumento do efetivo, armamento e viaturas. Ou seja, sempre “mais do mesmo”. “A capacidade de investimentos dos governos na ampliação do aparato policial está chegando ao limite e não há perspectivas de melhoria das condições fiscais dos Estados para arcar com os gastos gerados por esta abordagem”<sup>1</sup>. Além do que, os efeitos pragmáticos desta medida para o controle efetivo da criminalidade e da violência têm se mostrado limitados, quando não acompanhada de políticas públicas mais abrangentes, integradas e participativas, investimentos deste tipo estão fadados à insuficiência frente à complexidade do quadro que se apresenta.

É plenamente possível alcançar a eficiência e eficácia no aproveitamento dos recursos e produção de resultados, porém é necessário um maior rigor do Estado e sociedade civil no seu papel na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas de segurança pública. Ou seja, diagnosticar o problema para construir políticas públicas com plano de ações e metas, que a curto, médio e longo prazos vão sendo submetidas à avaliação e correções, rompendo, com isto, a lógica de ações reativas a demandas pontuais.

#### *1.1. Percepção coletiva de (in)segurança: sensação de paz e do medo*

A literatura sobre sociologia da violência observa que a (in)segurança possui duas dimensões:

- A (in)segurança concreta ou (in)segurança objetiva que está relacionada ao risco real de sofrer vitimização, de forma que quanto menor a ameaça maior será a segurança concreta;

1. SILVA FILHO, 2001.

- A sensação de (in)segurança ou (in) segurança subjetiva, sendo a sua maior expressão o medo ou a sua ausência de ser vitimizado, independentemente de qualquer ameaça concreta. Assim, quanto maior for o medo maior será a sensação de insegurança.

Uma não se traduz necessariamente na outra. A sensação de segurança ou insegurança não está relacionada, diretamente, ao risco de ser vítima da violência. Cotidianamente, é possível um indivíduo se sentir seguro em um local com alto índice de ocorrências criminais, ou vice-versa. O impacto da redução do risco por uma política pública, ou por outro motivo, não significa reduzir o medo da sociedade de ser vítima de um crime.

Alguns autores atribuem o crescente medo e insegurança da população à ênfase matérias produzidas pelas mídias e aos interesses econômicos no setor de segurança privada. Este é um ponto importante para se analisar, porém, não é aconselhável desconsiderar que o grau de informação e previsibilidade sobre os acontecimentos e de credibilidade das agências de segurança pública para garantir a ordem social se constitui em um fator que influencia a sensação de segurança ou insegurança dos indivíduos. E isto nem as diferentes mídias nem um setor econômico, podem controlar totalmente.

Vale dizer que cada vez mais a percepção de segurança de determinadas coletividades está sendo construída através de estratégias particulares que utilizam a segregação em ruas com cancelas e em condomínios, que, em alguns casos, se assemelham a cidades devido a sua extensão e serviços oferecidos<sup>2</sup>, como também através da contratação de policiais para atuar em um determinado espaço como seguranças privados<sup>3</sup>.

### ***1.2. Diagnóstico em resumo: alguns números da crise***

A Constituição de 1988 marca um momento de construção da democracia no Brasil. Para isto, foi necessário repensar as diretrizes de áreas como educação, saúde, meio ambiente etc. A segurança foi o tema que mais tardiamente entrou no debate público. Apenas nos anos 90 a segurança pública sobressaiu como uma preocupação sendo emoldurada por um quadro de crescimento da violência urbana, que, segundo Adorno (2002), possui quatro tendências:

- a) Aumento da delinqüência urbana, principalmente os crimes contra o patrimônio (roubo, extorsão mediante seqüestro) e os homicídios dolosos;
- b) Emergência da criminalidade organizada associado ao tráfico internacional de drogas, colocando uma realidade nova para o direito penal e para o funcionamento da justiça criminal;
- c) Graves violações de direitos humanos que comprometem a consolidação da ordem política democrática;
- d) Aumento de conflitos nas relações intersubjetivas, mais propriamente conflitos de vizinhança que tendem a convergir para desfechos fatais.

2. CALDEIRA, 2000.

3. CORTES, 2005.

Neste contexto, vê-se também o crescimento do uso das armas de fogo de alto poder letal – inclusive de uso restrito militar – nos conflitos urbanos e nas práticas de delinqüências.<sup>4</sup> Deste cenário, conseqüentemente, deriva-se o aumento do número de mortos por arma de fogo, principalmente homens jovens, pobres, negros e pardos.

Assim, é neste contexto de agravamento da violência urbana, que as polícias – em especial as militares – estão tendo que (re)pensar a sua atribuição. Com a Constituição de 1988, o papel da polícia foi deslocado, deixou de ser segurança interna e defesa do Estado contra a sociedade, e passou a ser a manutenção de uma ordem pública pactuada em observância as garantias e os direitos individuais. As mudanças de foco legal não refletiram de imediato na prática policial nem no conteúdo dos seus cursos de formação. Até porque internamente muitas coisas permaneceram tais como foram concebidas pelo período militar em 1969 – como as divisões de competências, rotinas, procedimentos e o quadro institucional e legal das instituições policiais. Algumas mudanças que ocorreram se devem a esforços regionais e pontuais, não sendo fruto de uma reforma integrada da polícia no campo da segurança pública.<sup>5</sup>

### **1.3. O Modelo Militarista**

Um dos maiores desafios para os reformadores da polícia é a herança militar na concepção do trabalho policial. Uma polícia pode ter uma organização militar sem que, para isto, tenha uma ideologia militar, ou, como também é conhecida, militarismo. Conforme ressalta Jacqueline Muniz:

“O militarismo tratado aqui, não se confunde com a necessidade funcional nem do uniforme nem da hierarquia no funcionamento de um meio de força comedido. Reporta-se a pernicioso influência do Exército sobre os assuntos de segurança pública que desconsidera as especificidades do trabalho policial”.<sup>6</sup>

Militarismo foi construído na década de 60 e 70 a partir da Doutrina de Segurança Nacional, sob o lugar da polícia, e pode-se identificar as suas principais características, conforme o quadro a seguir:

4. MUNIZ e ZACCHI, 2004.

5. MUNIZ e ZACCHI, 2004.

6. MUNIZ, 1999, p.11.

## PARADIGMA MILITARISTA

---

<b>Atitude</b>	Reativa. Falar em segurança é falar em desordem, de um problema de polícia e da força armada.
<b>Atividade policial</b>	Referida a táticas de guerra, inimigo, cerco, vitória. Formalismo burocrático e militar.
<b>Concentração</b>	No aparato (armamento e viatura), em prejuízo da polícia técnica e das técnicas de mediação
<b>Foco</b>	Suspeitos em abstrato, “nós contra eles”. Traço: maniqueísta.
<b>Pretensão</b>	De “erradicar” o crime e “acabar com a desordem”. Não há seletividade no uso da força.
<b>Desempenho</b>	Referido à quantidade de prisões, de mortos em confronto, e de material apreendido.
<b>Formação</b>	Ênfase em táticas militares. Ensino irreflexivo.
<b>Gerência</b>	Refratária ao controle externo.

---

FONTE: Exposição feita por Jorge da Silva no curso de Especialização em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública, UFF, em 29/04/2002.

### 1.4. Crise de identidade

O modelo militar apresenta-se como um obstáculo para a administração de conflitos e contenção de práticas de delinqüência, observando o uso comedido da força e de forma legal e legítima.

A crise de identidade nas polícias militares é decorrente desta retomada da sua função de policiamento, que exige a revisão de seus valores institucionais, ainda hoje marcado pela forte influencia do militarismo, que passa a dar orientações incongruentes sobre o trabalho de polícia – a forma com a polícia vai estar e se relacionar com os indivíduos – para a construção de uma ordem democrática assegurando os direitos e garantias individuais.

A expressão “a prática policial é outra coisa” é recorrente entre policiais militares que evidencia a distância entre o conteúdo dos cursos de formação e a exigência prática das ruas.

Assim, um aspecto crucial para a reforma da estrutura policial diz respeito à formação tradicional com ênfase no adestramento e o condicionamento, que, frente ao cotidiano do trabalho policial, aparece como sem sentido, uma vez que é exigido dos policiais a *discricionariedade* na tomada de decisões individualizadas. O condicionamento e o adestramento são fundamentais em um combate ou em uma guerra, mas no dia a dia de uma sociedade, onde não há inimigo e que mais de 70% dos atendimentos feitos pela polícia são *não-criminais*, é importante que a polícia seja capacitada para tomar decisões no fluxo dos acontecimentos:

“Se o tradicional modelo pedagógico militar prioriza o adestramento e o condicionamento voltados para a constituição de uma força combatente, o horizonte de polícia requer uma

ênfase dirigida para a qualificação de um meio de força comedida cuja intervenção está constrangida pelos princípios da legalidade e da legitimidade. Mostra-se, pois, indispensável o desenvolvimento da capacidade individual de tomada de decisão em situações voláteis e com um elevado grau de aleatoriedade. Ter iniciativa, criatividade e discernimento para lidar com a variabilidade das circunstâncias contingentes, dos imponderáveis e, sobretudo, das emergências na vida das pessoas é parte indissociável do trabalho policial rotineiro<sup>7</sup>

Por outro lado, a formação policial essencialmente em leis penais tem se mostrado ineficiente, uma vez que a atuação do policial não pode ser de criminalização da vida social. Além do que o conhecimento jurídico não oferece as ferramentas para escolher a melhor estratégia em uma ação – ainda que criminosa – em andamento.

**Discricionaridade:**

*Prerrogativa legal conferida à Administração Pública, explícita ou implicitamente, para a prática de atos administrativos, quanto à conveniência, oportunidade e conteúdo destes. A discricionaridade, portanto, é a liberdade de ação administrativa dentro dos limites estabelecidos pela lei e, desta forma, não se confunde com **arbitrariedade**, que significa exatamente o inverso.*

**1.5. Interlocução com a sociedade:**

Neste cenário de incompreensões e de busca de definições de papéis, a interação polícia e sociedade passa a ser pontuada pela incerteza e desconfiança mútuas. Tanto o policial vai adequar a sua ação às pessoas envolvidas e ao contexto, quanto os indivíduos vão buscar se orientar para a satisfação dos seus interesses privados.

“Neste contexto de precariedade institucional, os policiais e cidadãos são instados a desconhecem as regras do jogo democrático do uso da força e da expectativa de seu emprego, favorecendo comportamentos improvisados, imprevisíveis, oportunistas, discriminatórios e violentos tanto dos primeiros quanto dos segundos. É, também, neste contexto de reciprocidades amedrontadas e receosas que os atos de força legal, legítima, adequada, tecnicamente válida e eficaz se transformam em um impulso de violência, desrespeito, arbitrariedade e incompetência. Não seria imprudente dizer que uma parte dos atos excessivos praticados pelos policiais resulta menos da intenção deliberada de produzir abusos, e mais da ignorância e da falta de padrões objetivos de atuação. De todo modo, parece óbvio que o desconhecimento e a indistinção conduzem a ação policial a um ambiente de incerteza irrestrita, no qual toda e qualquer atitude, de parte a parte, torna-se possível, ampliando, com isso, o risco de vitimização tanto dos cidadãos quanto dos próprios policiais; cujos números têm atingido patamares extremamente elevados e inaceitáveis. Somente no ano de 2003, 1.195 indivíduos foram mortos no

7. Muniz, 2001, p.186



Rio de Janeiro e 868 em São Paulo pelas polícias, expressando um crescimento absoluto em relação ao ano anterior da ordem de 33,0% e 60,0%, respectivamente. E, entre 1999 e 2001, cerca de 320 policiais militares e civis foram mortos durante serviço e em folga no Rio de Janeiro”.<sup>8</sup>

Destas interações incertas e da fragilidade aparece a freqüente denúncia das polícias de serem corruptas, principalmente as polícias militares que são mais vulneráveis as críticas já que a natureza do seu trabalho ostensivo exige que elas fiquem na rua em contato diário com os cidadãos. Decorre daí a sua maior exposição a observação e controle social.

A corrupção ou a denúncia de corrupção abala a credibilidade social da instituição pública de atuar conforme se propõe<sup>9</sup>. Para diminuir a corrupção deverão ser tomadas medidas no sentido de fortalecer a instituição, tornando transparente a sua ação e seu papel, bem como qualificar e valorizar o profissional de segurança.<sup>10</sup>

## FUNÇÃO SOCIAL DA POLÍCIA

### 2. O que é a polícia?

A polícia moderna é uma invenção recente do ocidente, decorrente de uma insatisfação popular, que vem na esteira da formulação e reconhecimento dos direitos civis, iniciado no século XVIII<sup>11</sup>. A Polícia é pensada como instituição universal e neutra que visa à promoção da paz e ordem pública utilizando meios pacíficos, embora tenha como recurso o uso ou ameaça do uso da força física legítima.

O início do século XIX é o marco das polícias modernas. A data exata é 1829, com a criação da Polícia Metropolitana de Londres (London Metropolitan Police) por Sir Robert Peel.

A experiência cotidiana inglesa com as instituições responsáveis pela ordem social, ou seja, o exército e as polícias privadas, despertou nos indivíduos a preocupação de criar uma força pública, profissional, paga, com legitimidade e sem estar vinculada a interesses particulares. Ela deveria estar voltada para atender as demandas da sociedade, e não, como a polícia francesa, que era direcionada para a proteção do Estado.

É importante ressaltar que os princípios norteadores desta polícia são, basicamente, os mesmos que orientaram as discussões sobre polícia comunitária no final do século XX.

8. ZACCHI e MUNIZ, 2004, p.19

9. BEZERRA, 1995

10. SOARES

11. MARSHALL, 19-?

## **Versão resumida dos nove princípios de Sir Robert Peel (Fundador da London Metropolitan Police – 1829)**

---

1. A missão fundamental da polícia é a prevenção do crime e da desordem, e não a repressão.
  2. A capacidade da polícia de cumprir o seu dever depende da aprovação de sua ação pelo público.
  3. Para obter e conservar o respeito e a aprovação do público, a polícia deve poder contar com sua cooperação voluntária na tarefa de assegurar o respeito das leis.
  4. O grau de cooperação do público com a polícia diminui na mesma proporção em que a necessidade do uso da força aumenta.
  5. É pela demonstração constante de sua ação imparcial, e não quando ela cede aos caprichos da opinião pública, que a polícia obtém o apoio da população.
  6. A polícia não deve recorrer à força física a menos que ela seja absolutamente necessária para fazer cumprir a lei ou para restabelecer a ordem e, mesmo assim, somente após ter constatado que seria impossível obter esses resultados pela persuasão, conselhos ou advertências.
  7. A polícia deve manter com o público uma relação fundada na idéia de que a polícia é o público e o público é a polícia.
  8. A polícia deve se limitar ao exercício estrito das funções que lhe são confinadas e se abster de usurpar, mesmo em aparência, aquelas que competem ao poder judiciário.
  9. A prova da eficácia da polícia é a ausência de crimes e de desordem e não a manifestação visível de sua ação.
- 

### **2.1. Papel e Atuação**

A polícia moderna surge na Inglaterra para atender a sociedade. Por definição, a sociedade é heterogênea, ou seja, é composta por indivíduos e grupos sociais diferentes.

É a partir da experimentação das especificidades, visões de mundo e interesses diferentes entre os indivíduos, que uma sociedade democrática vai sendo construída. Os conflitos decorrentes destes encontros e divergências resultam na construção de consensos sobre o que é admitido e o que não é na vida social.

O conflito, desta forma, é parte de uma ordem social democrática, e o papel da polícia é preservar a ordem estabelecida pela sociedade – nunca impor uma ordem. Assim, existe uma relação direta entre atuação da polícia moderna e consolidação da democracia. Nestes termos, cabe a polícia a preservação da ordem, fazer a lei ser respeitada e prestação de serviço à comunidade.

A polícia é uma força comedida com o monopólio do uso da força, que tem de atuar dentro da legalidade e legitimidade, ou seja, a ação policial tem que ser legal e possuir o consentimento dos cidadãos.<sup>12</sup>

Embora o exército também possua legitimidade para o uso da força, a orientação para as suas ações possui características inadequadas para a intervenção de conflitos dentro da vida social. O exército é uma força estruturada para o combate, que vê o outro como um inimigo a ser vencido, desta forma, ele não precisa construir legitimidade da sua atuação porque o seu poder é imposto.

12. MUNIZ, 1999

## DIFERENÇAS ENTRE POLÍCIA MODERNA E EXÉRCITO

	<b>POLÍCIA</b>	<b>EXÉRCITO</b>
Uso da força física	comedida	combatente
Campo de atuação	Interno (conflitos civis)	Externo (guerra)
Subordinação	Consentida	Imposta

### 2.2. Mecanismos de controle:

A construção de uma agência polícia em consonância com um Estado Democrático de Direito implica a construção de mecanismos de controle da sua atividade.

“Trata-se apenas de sublinhar que o controle sobre as polícias é parte integrante do processo de conquista e consolidação da democracia”.<sup>13</sup>

O controle sobre o trabalho policial pode ser interno – como as corregedorias – ou externo – como as ouvidorias.

#### A) Corregedorias de Polícia – controle interno:

Normalmente as agências polícias possuem mecanismos formais e informais próprios para fazer o controle sobre a sua atuação. Para além disto, as Polícias Militares e as Polícias Civas possuem, cada qual, um órgão interno, denominado Corregedoria, encarregado da investigação de crimes e infrações administrativas e disciplinares envolvendo policiais, no qual o cargo de corregedor é ocupado por um policial da corporação, escolhido e subordinado ao comandante da Polícia Militar ou ao chefe da Polícia Civil.<sup>14</sup>

A Corregedoria da Polícia Militar ou a Corregedoria da Polícia Civil são responsáveis por fazer a investigação preliminar, que é sigilosa, das denúncias recebidas, seja através da própria vítima ou testemunha, seja do comandante, delegado, Ministério Público, Ouvidoria de Polícia, disque-denúncia ou meios de comunicação.

Ao verificar a veracidade da denúncia, é feita uma sindicância e aplica a penalidade correspondente para faltas de natureza administrativa; ou, se for um crime, abre-se o inquérito policial para ser encaminhado para o Ministério Público que o transformará em ação penal civil ou militar.

Embora tenha a função de investigar, na prática, a Corregedoria encaminha boa parte das denúncias a unidade que o policial acusado trabalha, para que esta faça a investigação, e remeta as conclusões à Corregedoria.<sup>15</sup>

13. LEMGRUBER et al., 2003, p.25.

14. LEMGRUBER et al., 2003.

15. LEMGRUBER et al., 2003

## **B) Ouvidorias de Polícia – controle externo:**

As primeiras ouvidorias no Brasil foram nos estados de São Paulo, em 1995; Pará em 1996; Minas Gerais, em 1997; Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul em 1999.

Embora a Ouvidoria seja uma experiência recente no Brasil, já é possível perceber os limites da sua atuação: possuem pouca independência e autonomia, poucos recursos financeiros, insuficiente número de funcionários e funcionam freqüentemente no próprio prédio da Secretaria de Segurança<sup>16</sup>

O cargo de ouvidor é exercido por uma única pessoa com o auxílio de uma equipe composta assessores policiais (civil e militar), assessores jurídicos, psicólogos, assistente social, atendente, estagiários de direito e, às vezes, um assessor de informática e um de imprensa. O ouvidor é indicado pelo governador, por escolha pessoal ou através de lista tríplice encaminhada pelos Conselhos Estaduais dos Direitos da Pessoa Humana, para um mandato de dois anos.

A Ouvidoria, no Brasil, não tem autonomia para investigar por conta própria. Ela recebe as queixas dos cidadãos relacionadas a policiais e repassa para a própria polícia para investigar.

Assim as queixas são encaminhadas para as corregedorias de polícia para que esta investigue e responda. Não existe um prazo legal para esta resposta. O que a Ouvidoria pode, e freqüentemente faz, é pedir para a Corregedoria aprofundar a investigação caso o resultado não seja satisfatório. Mas a relação entre Ouvidoria e Corregedoria não tem sido tranqüila, conforme assinala a pesquisa coordenada por Julita Lemgruber:

*“O relacionamento das ouvidorias com as polícias Civil e Militar, e com as suas respectivas Corregedorias, está longe de poder ser definido como de cordialidade e cooperação; em geral é marcado por tensões, conflitos e mútuas desconfianças. As Ouvidorias acusam as Corregedorias de maquiagem investigações para salvaguardar o nome das polícias. As Corregedorias, por sua vez, acusam as Ouvidorias de lhe enviarem numerosas denúncias improcedentes e mal fundamentadas, que com freqüência seriam fruto de tentativas de vingança contra policiais.”<sup>17</sup>*

Além da Ouvidoria, a Constituição de 1988 deu ao Ministério Público a atribuição do controle externo das polícias, inclusive através do acompanhamento da investigação realizada pelas Corregedorias em casos de denúncias de tortura e crimes. Na prática, porém, salvo exceções de grupos militantes, o Ministério Público, mesmo ocupando um lugar privilegiado devido a sua autonomia ao poder executivo e judiciário, ele não tem exercido o seu papel de controle externo.<sup>18</sup>

16. LEMGRUBER et al., 2003.

17. 2003, p.147.

18. LEMGRUBER et al., 2003.

### ***2.3. O policial como o outro: polícia x sociedade?***

Cotidianamente, a polícia atua quando “alguma coisa que não deveria estar acontecendo e sobre a qual alguém tem que fazer alguma coisa agora e bem”<sup>19</sup>. Ela experimenta toda a diversidade e acaso da vida social, vivenciando as situações mais inusitadas e interagindo com os mais diferentes grupos.

Entretanto, as polícias militares, nas décadas de 60 e 70, tiveram uma atuação voltada para a segurança do Estado, ao invés de ter uma preocupação com o cidadão, que, por sua vez, era colocado sob vigilância, devido a uma possível orientação política contrária aos interesses do Estado. Da experiência durante a Ditadura, propagou-se o medo da polícia pela classe média, o que só alargou os segmentos sociais que viam a polícia como fonte de arbitrariedade e truculência. Se atualmente, não existe o medo do confronto policial devido às orientações políticas, existem outros medos. Nas classes trabalhadoras, a polícia continua sendo identificada como origem da violência<sup>20</sup>

Embora estas representações não se traduzam no comportamento e atuação de muitos policiais, o certo é que a relação polícia e sociedade possui uma história conturbada de suspeitas, violações de direitos, torturas, chacinas, corrupção e extorsão. O resultado disto é uma instituição com baixo índice de credibilidade diante da sociedade. Seja qual for a classe social, existe um desconforto decorrente do encontro com a polícia – nunca se sabe o que pode acontecer. E, se não existe confiança, como cooperar com o trabalho policial?

Por outro lado, em uma sociedade, onde as relações pessoais – os “conhecidos”, os parentes e o “você sabe com quem está falando” – freqüentemente dão a medida da aplicação da lei, a lógica do trabalho policial torna-se imprevisível. A polícia oferece um tratamento desigual aos indivíduos, no mesmo sentido que a sociedade se percebe como desigual.

### ***2.4. A Polícia no Brasil:***

Em 8 de março de 1808, aportam no cais no Rio de Janeiro, o rei D. João VI, a família real e uma comitiva de 10.000 a 15.000 pessoas – fora os militares – dispostos a transformar a colônia em um “novo império”<sup>21</sup>. Os portugueses recém chegados encontraram uma “população hostil e perigosa e com o espaço público na cidade ocupado por escravos africanos como nunca tinham visto em sua pátria”<sup>22</sup>. Para manter a ordem, o rei cria, em 10 de maio de 1808, a **Intendência Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil**, a exemplo do que já existia em Portugal desde 1760, e que por sua vez foi baseado no modelo francês. A Intendência tinha a responsabilidade pelas obras públicas e o abastecimento da cidade, segurança, ordem pública, vigilância da população, a investigação dos crimes e a captura dos criminosos. Ela é considerada a origem das polícias civis estaduais.<sup>23</sup> Em 13 de maio de 1809, para dar suporte a Intendência, D. João VI cria a **Guarda Real de Polícia**, que originou as atuais polícias militares. A Guarda foi criada como uma força policial de tempo integral,

19. MUNIZ, 1999, p.263.

20. CARDIA, 1997; ALVITO, 2001.

21. FAORO, 2000.

22. HOLLOWAY, 1997, p.41.

23. HOLLOWAY, 1997)

com uma organização militar, com a função de manter a ordem e perseguir criminosos. Subordinada à Intendência de Polícia, a Guarda Real foi autorizada a funcionar com 218 homens, mas sempre teve dificuldade em completar o efetivo pelos baixos salários.

Passando ao longo dos anos por diversos momentos de atribuição e transformação, em 1969, através de decretos o policiamento ostensivo fardado passa a ser atribuição exclusiva das **Polícias Militares**, marcando o seu retorno à função de policiamento num contexto de ditadura militar, que significou o controle de multidões e operações de choque de manifestações civis e o “caça as bruxas”. Em 1970, através do Decreto-lei 66.862/70 as Polícias Militares recebem a determinação para se incorporarem ao serviço de informações e contra-informações do Exército, contaminando, desta forma, a sua atividade de policiamento, já comprometida, com a preocupação de produzir informação contra um “inimigo” interno.<sup>24</sup> Neste momento, se desenhou o modelo de polícia que vigora até hoje, ou seja, de duas agências policiais estaduais de ciclo incompleto. Uma polícia – militar – com o papel de polícia fardada e ostensiva; e outra – civil – com atribuição judiciária e investigativa.

*Mas o que significa “ciclo incompleto”? A expressão indica que, ao invés de uma única instituição policial desempenhar as funções de investigação e policiamento ostensivo, estas se encontram divididas em duas polícias, que devem operar, portanto, em caráter de cooperação. A polícia militar realiza o policiamento ostensivo uniformizado; é a polícia do “antes e durante” que vemos diariamente nas ruas. A polícia civil é judiciária, ou seja, opera depois do evento ocorrido, no registro e investigação dos crimes cometidos. A primeira é de caráter essencialmente preventivo, partindo do pressuposto de que sua presença ostensiva inibe as ações criminais e de desordem pública. A segunda é, por definição, repressiva, pois opera no pós-fato, sobre as conseqüências das ações em sua investigação.*

No Rio de Janeiro, em 1983, como conseqüência das eleições diretas para o governo do Estado, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro passa a ser comandada por um oficial da Polícia Militar e não mais por um oficial do Exército, no ano seguinte as mulheres passaram a ser admitidas na PMERJ. A Constituição de 1988 expressa estas mudanças ao considerar a segurança pública como dever do Estado, mas direito e responsabilidade de todos os indivíduos (CF, art. 144).

Desta forma, a década de 80 marca o início de um processo de redefinição do papel das policiais, em especial a Polícia Militar, e, como em qualquer transformação, isto não ocorre sem contradições e conflitos.

### **2.5. A Segurança Pública na Constituição de 1988:**

A Constituição Federal de 1988 atribui ao Estado – através dos órgãos listados abaixo – o dever e a “todos” o direito e responsabilidade pela segurança pública que é descrita como preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e patrimônio:

#### **Polícia Federal**

- Apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme (art. 144, §1º, inciso I);
- Prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência (art. 144, §1º, inciso II);
- Exercer as funções de polícia marítima, aérea e de fronteiras (art. 144, §1º, inciso III);
- Exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União (art. 144, §1º, inciso IV);

**Polícia Rodoviária Federal** – Fazer o patrulhamento ostensivo das rodovias federais (art. 144, §2º);

**Polícia Ferroviária Federal** – Fazer o patrulhamento ostensivo das ferrovias federais (art. 144, §3º);

**Polícias Civis** – Exercer a função de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares (art. 144, §4º);

**Polícias e Corpos de Bombeiros Militares** – A elas cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública (art. 144, §5º). Sendo que a polícia militar, juntamente com os corpos de bombeiros militares, são forças auxiliares e reserva do Exército (art. 144, §6º)

**Guardas Municipais** – Podem ser constituídas pelos municípios para a proteção dos seus bens, serviços e instalações (art. 144 §8º).

### **3. Sistema Judiciário Criminal Brasileiro:**

As polícias – especialmente as militares – representam a parte mais visível das agências responsáveis pela segurança pública. Desta forma, vale a pena tentar compreender o sistema judiciário criminal brasileiro para assim entender o papel das polícias nele.

No Brasil, o sistema judiciário criminal envolve diferentes instituições – **Polícias, o Ministério Público, Defensoria Pública, Poder Judiciário e o Sistema Prisional** – com diferentes princípios de organização. O que dificulta compreender estas instituições

como um único sistema coerente, porque cada instituição atua de uma forma, e um sistema pressupõe-se que é composto por elementos inter-relacionados que operam com a mesma lógica<sup>25</sup>. Desta forma, pode-se falar em subsistemas dentro do sistema judicial criminal. Tem-se, então: o das polícias, Varas criminais, Tribunal do Júri, Juizado Especial Criminal e Sistema Prisional.

### **3.1. A Polícia Militar:**

A Polícia Militar tem como base a hierarquia e a disciplina, sendo organizada militarmente seguindo um modelo inspirado no Exército Brasileiro. Como no Exército, a PM possui Estado Maior, Cadeias de Comando, batalhões, Companhias, tropas, destacamento, regimentos etc, e o efetivo distribuído hierarquicamente em graduações ou patentes militares. É conhecida como polícia ostensiva, isto é, aquela responsável por atuar na “manutenção da ordem e da paz pública”.

### **3.2. A Polícia Civil e o Inquérito Policial:**

A Polícia Civil é uma polícia judiciária, isto significa dizer que ela transforma o fato social, trazido pela PM ou por um denunciante, em fato jurídico. O inquérito policial é realizado pela Polícia Civil, no qual ela vai coletar indícios, ou seja sinais que indiquem que houve um crime (materialidade) e quem praticou (autoria). Esses indícios apenas apontam o culpado, podem(ou não) se transformar em prova no processo judicial. Nesta etapa, o acusado não é necessariamente escutado – em alguns casos ele não sabe exatamente como e porque está sendo investigado e sem espaço formal para que ele possa se defender.

A questão é que o conteúdo do inquérito policial – “a verdade” do inquérito – pode, e freqüentemente é, levado em consideração no processo judicial para o “livre convencimento” do juiz. Até porque nem a magistratura nem o Ministério Público possuem equipe para fazer investigações.<sup>26</sup> E, embora exista a presunção da inocência – onde todo mundo é inocente até que se prove o contrário – na prática, verifica-se o contrário, o indiciado já é olhado como culpado, tendo que provar a sua inocência.

Assim, no término do inquérito policial, caso considere pertinente, o delegado indicia o acusado para o Ministério Público.

### **3.3. O Processo Judicial:**

#### **A) Ministério Público:**

O Ministério Público é uma instituição autônoma e tem como uma de suas funções cuidar de direitos sociais e individuais, através da ação penal pública (CF, art. 129, inciso I), assim com exercer o controle externo da polícia (CF, art. 129, inciso VII). Cabe ao Ministério Público iniciar o processo penal na esfera do judiciário, através da denúncia feita pelo

25. BUCKLEY, 1971.

26. KANT de LIMA, 1995; 2002.



promotor. Porém, se este julgar que as informações contidas no inquérito policial não são suficientes, ele pode devolvê-lo para o delegado solicitando novas diligências.

### **B) Advocacia e Defensoria Pública:**

Segundo o Código de Processo Penal Brasileiro, nenhuma pessoa pode ser processada e julgada sem um advogado para defendê-la. Caso a pessoa não tenha recursos financeiros para arcar com os honorários advocatícios, o Estado designará um defensor público para defendê-la sem custos. É importante ressaltar que a Defensoria Pública é um órgão autônomo, ou seja, não pertence ao Poder Judiciário. E, assim como o Ministério Público, é uma instituição fundamental para o exercício da função jurisdicional do Estado.

### **C) Poder Judiciário:**

A denúncia criminal apresentada pelo promotor será encaminhada para as varas criminais, juizados especiais criminais ou tribunal do júri conforme a natureza do delito.

#### **As Varas Criminais:**

As varas criminais absorvem as denúncias dos promotores que não são qualificadas como sendo de pequeno potencial ofensivo. O juiz criminal será o responsável por julgar o processo judicial, dando seu veredicto após interrogar o réu, testemunhas, promotor e advogado da defesa ou defensor público.

Nesta etapa, há a ampla defesa e o contraditório – que consiste respectivamente, na possibilidade de usar todos os recursos para a defesa e na oposição de teses entre a defesa e a acusação.

Assim o réu apresenta a sua defesa – na qual pode mentir – ao juiz singular que decide de acordo com o seu “livre convencimento”, pressupondo que no julgamento do juiz é neutro, racional e imparcial na sua busca pela verdade real. Este procedimento favorece o que foi escrito no processo e no inquérito, a interpretação pessoal do magistrado (e, portanto, os conceitos gerados em sua origem social, por exemplo) e o caráter implícito dos acontecimentos.<sup>27</sup>

#### **O Julgamento pelo Tribunal do Júri:**

Nos crimes intencionais contra a vida humana, ao proferir a sentença, o juiz poderá desclassificar o delito, dar a absolvição sumária, a impronúncia ou pronúncia do réu, no último caso, o réu tem o seu nome inscrito no rol dos culpados. No julgamento pelo tribunal do júri, o réu será julgado por jurados escolhidos por sorteio de uma lista anual de nomes. Os jurados não podem discutir o caso entre si e o voto é secreto conforme a consciência de cada um<sup>28</sup>. Ou seja, não há negociação, troca de idéias ou opiniões, a decisão dá-se por votação.

27. KANT de LIMA, 2002.

28. KANT de LIMA, 2002.

### **Juizados Especiais Criminais – JECRIM:**

O JECRIM foi criado pela Constituição de 1988 e regulamentado pela Lei 9.009/95, a fim de dar rapidez ao processo judicial e desafogar a Varal Criminal, julgando os crimes de *menor potencial ofensivo*, a partir dos “princípios da oralidade, simplicidade, informalidade, celeridade, economia processual, conciliação e transação”.<sup>29</sup> Assim, o processo seria mais rápido, com menos formalidade e a sentença refletiria um consenso entre as partes. O JECRIM possibilita ainda que as partes entrem em acordo sobre a pena a ser aplicada, podendo substituir a pena de prisão por penas chamadas de alternativas, como: pagamento de cestas básicas, prestação de serviços à comunidade ou pagamento de multa. Ainda aqui, não há negociação ou acordo sobre a culpa ou responsabilidade, somente sobre a pena a ser aplicada.

### **3.4. Sistema prisional:**

O sistema prisional é responsável por executar as penas de reclusão, tendo como princípio a ressocialização do apenado. Existem diferentes tipos de unidades prisionais, que correspondem as etapas do processo judicial, sendo as casas de custódia e os presídios destinados a pessoas que aguardam o julgamento. As penitenciárias são destinadas à execução penal, que pode ser em regime fechado ou semi-fechado.

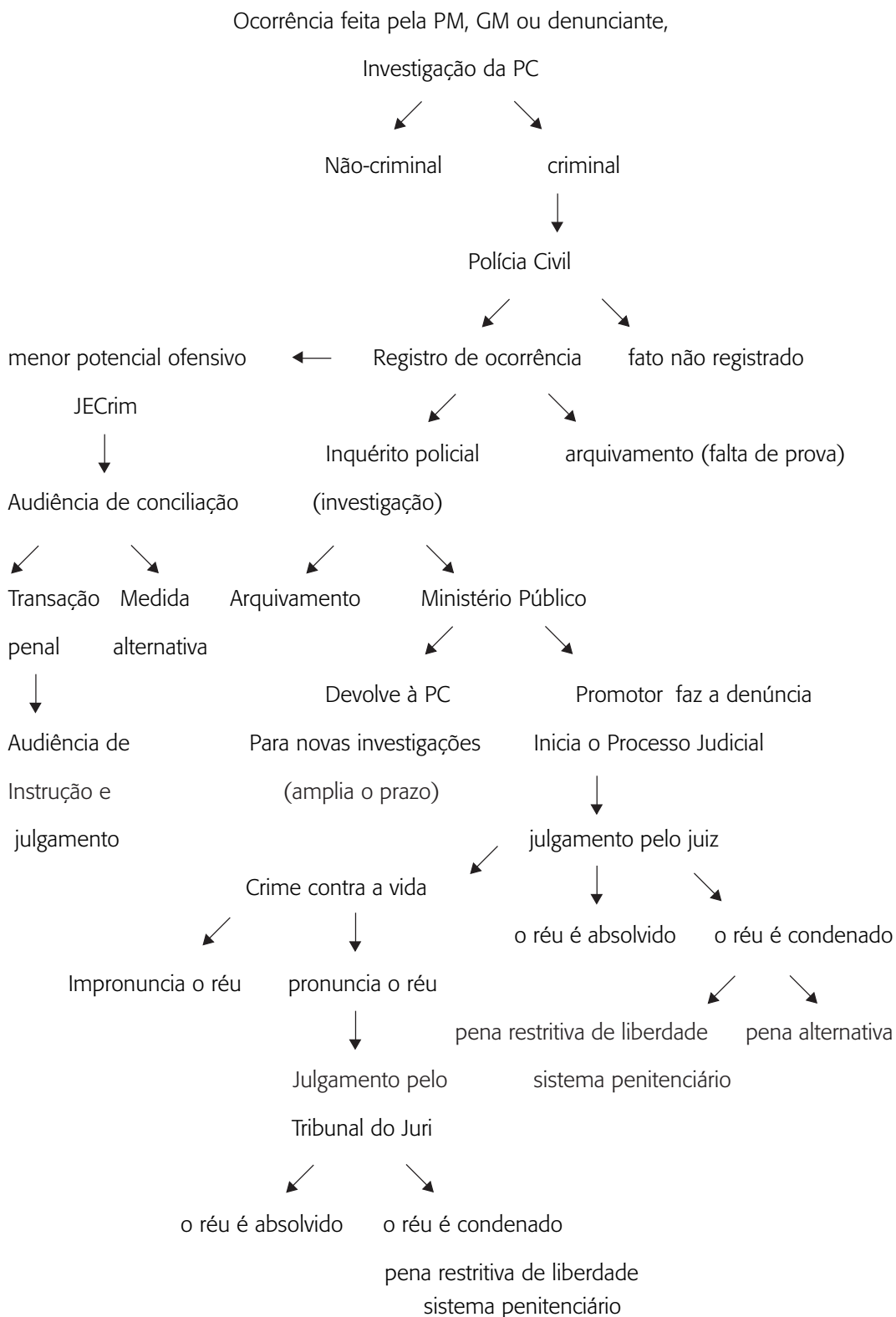
**Vanessa Cortes**

*Viva Rio*

29. KANT de LIMA, 2002, p 269.

## Fluxograma

### CAMINHO PERCORRIDO POR UM FATO



## 5. Referência Bibliográfica:

- ADORNO, Sérgio. *Exclusão socioeconômica e violência urbana*. In *Sociologias*, Porto Alegre, ano 4, nº8, jul/dez 2002, p 84-135.
- ALVITO, Marcos – *As cores de Acari: uma favela carioca*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- BAYLEY, David H. - *Padrões de Policiamento: uma análise comparativa internacional*. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. (Polícia e Sociedade; nº1)
- BEZERRA, Marcos Otávio. *Corrupção: um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil*. Rio de Janeiro, ANPOCS, ed Relume Dumará, 1995.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Ed Saraiva, 1997.
- BRETAS, Marcos Luiz. A Polícia carioca no Império. In *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 12, n. 22, 1998, p. 219-234.
- BUCKLEY, Walter. *A sociologia e a moderna teoria dos sistemas*. São Paulo, Cultrix, editora da USP, 1971.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio – *Cidade de muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. Edusp, São Paulo, 2000.
- CARDIA, Nancy – *O medo da polícia e as graves violações dos direitos humanos*. In *Tempo Social*; ver. Sociol. USP, São Paulo, 9 (1): 249-265, maio de 1997.
- CORTES, Vanessa de Amorim – *Espaço urbano e segurança pública: entre o público, o privado e o particular*. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 2005.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. 10ªed. – São Paulo: Globo; Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro)
- HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro, ed. FGV, 1997.
- KANT de LIMA, Roberto – *“Carnavais, malandros e heróis: o dilema brasileiro do espaço público”*. In: GOMES, L.G., BARBOSA, L., DRUMMOND, J.A (org.). *O Brasil não é para principiantes*. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p.105-123.
- KANT de LIMA, Roberto. *A Polícia da Cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro, ed Forense, 2ªedição, 1995.
- KANT de LIMA, Roberto, AMORIM, Maria Stella, BURGOS, Marcelo. *Os juizados especiais no sistema judiciário criminal brasileiro: controvérsias, avaliações e projeções*. IN Revista Brasileira de Ciências Criminais, IBCCRIM/Editora Revista dos Tribunais, nº 40, out/dez. 2002, p.255-81.
- \_\_\_\_\_. *Juizados Especiais Criminais, sistema judicial e sociedade no Brasil: ensaios interdisciplinares*. Ed. Intertexto, Niterói, 2003
- LEMGRUBER, Julita, MUSUMECI, Leonarda e CANO, Ignácio – *Quem vigia os vigias? Um estudo sobre controle externo da polícia no Brasil*. Editora Record, Rio de Janeiro, 2003.
- MARSHALL, T.H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro, Zahar editores, 19-?
- MISSE, Michel. *Cinco teses equivocadas sobre a criminalidade urbana no Brasil*. In *Violência e Participação Política no Rio de Janeiro*, Série Estudos, IUPERJ, nº91, agosto de 1995, p.23-39.
- MUNIZ, Jacqueline. *A Crise de Identidade das Polícias Militares Brasileiras*. In *Security and Defense Studies Review* . Vol. 1, Winter 2001, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Ser Policial é, sobretudo, uma razão de ser*. Cultura e Cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. IUPERJ, tese de doutorado, 1999.
- MUNIZ, Jacqueline e SOARES, Bárbara Musumeci. *Mapeamento da vitimização de policiais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ISER, Unesco, julho de 1998.
- MUNIZ, Jacqueline e ZACCHI, José Marcelo. *Avanços, Frustrações e Desafios para uma Política Progressiva, Democrática e Efetiva de Segurança Pública no Brasil*. Textos PROSUR / Segurança Cidadã, junho de 2004.
- SILVA FILHO, José Vicente. *Fundamentos para a reforma da polícia*. In *Análise e Pesquisa*, dez/2001 ([http://www.josevicente.com.br/pesquisas/pesq\\_05.htm](http://www.josevicente.com.br/pesquisas/pesq_05.htm), acesso em 13/06/06)
- SOARES, Luiz Eduardo. *Entrevista ao Instituto Sou da Paz*.

# Diagnóstico Populacional – crianças e jovens no Brasil

Quando nos referimos às crianças, adolescentes e jovens brasileiros cabe a pergunta: de quem estamos falando? É fundamental iniciarmos este trabalho dando uma face, traçando o perfil deste público para que possamos analisar melhor o contexto no qual eles estão inseridos. Em um país com imensas proporções como o Brasil onde cada região tem especificidades e grandes diferenças culturais, geográficas e populacionais delinear um perfil para este grupo mostra-se essencial.

A evolução de uma nação está intimamente ligada ao papel exercido pela infância e juventude daquele país, sendo os jovens a principal força de trabalho e mola propulsora para o desenvolvimento da nação. Assim, quando verificamos que estamos perdendo muitos de nossos jovens para o crime, cabe a pergunta: qual a nossa responsabilidade neste processo, como cidadãos, integrantes da sociedade civil brasileira, o que podemos fazer para ajudar a reverter este quadro? Podemos a princípio e como ponto de partida, entender melhor a realidade em que grande parte de nossas crianças e jovens vive atualmente, os fatores causais que levam muitas vezes o adolescente a se envolver nesta violência seja como vítima, seja como perpetrador. Segundo dados de recente pesquisa realizada pelo Instituto de Segurança Pública (ISP), no Rio de Janeiro, para cada 10 crianças e adolescentes vítimas da violência, somente uma está envolvida em ato infracional.<sup>1</sup> Oportunidades e chances precisam ser criadas para que este grupo tão importante possa trilhar novos e diferentes caminhos, que os leve posteriormente a um futuro digno, próspero e longe da violência.

### 1. Crianças, adolescentes e jovens

Segundo a legislação brasileira considera-se criança todo indivíduo de até 12 (doze) anos de idade incompletos e adolescente aqueles que têm entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos de idade incompletos.<sup>2</sup>

1. Miranda, Ana Paula Mendes de; Mello, Kátia Sento Sé & DIRK, Renato Dossiê Criança e Adolescente Arquivo disponível em [www.isp.rj.gov.br](http://www.isp.rj.gov.br), Rio de Janeiro: ISP, 2007

2. Art. 2, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, lei 8.069/90.

O Brasil é signatário da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), instrumento internacional de direitos humanos com maior número de ratificações na história.<sup>3</sup> A CDC dispõe no seu artigo 1 que criança é todo ser humano com menos de 18 anos de idade. Há diversas maneiras pelas quais um instrumento internacional pode influenciar a legislação interna de um país, porém não cabe aqui neste trabalho identificar e explicar cada uma delas. Num breve resumo para os nossos propósitos basta entender que ainda que o Brasil tenha ratificado a CDC, considerou-se necessário pelo legislador brasileiro a criação da categoria adolescente dentro dos primeiros 18 anos de vida.

Já a juventude é compreendida por aqueles indivíduos com idade entre 15 e 24 anos. Há ainda um padrão internacional onde jovens têm idade entre 15 e 29 anos e que é também utilizado no Brasil. Nesse caso, podem ser considerados jovens os “adolescentes jovens” (com idade entre os 15 e 17 anos), os “jovens-jovens” (com idades entre os 18 e 24 anos) e os “jovens adultos” (com idades entre os 25 e 29 anos).<sup>4</sup>

A fase da adolescência e juventude (havendo aí uma interseção dos 15 aos 18 anos) é um período especial por diversos aspectos. O jovem é fundamentalmente um indivíduo que está mais suscetível a influências externas podendo ser elas positivas ou negativas. Isto se dá pelo fato dele ainda estar vivendo um processo de amadurecimento, formação da personalidade, um período onde as suas escolhas podem determinar o rumo que suas vidas irão tomar. Para a nossa realidade é importante traçar uma distinção entre crianças, adolescentes e jovens maiores de 18 anos devido ao tratamento diferenciado que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a legislação penal brasileira lhes conferem e que veremos a seguir.

## 2. Quantos são e onde estão?

Segundo pesquisa do PNAD 2005, jovens são aqueles indivíduos entre 15 e 29 anos, estando 21% (10,6 milhões) na faixa de 15 a 17 anos, 48% (24,4 milhões) na faixa etária de 18 a 24 anos e 31% (15,5 milhões) na faixa de 25 a 29 anos. Estamos falando ao todo de 50,5 milhões de jovens com idade entre 15 e 29 anos no Brasil, dos quais de acordo com dados do último censo do IBGE, 50,2% são do sexo feminino. São 35 milhões de jovens com idades entre 15 e 24 anos, sendo que é nesta faixa etária que se encontra a parte da população brasileira mais atingida pelos piores índices de desemprego, de evasão escolar, de falta de formação profissional, mortes por homicídio, envolvimento com drogas e com a criminalidade.

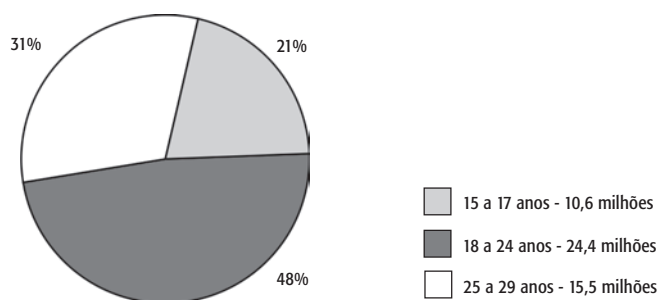
A maior parte da população juvenil<sup>5</sup> encontra-se na região sudeste do país, sendo ela composta por 41% ou 20,6 milhões de jovens. Já a região nordeste comporta 29% ou 17,8 milhões de jovens, seguida pela região sul onde há 14% ou 6,9 milhões de jovens. Na região norte encontra-se 9% ou 4,3 milhões sendo seguido pela região centro-oeste onde se concentra finalmente 7% ou 3,7 milhões da população jovem brasileira.

3. A Assembléia Geral da ONU adotou a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) em 20 de novembro de 1989, e em 1990, o documento foi oficializado como lei internacional. A CDC é o instrumento de direitos humanos mais aceito na história universal. Foi ratificado por 192 países. Somente dois países não ratificaram a Convenção: os Estados Unidos e a Somália.

4. Conselho Nacional de Juventude, *Política Nacional de Juventude: Diretrizes e Perspectivas*, 2ª Edição, 2006, pág 5.

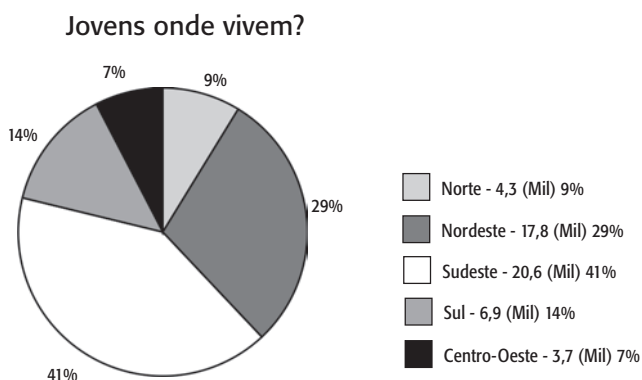
5. Estatística PNAD 2005 considerou a faixa etária de 15 a 29 anos.

## Jovens de 15 a 29 anos - PNDA 2005



Segundo a mesma pesquisa PNAD, nossos jovens estão distribuídos principalmente na região Sudeste brasileira com 41% (20,6 milhões) da população jovem vivendo nos quatro estados que compõem esta região. Em segundo lugar vem a região Nordeste com 29% (17,8 milhões), seguida da região Sul com 14% (6,9 milhões) que já apresenta um número muito mais reduzido do que a predecessora. Completando o quadro temos a região Norte com 9% (4,3 milhões) vindo por último a região Centro-Oeste com 7% (3,7 milhões).

## 50,5 milhões de jovens de 15 a 29 anos<sup>6</sup>



### 3. Quantos estão fora da escola?

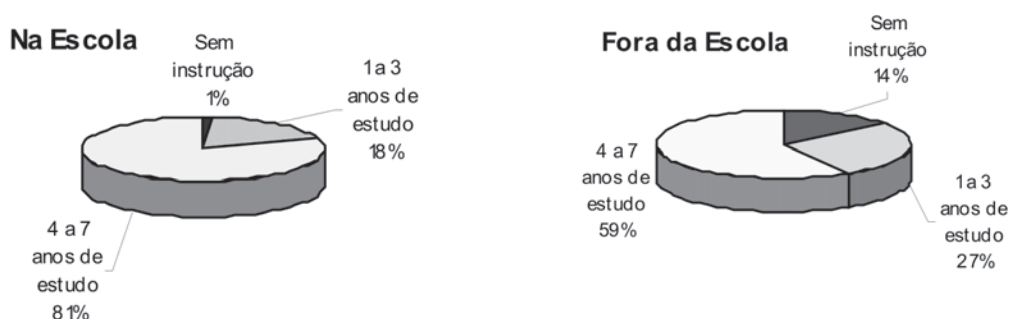
A avaliação puramente quantitativa deste dado infelizmente pode levar ao erro. O Brasil possui aproximadamente 97% de suas crianças na escola. Porém, quando procedemos a uma análise qualitativa concluímos facilmente que a escola não tem conseguido manter muitos dos adolescentes brasileiros estudando. É na adolescência que ocorre grande evasão escolar tendo em vista uma série de fatores. Numa explicação rápida pode-se

6. GT Juventude, março 2007 – Secretaria Nacional de Juventude – Governo Federal

dizer que a escola pública (municipal ou estadual) não é vista por tais adolescentes como uma via que vai lhes possibilitar construir um futuro melhor. Tendo em vista a qualidade muito deficitária do ensino público no Brasil, um número significativo de adolescentes pára de estudar em uma idade crítica, por volta dos 15 anos. Atualmente existe no Brasil a “Aprovação Automática” onde alunos são aprovados para a série seguinte sem uma avaliação. Ou seja, como resultado disto há crianças na 4ª série do ensino fundamental que mal sabem ler. Pode-se através desta simples análise perceber a razão pela qual tantos adolescentes param de estudar... Uma escola onde professores recebem uma remuneração baixíssima, que não é atrativa, não desperta o interesse dos alunos e principalmente não faz com que nasça neles uma perspectiva positiva com relação ao futuro dificilmente vai ajudar na formação de cidadãos, como deveria ser.

Segundo demonstra o gráfico abaixo<sup>7</sup> a grande maioria da população jovem tem de 4 a 7 anos de estudo (81% para os defasados e 59% para os excluídos); uma parcela significativa tem de 1 a 3 anos (18% para os defasados e 27% para os excluídos). No analfabetismo, por sua vez, os dois grupos se separam: inexpressivo entre os defasados (1%), chega a 14% entre os excluídos.

#### Jovens de 15 a 24 anos, defasados ou fora da escola, por anos de estudo



Fontes: Censo Populacional 2000 e PNAD 1999 - IBGE. Censo Escolar 2002 - INEP. Pesquisa ISER, 2003

#### 4. O custo de não investir cedo

A economia brasileira gerará menos R\$ 7 milhões devido ao abandono precoce da escola por jovens. Uma medida assim tão elevada de “benefícios perdidos”, calculada com base no que poderia ter sido se os e as jovens não tivessem se engajado num comportamento negativo ou terminado numa situação desafortunada, demonstra perdas verdadeiras para a sociedade brasileira. Essas estimativas são conservadoras, já que não incluem as perdas que não podem ser capturadas por números, como as oportunidades perdidas em termos de desenvolvimento cultural, maior eficiência na família, fortalecimento das tradições democráticas e contribuições voluntárias à sociedade. A

7. Fernandes R., *Segurança para Viver - Propostas para uma política de redução da violência entre adolescentes e jovens*, Viva-Rio, Rio de Janeiro, 2005, p.12.



maior perda é dos/as próprios/as jovens, pois renunciam a seus futuros ao se engajarem em comportamentos de risco e experimentar conseqüências negativas hoje. Novamente, voltando à educação, a corte dos que abandonam cedo a escola ganhará R\$ 300 bilhões menos ao longo de suas vidas, em comparação com os ganhos que teria se cada um/a tivesse terminado pelo menos o próximo nível de educação. A prevenção desses comportamentos aumentaria o bem-estar das pessoas em termos de melhor status de saúde, maior potencial de ganhos e maior potencial para desfrutar a vida. Além disso, também eliminaria custos sociais, liberando recursos públicos que poderiam ser gastos em outras iniciativas para acelerar o crescimento, na medida em que as pessoas teriam maior capital humano e, assim, maior capacidade produtiva. Isso sugere que o investimento nos/as jovens é uma parte crucial da estratégia mais ampla de investir no desenvolvimento econômico e social do país.<sup>8</sup>

#### **4.1. Os custos imensuráveis do abandono precoce da escola**

Vários estudos sobre o custo do abandono precoce da escola têm mostrado que um mais baixo nível educacional, quando controlado por renda familiar, está correlacionado com:

- maior deterioração da saúde da pessoa e da família
- maior violência doméstica
- indicadores psicológicos mais pobres
- maior delinqüência juvenil dos/as próprios/as filhos/as
- comportamentos sexuais de risco
- aumento do uso de drogas
- sentimentos mais profundos de exclusão social
- mais baixo grau de voluntarismo
- menores contribuições à democracia
- menores contribuições à expressão cultural

8. *Jovens em situação de Risco no Brasil*, Relatório no. 32310-BR, Volume I, Banco Mundial, Brasília, Junho 2007, pp. 9/10.

9. Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei, Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, SEDH - Governo Federal, realizado no período de 01/08/2006 a 15/08/2006.

10. Levantamento da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo - 2003.

11. CRFB - Art.228. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial.

#### **5. Quantos estão em conflito com a lei?<sup>9</sup>**

Outro dado objetivo que merece nossa atenção é o baixíssimo percentual de adolescentes responsáveis por crimes graves no país. Por exemplo, no estado de São Paulo, adolescentes são responsáveis por apenas 1% dos homicídios e por menos de 4% do total de crimes.<sup>10</sup> Este percentual objetivamente nunca justificaria uma mudança em um dispositivo constitucional de tamanha importância como o artigo 228 - que é na realidade verdadeira cláusula pétreia<sup>11</sup>, o que vem desfazer o mito de que são os jovens os principais responsáveis pela violência e criminalidade no país. Este dado é corroborado

por pesquisa feita pelo ILANUD - Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente, onde ficou demonstrado que os crimes graves atribuídos a adolescentes no Brasil não ultrapassam 10% do total de infrações. Também vale lembrar que a grande maioria dos atos infracionais é contra o patrimônio e não contra a vida.<sup>12</sup>

O levantamento estatístico da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (Murad, 2004) identificou que existiam no Brasil cerca de 39.578 adolescentes no sistema socioeducativo. Este quantitativo representava 0,2% (zero vírgula dois por cento) do total de adolescentes na idade de 12 a 18 anos existentes no Brasil (Tabela 1). Ainda em relação a este levantamento estatístico, 70% (setenta por cento), ou seja, 27.763 do total de adolescentes no Sistema Socioeducativo se encontravam em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto (liberdade assistida e prestação de serviço a comunidade).

**TABELA1. Adolescentes segundo o sistema socioeducativo e a população total de adolescentes de 12 a 18 anos por região**

<b>Regiões</b>	<b>Adolescentes no SSE*</b>	<b>População de 12 a 18 anos**</b>
<b>Brasil</b>	<b>39.578</b>	<b>25.030.970</b>
Centro-Oeste	3.601	1.704.139
Sudeste	22.022	9.790.356
Sul	6.413	3.406.985
Norte	2.048	2.180.849
Nordeste	5.494	8.417.089

\*Dados da SEDH/SPDCA (Murad *et alí*, 2004).

\*\* Censo Demográfico (IBGE, 2000) Caracterização da população – Resultados da amostra.

Segundo Rocha (2002), havia no país 9.555 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação e internação provisória. Destes, 90%(noventa por cento) eram do sexo masculino; 76% (setenta e seis por cento) tinham idade entre 16 e 18 anos; 63% (sessenta e três por cento) não eram brancos e destes 97% (noventa e sete por cento) eram afro descendentes; 51% (cinquenta e um por cento) não freqüentavam a escola; 90% (noventa por cento) não concluíram o Ensino Fundamental; 49% (quarenta e nove por cento) não trabalhavam; 81% (oitenta e um por cento) viviam com a família quando praticaram o ato infracional; 12,7% (doze vírgula sete por cento) viviam em famílias que não possuíam renda mensal; 66%(sessenta e seis por cento) em famílias com renda mensal de até dois salários mínimos, e 85,6%(oitenta e cinco vírgula seis por cento) eram usuários de drogas. Em cumprimento da medida socioeducativa de semiliberdade existiam 1.260 adolescentes, segundo Fuchs (2004). Destes, 96,6% (noventa e seis vírgula seis) eram do sexo masculino; 68,5% (sessenta

12. Alves A., *Redução da Idade Penal e Criminalidade no Brasil*, CONANDA, 2007.

e oito vírgula cinco) tinham entre 15 a 17 anos; 62,4% (sessenta e dois vírgula quatro por cento) eram afro descendentes; 58,7% (cinquenta e oito vírgula sete por cento) estavam fora da escola formal antes do cometimento do ato infracional; 75,7% (setenta e cinco vírgula sete por cento) não trabalhavam; 70% (setenta por cento) se declaravam usuários de drogas e 87,2% (oitenta e sete vírgula dois por cento) viviam com a família antes do início do cumprimento da medida socioeducativa.

A realidade dos adolescentes brasileiros, incluindo aqueles no contexto socioeducativo, exige atenção do Estado e evidencia a necessidade de uma agenda de urgências no sentido de se efetivar políticas públicas e sociais e, sobretudo, amplia os desafios para a efetiva implementação da política de atendimento socioeducativa.<sup>13</sup>

**Em 2006, o número total de internos no sistema socioeducativo de meio fechado no Brasil era de 15.426 adolescentes, sendo a maioria (10.446) na internação, seguida da internação provisória (3.446) e da semiliberdade (1.234).** Observa-se um aumento expressivo na taxa de crescimento da lotação do meio fechado no país entre os anos de 2002-2006, correspondendo a 28% - muito embora 18 estados terem apresentado uma média superior.

Os cinco estados com maior população de internos são SP, RJ, RS, PE e PR, sendo que em São Paulo se concentram 39% dos adolescentes em cumprimento de regimes em meio fechado no Brasil, com um ligeiro decréscimo comparado a 2004 quando sua participação chegou a 46%. Contudo, proporcionalmente à população jovem de cada estado, as unidades federativas que mais internam são AC, DF, AP, SP e RO.

O maior crescimento de lotação nos últimos quatro anos aconteceu na internação provisória (34%), enquanto o número de internos em semiliberdade cresceu apenas 9%. Tal contraste sugere que na modalidade de atendimento esteja prevalecendo o critério de uma suposta periculosidade dos adolescentes, levando a adoção da internação provisória como ação emergencial. Chama a atenção o fato de que em SC, PR, BA e AC existem mais adolescentes em internação provisória do que em internação.

**A medida de semiliberdade é a menos aplicada de todas as modalidades, sendo inclusive inexistente nos estados do ES, MT e TO.** Agrega-se ainda o fato de que 17 estados não possuem vagas nem lotação para a semiliberdade feminina. Levantamentos anteriores já haviam sinalizado a baixa aplicação da medida de semiliberdade, o que foi novamente reiterado na pesquisa atual, uma vez que para cada adolescente cumprindo esta medida encontramos nove em regime de internação. Por outro lado, RJ, RR e AP se destacam com cerca de 35% de semiliberdade para 65% de internação.

Na média nacional, **96% dos adolescentes cumprindo medida de meio fechado no país são do sexo masculino.** Uma hipótese é que isso se deve ao diferente formato de participação nos delitos dependendo do gênero; enquanto os meninos assumem geralmente um papel de protagonista e expõem-se mais à categorização de autoria direta, as meninas tendem a participar mais na “retaguarda”. A discrepância é maior na internação provisória, onde existem 30 meninos para cada menina. Comparativamente,

13. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo –Sinase, Secretaria Especial de Direitos Humanos, Conanda, Brasília, 2006, pp. 18/19.

**entre 2002 - 2006 a população masculina sofreu um acréscimo de 29% enquanto a feminina decresceu 0,5%.** Os únicos estados onde o crescimento do número de internas foi expressivamente maior que o de internos foram GO, ES e RO.

No que diz respeito ao quadro de pessoal, quase dois terços (65%) é composto por socioeducadores, enquanto 19% correspondem ao percentual de funcionários administrativos e cerca de 15% de técnicos. A média nacional é de 1,2 funcionários por adolescente e jovem em meio fechado. Os estados do RJ, CE, RO e PR possuem o quadro de pessoal mais reduzido, ao passo que os estados de RR, MA, DF e PA tem proporcionalmente o maior número de profissionais.

O total de unidades de atendimento socioeducativo em meio fechado no Brasil é de 366, sendo que 252 delas possuem até 40 leitos - ou seja, **cerca de 70% estão em conformidade com os parâmetros estabelecidos pelo SINASE.** Contudo, é preocupante o **déficit de vagas que chega a 3.396** (22% da população total de internos). Deste déficit, destacam-se os **685 jovens e adolescentes em cadeias**, sobretudo em MG e PR. Os estados com maiores problemas de vagas são PE, RS e MG. Ressalve-se o fato de que pela primeira vez o cálculo utilizado equivale à situação real, na medida em que analisou unidade por unidade e não a soma por estado.

Esse crescimento nacional da utilização dos regimes de meio fechado - que implicou na continuidade do quadro de superlotação das unidades apesar da ampliação significativa no número de vagas, resultado da construção e reforma de unidades em todo o país - nos traz a obrigação de reforçar a primazia das medidas de meio aberto, preconizada pelo SINASE. Destaca-se a necessidade de um mapeamento nacional dessas medidas, mapeamento até então inexistente.<sup>14</sup> Cerca de 60% das capitais ainda não contam com a municipalização das medidas de meio aberto, conforme indica o ECA e o SINASE.

## 6. O jovem que é punido tem cor, idade e endereço no Brasil

Vivemos no Brasil uma lógica perversa. Sabe-se que a "Justiça" em nosso país é seletiva. O que queremos dizer com isso? Que aqui o jovem punido tem cor, idade e endereço. Lidamos dia após dia com dois dos piores males presentes em uma sociedade - a discriminação e o preconceito. Apesar do discurso politicamente correto de que não há preconceito racial no Brasil, sabemos que isto não passa de uma grande falácia. Quando nos deparamos com jovens de classe média ou média alta cometendo os mesmos crimes que jovens pobres e saindo impunes, começamos a compreender todo um ciclo que se perfaz desde o cometimento do crime - confirmam abaixo:

- levantamento da ficha do "adolescente que cometeu ato infracional" ou do "menor infrator" (dependendo de quem cometeu o crime) e de sua família
- complacência de operadores do direito / rigor na aplicação da lei
- punição rápida / impunidade

14. Nesse sentido, a SPDCA pretende desenvolver ainda esse ano tal levantamento, tendo em vista o planejamento do apoio técnico-financeiro às prefeituras das capitais estaduais, quer terão prioridade nos convênios de 2007.

O rigor na aplicação da lei quando um “adolescente rico ou um menor pobre” comete um ato infracional deveria ser o mesmo. Não é, porém o que vemos rotineiramente no Brasil, onde infelizmente a lei tem dois pesos e duas medidas. Se preventivamente o Estado não tem sucesso em impedir que crimes aconteçam, pelo menos a investigação deveria ser desencadeada da mesma maneira para qualquer cidadão e a punição pelo crime cometido deveria atingir a todos, sem distinção. A sensação de impunidade que paira quando nos deparamos com o cometimento de crimes do colarinho branco ou crimes cometidos por figuras da classe média ou classe média alta, faz aumentar o sentimento de revolta das classes menos favorecidas. Vale lembrar que estas são as classes que sofrem constantes abusos em seus direitos mais básicos, abusos estes que vêm do Estado através de uma polícia truculenta e despreparada para lidar com a juventude e/ou de criminosos, que impõem uma verdadeira ditadura dentro das comunidades por eles dominadas.<sup>15</sup>

Somos forçados a concluir que o que determina a punição na maioria das vezes no Brasil não é o crime por si só, mas sim a cor, a classe social e o local de habitação daquele que cometeu o crime...

**Clarissa Huguet**

*Viva Rio*

15. Sobre o tema dissertação de mestrado “The Dictatorship of the Drug Traffic in the Slums of Rio de Janeiro vs. The International and National Human Rights Law”, Huguet Clarissa, Universidade de Utrecht, Holanda, 2005.

# SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

## *1 Por que precisamos de uma política socioeducativa?*

Comemoramos os 16 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente colocando o dedo em uma ferida nacional: o que fazer com os adolescentes que praticam delitos e até mesmo participam do crime organizado?

De um lado, a crise de implementação na área socioeducativa é visível. No imaginário social, por exemplo, as unidades de privação de liberdade estão muito distantes de serem consideradas “estabelecimentos educacionais”, conforme propõe o ECA. Mesmo para os militantes na área tal denominação poderia ser considerada um eufemismo se levarmos em conta o cenário de reiterada violação de direitos humanos que chegam, em alguns casos, a transformar tais instituições em “máquinas de moer gente”, adolescentes e funcionários.

Por outro lado, pode-se visualizar outra evidência desta crise de implementação, nem sempre destacada nas manchetes da mídia: a forte tendência de crescimento da população de adolescentes internos no país. Apenas nos últimos 8 anos houve um aumento de 320% e temos um déficit em torno de 3 mil vagas na internação.

Isto sugere que tal medida socioeducativa deixou de ser excepcional e de breve duração: muitas vezes o que se observa é o adolescente ficar internado devido a sua trajetória e não pelo delito praticado, como nos casos em que se decide pela sua internação ou se aumenta o seu tempo de permanência no cumprimento desta medida pela sua trajetória de uso de drogas, evasão escolar ou problemas familiares. Assim sendo, a internação funciona como via de acesso a políticas sociais, o que nos coloca a um passo de retorno ao velho Código de Menores e seus velhos internatos, mistos de reformatório e prisão.

Como sugere Emilio Garcia Mendez, já não podemos falar apenas de uma crise de implementação. Neste caso, estamos diante também de uma crise de interpretação: a privação de liberdade deveria ser uma medida afluiva, em que o adolescente é castigado e destinado a sofrer? Ou seria uma política compensatória, até mesmo sem pertinência jurídica?

Propomos que ambas as interpretações podem estar equivocadas, pois preconizam o confinamento de adolescentes como uma medida indispensável. Portanto, tais situações

sinalizam a urgência de parâmetros mais objetivos e de procedimentos justos, para evitar tanto a arbitrariedade dos ditos “maus” e “bons” intérpretes do ECA. Diferentemente destas duas posições acreditamos que o aprisionamento juvenil não pode ser a resposta mais investida de uma sociedade civilizada. Isto porque as sanções privativas da liberdade demonstram ter uma eficácia invertida, não por falhas das instituições ou por insuficiência de recursos. Afinal, não se pode dizer que é insignificante gastar 453 milhões em um ano, como foi o caso da FEBEM/SP em 2005. **Como refere Foucault, a prisão é um projeto social fadado ao fracasso. Inúmeros estudos demonstram que a internação de adolescentes aumenta a velocidade da reincidência criminal e que tampouco a elevação do rigor das medidas produz menor reincidência.**

Portanto, antevemos promissores sinais no surgimento do SINASE. Em primeiro lugar, porque ele nasce de uma construção coletiva. Em segundo lugar, porque sua plataforma inspiradora são os acordos internacionais em direitos humanos em que o Brasil é signatário. Em terceiro lugar, por propor a política socioeducativa como uma articulação em rede e de integração de políticas intersetoriais: educação, saúde, assistência social, trabalho/emprego, previdência social, cultura, esporte e lazer, segurança pública. Em quarto lugar, pela afirmação da natureza pedagógica da medida socioeducativa. Em quinto lugar, pela ênfase na descentralização, o que implica tanto na regionalização das unidades de privação de liberdade, quanto na municipalização das medidas de meio aberto. E, por último, pela necessária inversão de prioridades que subjaz na ênfase a favor das medidas de meio aberto.

Todavia, são inúmeros os desafios na implementação do SINASE. Em termos mais gerais, chamamos a atenção para o lento reordenamento institucional. Temos hoje no Brasil cerca de 40 % das instituições socioeducativas estaduais ainda com uma dupla gestão – medidas protetivas e medidas socioeducativas. Muito embora a maioria esteja gerenciando e financiando medidas em meio fechado e também aberto pensamos que isto pode ser uma vantagem para a devida descentralização das ações e dos recursos.

Em termos mais específicos, algumas estratégias se fazem necessárias a médio prazo:

- a ampliação de varas especializadas e plantão institucional;  
a integração dos órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública, Assistência Social, na operacionalização do atendimento inicial do adolescente em conflito com a lei;
- o fortalecimento do sistema de defesa destes adolescentes;
- a ação mais efetiva dos conselhos estaduais e municipais;
- a definição de limites e competências na gestão compartilhada (uma vez que se deve partilhar ações atendendo o princípio de incompletude institucional e não por uma insuficiência institucional, o que nos leva a pensar que a transferência de recursos não significa transferência de responsabilidade);
- a formulação de políticas especiais de atendimento: para adolescentes com deficiência e/ou com sofrimento psíquico, mas também para atendimento dos

adolescentes de 18 a 21 anos ( que já atingem 25% FEBEM/SP e 33% FASE/RS do total de internos), bem como projetos pedagógicos que levem em conta as questões de gênero, etnia, raça e orientação sexual;

- a capacitação dos atores socioeducativos e o incremento de sua qualidade de vida;
- o atendimento integrado e qualificado aos egressos;
- o necessário controle social: com o devido monitoramento dos Conselhos (de direitos e profissionais), Ouvidoria e Corregedoria.
- Por último, partilhamos algumas iniciativas do governo federal que vem de encontro a tais desafios na implementação do SINASE:
- o crescente investimento nas medidas de meio aberto que correspondem em 2006 à metade dos recursos do programa na área, atingindo mais de 5000 adolescentes, em 49 municípios;
- a capacitação das equipes: somente em 2005 foram capacitados 2355 funcionários, envolvendo 14 Estados, sendo que para ainda este ano estão previstas uma oficina de atualização para operadores de Direito, em parceria com ABMP/ILANUD em 9 estados, a edição de 6 publicações a serem utilizadas pelas equipes e a constituição de um GT para discutir a formação de Escolas Socioeducativas;
- o incentivo à constituição de novas práticas, como a Justiça Restaurativa através de 3 projetos em diferentes estados e a realização do I Encontro Nacional de Semiliberdade neste próximo semestre;
- a implementação das portarias interministeriais formalizadas com Ministério da Saúde em 2004/2005 nas áreas de vigilância sanitária e de atenção em saúde e que já tem a adesão de 10 estados e outros em andamento; além de um projeto piloto em saúde mental em curso no Paraná;
- a criação de uma área de gestão da informação na SPDCA, que nos possibilite o monitoramento de dados e a análise de indicadores: como as iniciativas anteriores de convênio do MS com a Fiocruz para acompanhamento da implantação das portarias de saúde, e ainda o levantamento da SENASP em delegacias especializadas; sendo que estão sendo delineados o redesenho do módulo II do SIPIA, o desenvolvimento de uma metodologia de avaliação de convênios (parceria UFRJ/Petrobrás, com 77 projetos de 2005/2006), o desenvolvimento de metodologia de gestão municipal (parceria IBAM), o I Mapeamento de Meio Aberto, a Pesquisa Custos e Qualidade das Unidades de Internação (em parceria UNICEF);
- e, a partir de hoje, a Comissão Intersectorial, envolvendo 12 Ministérios e CONANDA/CNAS, que deverá integrar um GT específico já acordado com o MDS para estudo do financiamento das medidas socioeducativas.

Por tudo isto, alguém poderia afirmar que o SINASE está na contramão da crescente demanda social pelo agravamento das medidas. Mas também seria possível argumentar que, cada vez mais, vem se tornando indefensável a lógica carcerária em nosso país e



que precisamos sim, com sensibilidade e ousadia, experimentar novas tecnologias, reunir esforços das várias áreas de conhecimentos e estabelecer parcerias suprapartidárias. Esta é aposta, este é o convite!

## **Sistema Socioeducativo – esclarecendo conceitos equivocados**

Há uma falsa idéia de que os adolescentes ficam impunes no Brasil quando, como já colocado neste trabalho, uma pessoa de 12 anos já pode ser responsabilizada pelos delitos que comete, segundo as regras do Estatuto da Criança e do Adolescente. Diferentemente do que vem sendo sustentado hoje no Brasil, o adolescente já é responsabilizado pelo disposto no Estatuto, o que não há é a imputabilidade penal, que só ocorre após os 18 anos de idade. A severidade das medidas socioeducativas é estabelecida de acordo com a gravidade do ato infracional cometido. Existe previsão de 6 (seis) diferentes medidas socioeducativas, sendo a mais grave delas privativa de liberdade. A diferença entre o disposto no ECA e no Código Penal está exatamente nas diversas formas de acompanhamento dos adolescentes, que favorecem sua reintegração e diminuem drasticamente os índices de reincidências no cometimento de atos infracionais.

Com o intuito de esclarecer a nomenclatura utilizada no sistema juvenil (socioeducativo) e a utilizada no sistema prisional, desenvolvemos o quadro a seguir:

<b>Sistema Socioeducativo</b>	<b>Sistema Penal</b>
Maior de 12 e menor de 18 anos	Maior de 18 anos
Ato infracional	Crime e contravenção penal
Ação socioeducativa	Processo Penal
Instituições Correcionais	Presídios
Cumprimento de medida socioeducativa – art 112 ECA	Cumprimento da pena
Medida privativa de liberdade – até 3 anos em uma unidade de internação	Medida privativa de liberdade - prisão
Medida de semiliberdade, prisão albergue ou domiciliar	Regime semi-aberto
Medida em meio aberto - liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade	Pena alternativa / Prestação de serviço à comunidade

Objetivamos com este quadro desconstruir o mito de que os adolescentes só recebem direitos do ECA e não são punidos. Frise-se: o adolescente já é responsabilizado pelas provisões do ECA ficando sujeito à medida socioeducativa mais adequada à gravidade do ato infracional cometido. O adolescente não é penalmente imputável, o que só ocorre a partir dos 18 anos de idade.

**Carmen Silveira de Oliveira**

*Subsecretária de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, SEDH*

## BIBLIOGRAFIA

- Alves A., *Redução da Idade Penal e Criminalidade no Brasil*, CONANDA, 2007.
- Amorim C., *CV- PCC A Irmandade do Crime*, Record, São Paulo, 5ª ed., 2004.
- Banco Mundial, *Estudo sobre Jovens em situação de Risco no Brasil*, Volumes I e II, Relatório no. 32310-BR, Brasília, 2007.
- Barbosa, A. *Um abraço para todos os amigos: algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro - Niterói: EDUFF, 1998.
- Barcellos C., *Abusado – O Dono do Morro Dona Marta*, Record, São Paulo, 12ª ed., 2004.
- Bobbio, N., *"Dicionário de Política"*. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.
- Bobbio N., *A Era dos Direitos*, Trad. Carlos Nelson Coutinho, Editora Campus, Rio de Janeiro, 1992.
- Cano I., *Letalidade da Ação Policial no Rio de Janeiro*, ISER, Rio de Janeiro, 1997.
- Comparato F., *A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos*, Editora Saraiva, São Paulo, 2003.
- Conselho Nacional de Juventude, *Política Nacional de Juventude: Diretrizes e Perspectivas*, 2ª Ed., 2006.
- Dowdney L., *Crianças Combatentes em Violência Armada Organizada*, ISER/Viva Rio, Rio de Janeiro, 2002.
- Dowdney L., *Crianças do Tráfico – Um Estudo de Caso de Crianças em Violência Armada Organizada no Rio de Janeiro*, Viva Rio/ISER, 7 Letras, Rio de Janeiro, 2003.
- Dowdney, L., *Nem Guerra nem Paz – Comparações Internacionais de Crianças e Jovens em Violência Armada Organizada*, COAV/Viva Rio/ISER, Rio de Janeiro, 2005.
- Dowdney L., Huguet Clarissa, *Cartilha Nem Guerra nem Paz*, COAV – Viva-Rio, Rio de Janeiro, 2006,
- Fernandes R., *Segurança para Viver - Propostas para uma política de redução da violência entre adolescentes e jovens*, Viva-Rio, Rio de Janeiro
- Fundação Abrinq, *Por que dizer não à redução da Maioridade Penal*, São Paulo, 2007.
- Galeria J, Moura T., *"Mulheres e meninas em contextos de violência armada: Um estudo de caso sobre o Rio de Janeiro"*, Junho, 2006, Rio de Janeiro, Brasil
- Justiça Global, *'Relatório Rio: Violência Policial e Segurança Pública'*, Rio de Janeiro, 2004.
- Guia Teórico e Prático de Medidas Socioeducativas*, ILANUD - Instituto Latino Americano e Tratamento do Delinqüente/ UNICEF, 2004
- Huguet Clarissa, *The Dictatorship of the Drug Traffic in the Slums of Rio de Janeiro vs. The International and National Human Rights Law*, LLM Thesis, Universidade de Utrecht – Holanda, 2005.
- Huguet Clarissa, *Redução da Maioridade Penal – será esta a tão esperada solução?-- "Geração Futuro"*, Caderno Adenauer II, agosto, 2007.
- Huguet, Claudio, *'Crianças e adolescentes pobres no tráfico de drogas em favelas do Rio de Janeiro: Aproximação sociológica e psicanalítica do problema'*. Tese PhD , FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2005.
- Human Rights Watch, *'Behind Bars in Brazil'*, December 1998.
- Human Rights Watch, *'Factionalization and Violence Among Youths'*, December 2004.
- Human Rights Watch, *'In the Dark: Hidden Abuses Against Detained Youths in Rio de Janeiro'*, June, 2005.
- Jovens em situação de Risco no Brasil*, Relatório no. 32310-BR, Volume I, Banco Mundial, Brasília, Junho 2007
- Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei*, SPDCA - Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, SPDCA, agosto, 2006.
- Lisboa A., *A Primeira Infância e as Raízes da Violência*, LGE Ed., Brasília, 2006.
- Miranda, A., Kátia Sento Sé & Dirk, Renato *Dossiê Criança e Adolescente*, Rio de Janeiro: ISP, 2007
- Moura T., *Rostos Invisíveis da Violência Armada*, Ed. 7 Letras, Rio de Janeiro, 2007.

- Neri, M., Retrato do presidiário paulista. Centro de Políticas Sociais, Fundação Getúlio Vargas.
- Nunes, M. F. R.; Abramovay, M., *Escolas inovadoras: experiências bem-sucedidas em escolas públicas*, Brasília: Unesco; Fundação W. K. Kellogg; Unirio, 2003
- Perrenoud, R., "Políticas municipais de segurança: a experiência de Santos". In Revista Brasileira de Segurança Pública. Ano 1, edição nº1, 2007.
- PMAC, Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência.
- Ramos, S., Juventude e Polícia. Boletim Segurança e Cidadania; Centro de Estudos de Segurança e Cidadania. Ano 5, nº 12, 2006.
- Ramos, S., e Musumeci, L., "Elemento suspeito." Abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. Boletim Segurança e Cidadania; Centro de Estudos de Segurança e Cidadania. Ano 3, nº 08, dezembro de 2004.
- Rede de Monitoramento Amiga da Criança, *Um Brasil para as Crianças – A Sociedade Brasileira e os Objetivos do Milênio para a Infância e a Adolescência*, Relatórios I e II - Fundação Abrinq, São Paulo, 2004.
- São Martinho, *Argumentos Perdidos*, Rio de Janeiro, 2005
- Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo –SINASE, Secretaria Especial de Direitos Humanos, Conanda, Brasília, 2006
- Soares L.E., Bill M., Athayde C., *Cabeça de Porco*, Objetiva, Rio de Janeiro, 2005.
- Sposato K., *Polícia e Escola: Uma reflexão compartilhada em busca de paz nas escolas*, Revista Ilanud nº 18 "Paz nas Escolas", Ilanud/Instituto Sou da Paz, 2001.
- Sposato K, *O Direito Penal Juvenil no Estatuto da Criança e do Adolescente*, USP, São Paulo, 2003.
- Souza A.F., *Medidas socioeducativas em meio aberto: realidade e desafios*, Fundação Casa, Governo do Estado de São Paulo, 2007
- Urani S., Souza J., *Crianças no tráfico: um diagnóstico rápido*, ILO, 2003.
- Waiselfisz J., *Mapa da Violência: Os Jovens do Brasil*, Rio de Janeiro: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Garamond, 2006.

## ***FONTES NA INTERNET***

- [www.coav.org.br](http://www.coav.org.br)
- [www.comunidadessegura.org](http://www.comunidadessegura.org)
- [www.isp.rj.gov.br](http://www.isp.rj.gov.br)
- [www.hrw.org](http://www.hrw.org)
- [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)
- [www.ucamcesec.com.br](http://www.ucamcesec.com.br)
- [www.fgv/cps/simulador/retratosdocarcere](http://www.fgv/cps/simulador/retratosdocarcere)
- [www.scielo.br](http://www.scielo.br)
- [www.pm.ac.gov.br/proerd](http://www.pm.ac.gov.br/proerd)
- [www.nevusp.org](http://www.nevusp.org)
- [www.unicef.org](http://www.unicef.org)
- [www.fundabrinq.org.br](http://www.fundabrinq.org.br)
- [www.lutapelapaz.org.br](http://www.lutapelapaz.org.br)
- [www.casa.sp.gov.br](http://www.casa.sp.gov.br)
- [www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sedh/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/)

# O controle das drogas

O controle de drogas originou-se na complexa combinação de situações econômicas, sociais e sanitárias dos diferentes países que somaram algumas iniciativas de proteção do bem-estar humano.

A comunidade internacional representada pelas Nações Unidas formulou a Convenção Única de 1961 proibindo uma lista de substâncias narcóticas. Dez anos depois, em 1971, formulou a Convenção de Substâncias Psicotrópicas; logo, em 1978, formulou a Convenção Contra o Tráfico Ilícito, proibindo os chamados precursores químicos, substâncias necessárias para a fabricação das drogas incluídas nas listas das convenções anteriores e, em 2003, a Convenção marco sobre controle de tabaco da Organização Mundial da Saúde.

Todas essas medidas estiveram orientadas a eliminar a produção, a distribuição e o consumo de drogas.

### Revisão dos dez anos da UNGASS

A Sessão Especial sobre drogas da Assembleia Geral da ONU (UNGASS), de 1998 propôs para 2008 a erradicação das drogas no mundo. Durante esse período, as políticas de controle às drogas implementadas tiveram uma ênfase marcada pela repressão, principalmente nos países da América Latina. A chamada *guerra às drogas* teve drásticas conseqüências: a repressão gerou deslocamentos das áreas de cultivo, diversificou as organizações de comércio e tráfico de drogas, e potencializou os conflitos armados em todo mundo<sup>1</sup>.

As pesquisas hoje mostram que o consumo de drogas como a maconha e a cocaína mais do que dobrou. Grandes margens de lucros têm impulsionado a oferta para além da demanda, o que gera uma consistente tendência de declínio dos preços<sup>2</sup>.

Segundo John Walsh<sup>3</sup>, enquanto o preço da cocaína diminui, seu grau de pureza tende a aumentar.

1. Jelsma, Martin, "O estado atual do debate sobre políticas de drogas". Documento apresentado a Primeira Reunião da Comissão Latino-americana sobre Drogas e Democracia, Abril de 2008.

2. Fernandes, Rubem César, "Drogas e Democracia na América Latina: Uma introdução". Documento apresentado a Primeira Reunião da Comissão Latino-americana sobre Drogas e Democracia, Abril de 2008.

3. Walsh, John, "Connecting the dots. ONDCPs (reluctant) and cocaine price and purity", WOLA, 2007.

## O problema crescente das drogas

O problema das drogas ainda crescente na América Latina deriva também das fragilidades institucionais da região, ao mesmo tempo em que contribui com elas. Desta maneira ameaça a segurança pública, a democracia e os direitos humanos.

Ainda há receio ao se falar sobre drogas. Para promover uma política mais humana é preciso quebrar o tabu e debater o assunto sem medo. A preocupação geral com a atual situação levou à constituição da Comissão Latino-Americana sobre Drogas e Democracia<sup>4</sup>, cuja meta é contribuir com a reflexão sobre a problemática na América Latina e as possíveis mudanças das políticas preventivas e repressivas em vista aos dez anos da UNGASS. Esta contribuição será importante para os países da América Latina.

## Desafios futuros e mudança de paradigma

Segundo Martin Jelsma, o verdadeiro desafio é encontrar o perfeito equilíbrio entre a proteção da saúde pública ao se estabelecer certo controle, por um lado, e as conseqüências negativas de um controle excessivamente repressivo, pelo outro.

Esse esforço tem sido realizado pelas organizações européias que mudaram o enfoque de tolerância zero para um maior equilíbrio entre repressão e proteção, dando lugar a um novo paradigma, sendo a proporcionalidade, a flexibilidade e a redução de danos alguns dos seus princípios básicos. Com este último busca-se reduzir ao máximo os danos associados às drogas para o consumidor e para a sociedade em geral.

No princípio da proporcionalidade, o controle das drogas deve respeitar plenamente os direitos humanos – o qual requer uma proporcionalidade penal nas sanções. Já a flexibilidade leva em consideração as diferenças socioculturais – pois as normas estabelecidas internacionalmente devem deixar margens de manobra para os países se ajustarem a certos princípios de Direito Nacional ou para proteger, por exemplo, os direitos dos povos indígenas a manter suas práticas e costumes, por exemplo, plantadores de coca na Bolívia e no Peru.

É preciso que todos os setores da sociedade se envolvam na reflexão que atinge não só a nossa juventude mas também nossas instituições. Com o compromisso de fortalecer o estado democrático e os direitos humanos, é preciso estar aberto a esse novo debate, com a disposição de enfrentar os novos desafios que o seguirão.

**Brigida Renoldi e Gabriela Pinheiro**

*Viva Rio*



## QUADROS DE INDICADORES E MAPEAMENTO

Mapeamento de atores e quadros de indicadores sobre políticas públicas e ações em segurança pública, controle de armas e munições, juventude e violência armada organizada e drogas

Ao longo dos últimos anos, o debate nacional sobre segurança pública tem sido qualificado por diversas redes e instituições públicas, acadêmicas e da sociedade civil organizada. O espectro das discussões transdisciplinares foi ampliado e a legitimidade dos variados interlocutores, e não somente policiais e militares, consolidada. Assim, tem sido possível o desenvolvimento de um pensamento sistêmico que propõe respostas que reflitam a complexidade e interligação das várias agendas urgentes da segurança pública no Brasil, na América Latina e no mundo. No entanto, ainda há muita desinformação, mitos e a sombra de políticas belicistas de segurança pública praticadas em vários estados brasileiros.

A construção e aplicação de um modelo paradigmático e eficaz de segurança pública cidadã, como proposto no PRONASCI e por tantas instituições e redes, consiste no maior desafio coletivo para quem trabalha na área. As forças resistentes às mudanças e defensoras do modelo repressivo ortodoxo são poderosas e bem articuladas. A parceria entre polícias e militares linha-dura, seus sindicatos, parlamentares, empresas de segurança privada e seus *lobbies* e um setor da mídia (com dezenas de porta-vozes *Datenas* país afora) promovem políticas exclusivamente repressoras, comprovadamente ineficientes e difundem a criminalização da pobreza. A capacidade e vontade política para cooperação entre governos, sociedade civil organizada, academia e instituições policiais, a partir de uma matriz lógica e experiências emergentes de um processo construtivo de inteligência coletiva serão decisivas para a viabilidade política de um projeto de segurança pública cidadã. O uso da tecnologia da informação para reunir e disponibilizar seu arcabouço teórico e prático, além de viabilizar a conectividade entre atores e a atuação em redes é elemento chave para uma estratégia de articulação nacional, capacitação de atores e formação da opinião pública.

No intuito de ajudar a balizar este debate em exemplos concretos de políticas públicas e iniciativas bem-sucedidas em prol de uma segurança cidadã, as equipes do Programa de Segurança Humana do Viva Rio organizaram o Mapeamento de atores e os quadros de indicadores de políticas públicas em segurança pública, controle de armas e munições, juventude e violência armada organizada e drogas. Cada quadro lista as principais políticas, ações e instrumentos já existentes nos quatro temas, procurando, desta forma, coletar informações sobre o desenvolvimento de cada qual dessas.

O objetivo é qualificar o debate e propor questões a partir da verificação da existência ou não de instrumentos de segurança pública cidadã, políticas para juventude e de drogas. Também cumpre o papel de expor a interligação entre esses temas, todos essenciais para a redução da criminalidade, e a possibilidade de visualização e elaboração de políticas públicas integradas.

A dimensão continental do país e a falta de uma cultura de cooperação e intercâmbio de informação dificultam a socialização do conhecimento de boas práticas e aplicação de políticas públicas eficazes. Um mecanismo como o Disque Denúncia, já implementado com sucesso há vários anos em muitos estados ainda é desconhecido em outros. A proposta é, em parceria com diversas instituições e redes afins, fazer um levantamento contínuo da situação em cada estado, divulgando seus índices de criminalidade, identificando a existência de exemplos de práticas cidadãs em segurança pública e sua correlação. Essas informações estarão disponíveis no Portal Comunidade Segura ([www.comunidadesegura.org](http://www.comunidadesegura.org)) e de organizações parceiras nesta iniciativa. Este mapeamento da situação por estado possibilitará a comparação de seus índices de violência e adoção de práticas de segurança pública cidadã, servindo a ativistas sociais e atores públicos em seu *advocacy* por melhorias na segurança, para sugestão de pautas positivas para a imprensa e na formação da opinião pública. O potencial de estudos e pesquisas a partir da composição dos quadros de indicadores é enorme.

Tão importante quanto um observatório nacional de políticas, indicadores e índices de segurança pública é o mapeamento e acesso aos atores públicos e sociais responsáveis e comprometidos com os temas e a agenda de desenvolvimento institucional das polícias, sistemas de justiça juvenil, controladoria de armas e munições, entre outras. O Programa de Segurança Humana do Viva Rio propõe a parceiros, instituições e redes afins a atualização constante das informações de contato das principais autoridades e lideranças sociais em cada estado a ser disponibilizado no Portal Comunidade Segura e em sites de instituições parceiras. Desta forma, será mais ágil acessar e mobilizar os atores e promover atividades e eventuais parcerias. Esse rol de atores por cada um dos quatro temas, assim como os quadros de indicadores, também devem ser constantemente aperfeiçoados e atualizados por todos. Entende-se que o capital e a coesão social em prol da construção da cultura da paz e da segurança pública rendem muito mais do que o dinheiro investido em políticas inconsistentes e exclusivamente repressoras.

Iniciado o processo de mobilização e debates para a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública a ser realizada em agosto de 2009, já sabemos que os expoentes da visão

belicista repressora estão bem preparados e mobilizados. Desta forma, mais do que nunca, os representantes da sociedade civil precisam estar preparados com uma visão integrada e fundamentados em exemplos concretos de segurança pública cidadã. O debate precisa ser direcionado para soluções inteligentes, preventivas, práticas, que mobilizem o capital social e fundamentadas na garantia aos direitos humanos.

Segue o quadro de indicadores de segurança pública e a lista de atores.

**André Porto**

*Viva Rio*



## Quadro de Indicadores de Controle de Armas e Munição por Estados

*Instituição para pergunta*

<b>Geral</b>	
Os dados sobre armas apreendidas estão em formato digital em computadores?	SSP ou PC
Existe um departamento da Polícia especializado no controle e rastreamento de armas?	SSP ou PC
Com que regularidade ocorre a comunicação ao SINARM de dados sobre armas apreendidas? Como é feita essa comunicação? Via e-mail? Por envio de CDs ou Disketes? Em relatórios impressos?	SSP/PC/Polícia Federal
Há convênio entre Estado e União para delegar a função do registro de armas no interior do estado?	SSP/Polícia Federal
<b>APREENSÃO E ACAUTELAMENTO</b>	
Qual o percurso da arma apreendida desde a apreensão até a destruição?	SSP/PC/SFPC-EB
Algum tipo de arma não é destruído?	SSP/PC/SFPC-EB
a) Qual?	SSP/PC/SFPC-EB
b) Por quê?	SSP/PC/SFPC-EB
O poder judiciário devolve as armas após o julgamento do crime em que elas foram usadas?	SSP/PC/SFPC-EB/SINARM
Para quem?	SSP/PC/SFPC-EB/SINARM
<b>JUSTIÇA</b>	
A polícia está regularmente prendendo pessoas por porte ilegal de arma?	SSP/PC/PM
<b>DESTRUIÇÃO</b>	
A cada quanto tempo são destruídas as armas apreendidas?	SSP/PC/SINARM/SFPC-EB
Quem destroi essas armas?	SSP/PC/SINARM/SFPC-EB
A destruição é realizada em público?	SSP/PC/SINARM/SFPC-EB
Quantas armas foram destruídas em 2007?	SSP/PC/SINARM/SFPC-EB
No total quantas armas foram destruídas nos últimos sete anos?	SSP/PC/SINARM/SFPC-EB
Há problemas ou dificuldades para o Judiciário autorizar a destruição? Quais?	SSP/PC/SINARM/SFPC-EB
<b>MUNIÇÃO</b>	
As polícias recebem munição marcada com número de lote gravado no estojo do cartucho?	SSP/PC/SINARM/SFPC-EB
Quantas pessoas físicas no seu estado tem autorização para recarregar munição e tem kits de recarga?	SSP/PC/SINARM/SFPC-EB
Quantas pessoas jurídicas no seu estado tem autorização para recarregar munição e tem kits de recarga?	SSP/PC/SINARM/SFPC-EB

## COMÉRCIO

Quantas lojas de armas e munições existem no seu Estado?	SSP/PC/SINARM/SFPC-EB
Quantas lojas de armas existiam no seu estado em 2003 e quantas existem agora em 2008?	SSP/PC/SINARM/SFPC-EB
Caso tenha havido diminuição no número de lojas, o que acha que a provocou?	SSP/PC/SINARM/SFPC-EB
Com que frequência são fiscalizados os livros de movimentos contábeis e os estoques das lojas de armas e munições?	SSP/PC/SINARM/SFPC-EB
Há casos no estado de lojas de armas e munições fechadas ou multadas por irregularidades no comércio?	SSP/PC/SINARM/SFPC-EB
a) Quantas fechadas e por quê? B) Quantas multadas e por quê?	SSP/PC/SINARM/SFPC-EB

REPETIR A PERGUNTA ANTERIOR PARA SEGURANÇA PRIVADA, COLECIONADORES, CLUBES DE TIRO E CLUBES DE CAÇA

## SEGURANÇA PRIVADA

Quantas empresas de segurança privada existem no seu Estado?	SSP/PC/SINARM/SFPC-EB
Quantas tem autorização para que os funcionários trabalhem armados?	SSP/PC/SINARM/SFPC-EB

## Colecionadores

Quantos colecionadores existem no seu Estado?	SSP/PC/SINARM/SFPC-EB
Quantos deles tem coleções superiores a 10 armas?	SSP/PC/SINARM/SFPC-EB

## Caçadores

Quantos caçadores estão registrados no seu Estado?	SSP/PC/SINARM/SFPC-EB
Existem clubes de tiro no seu Estado?	SSP/PC/SINARM/SFPC-EB

## Atiradores

Quantos atiradores estão registrados no seu estado?	SSP/PC/SINARM/SFPC-EB
Quantos clubes de tiro estão registrados no seu estado? Esses clubes tem depósitos de armas e munições?	SSP/PC/SINARM/SFPC-EB

## Treinamento

Com que frequência as polícias fazem treinamento de tiro?	SSP/PC/SINARM/SFPC-EB
Descreva o tipo de treinamento que recebem?	SSP/PC/SINARM/SFPC-EB
As empresas de segurança privada, também tem treinamento de tiro? Quem fiscaliza o treinamento?	SSP/PC/SINARM/SFPC-EB

PARA OS GRUPOS PRIVADOS TAMBÉM ENTREVISTAR OS REPRESENTANTES DE GRUPOS DE INTERESSE POR EXEMPLO, DIRETORES DE CLUBES E ASSOCIAÇÕES DE CAÇADORES E ATIRADORES, E REPRESENTANTES DAS CÂMARAS DE COMERCIANTES DE ARMAS E MUNIÇÕES E DE EMPRESAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

## Quadro de Indicadores Quantitativos de Segurança Pública por Estados

### INDICADORES PARA OS ÚLTIMOS TRÊS ANOS

#### Incidência Criminal

Número de homicídios por 100.000 habitantes por ano

Número de latrocínios por 100.000 habitantes por ano

Número de roubos por 100.000 habitantes por ano

Número de furtos por 100.000 habitantes por ano

#### Tamanho do efetivo policial

Número de policiais militares por 1.000 habitantes por ano

Número de policiais civis por 1.000 habitantes por ano

Número de policiais mulheres em relação ao número total do efetivo da Polícia Militar

Número de policiais mulheres em relação ao número total do efetivo da Polícia Civil

Ouvidoria?

Corregedoria?

Numero de civis feridos em conflitos com policiais por ano

Número de civis mortos em conflitos com policiais por ano

Numero de policiais mortos em folga por ano

Numero de policiais feridos em serviço por ano

Numero de policiais feridos em folga por ano

#### Letalidade do conflito urbano

Número de armas apreendidas por tipo de armamento

Quantidade de drogas apreendidas por ano, por tipo de drogas

Número de centros de internação para jovens infratores

Há jovens condenados ao cumprimento de medida sócio-educativa acautelados em cadeias / delegacias / penitenciárias

### INDICADORES SIM / NÃO

#### Controle da segurança privada

Estimativa da percentual da segurança privada formal (registrada) em relação à informal

Há Delegacia Especial Local de Segurança Privada no Estado (órgão da Polícia Federal)?

Quantas comissões de vistoria de empresas de segurança privada há no Estado?

Polícia Militar tem competência residual na fiscalização?

#### Análise do Gasto Público

Percentual do orçamento estadual destinado à manutenção da polícia militar

Percentual do orçamento estadual destinado à manutenção da polícia militar gasto com Recursos Humanos

Percentual do orçamento estadual destinado à manutenção da polícia civil

Percentual do orçamento estadual destinado à manutenção da polícia civil gasto com Recursos Humanos

#### Transparência da informação

Publiciza as taxas de criminalidade

Há instituto de pesquisa do governo estadual para análise dos dados sobre criminalidade?

### **Aprimoramento técnico**

- Há parcerias entre PM, PC ou Secretaria para aprimoramento da segurança pública no Estado?
- Principais atividades resultantes dessas parcerias?
- O setor de perícias é independente da Polícia Civil?
- Há Delegacia Especial de Proteção à Mulher?
- Há Delegacia Especial de Proteção à Criança e ao Adolescente?
- Há Delegacia Especial de Proteção ao Idoso?
- Houve plano gerencial específico para integração PM e PC?
- Há Gabinete de Gestão Integrada (GGI)?
- Possui curso integrado para formação de policiais civis e militares (em conjunto)
- Possui curso de especialização para policiais civis e militares (em conjunto)
- Possui sistema integrado para registro de ocorrências da PM e PC
- A área de atuação da Polícia Militar é a mesma área de atuação da Polícia Civil?

### **Controle da atividade policial**

- Possui ouvidoria de polícia
- O ouvidor é policial? (militar, civil ou federal)
- Possui corregedoria de polícia militar
- O corregedor é um policial militar
- Possui corregedoria de polícia civil
- O corregedor é um policial civil

### **Participação comunitária**

- Possui disque denúncia?
- O disque-denúncia é gerenciado pela polícia, pela Secretaria de segurança Pública ou por uma ONG?
- O disque-denúncia funciona 24 horas?
- Possui secretaria estadual ou coordenadoria de Direitos Humanos?
- Possui plano estadual de prevenção à violência?
- Há Conselho Comunitário de Segurança Pública?
- Há Conselhos e/ou Fóruns comunitários de Segurança Pública distribuídos geograficamente?
- Há legislação estadual regulamentando a criação e o funcionamento dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública?
- Há programas de policiamento comunitário?

### **Atuações da força nacional**

- O Estado já demandou a atuação da força nacional para contenção do problema criminal
- O Estado já demandou a atuação da força nacional para contenção do problema de greve das polícias

### **Racionalização da gerência de recursos humanos**

- Há projetos de promoção sem a demanda de concurso para passagem de praças a função de oficiais?
- Há projetos de promoção sem a demanda de concurso para passagem de investigadores a função de delegados?
- Qual o valor do menor soldo (menor patente) de um policial militar?
- Qual o valor do maior soldo (maior patente) de um policial militar?
- Qual o valor do menor salário (menor cargo) de um policial civil?
- Qual o valor do maior salário (maior cargo) de um policial civil?
- Há projetos de desconcentração de poder dentro da estrutura hierárquica da polícia?

## **Quadro de Indicadores Juventude e Violência Armada por Estados**

---

O estado tem conselho estadual de juventude?

O estado tem conselho estadual da criança e adolescente?

O estado tem fórum de Defesa da Criança e Adolescente?

O estado tem Forum de Juventude?

O estado tem coordenadoria (ou secretaria) estadual de políticas públicas pra juventude?

Há no estado municípios que tem uma central de aplicação de medidas socioeducativas em meio aberto (municipalização de medidas de meio aberto – SINASE)?

Tem DPCA (Delegacia de Proteção de Criança e Adolescente) no estado? Ela também atende os adolescentes vitimados?

Qual o orçamento estadual de 2007 destinado à criança e adolescente / jovem?

Há acompanhamento de egressos de sistema sócio-educativo?

O estado já estabeleceu convênios com a SEDH / SPDCA (após o SINASE)?

Quantos adolescentes tiraram título de eleitor no estado?

Há algum programa governamental que aproxime jovens e policiais?

Há quantos centros públicos de tratamento para jovens dependentes químicos?

Há DEAM (Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher) no estado?

O CEDCA E CMDCA do seu estado / capital tem fundo de financiamento de projetos?

Foi feito investimento em equipamentos públicos de esporte e lazer em áreas de risco?

---

## Quadro de Indicadores de Políticas de Drogas por Estados

### Prevenção

Há ações específicas destinadas a prevenção do uso de drogas, tais como:

- 1) Distribuição de seringas
- 2) Distribuição de kits para desinfecção?
- 3) Casas de abrigo para usuários de drogas?

Há um grupamento especial da polícia militar específico denominado como Anti-drogas ou similar?

Há PROERD (Polícia Militar) em atividade no Estado?

O Estado fez em 2007 alguma campanha para prevenção ao uso de drogas?

### Tratamento

Há algum hospital para tratamento de condenados por crimes conexos ao tráfico / uso de drogas?

Há algum hospital específico para tratamento de detentos toxicômanos?

Há salas especializadas dentro dos hospitais públicos para a desintoxicação?

Há clínicas públicas para a desintoxicação?

Há programas específicos (públicos ou parcerias público-privada) para a desintoxicação?

Há programas específicos de orientação aos presos sobre os efeitos deletérios das drogas?

### Repressão

Há delegacias especializadas da Polícia Civil para registro de ocorrências relacionadas ao porte / uso / tráfico?

Há delegacias especializadas da Polícia Federal para registro de ocorrências relacionadas ao porte / uso / tráfico?

Qual o órgão encarregado de fazer as perícias dos indivíduos autuados por uso de drogas?

O IML do Estado faz exames periciais determinando a quantidade e a qualidade da droga que o indivíduo autuado utilizou?

Quantidade de maconha (em kg) apreendida pela Polícia Civil nos últimos seis anos

Quantidade de maconha (em kg) apreendida pela Polícia Federal nos últimos seis anos

Quantidade de maconha (em kg) apreendida pela Polícia Rodoviária Federal nos últimos seis anos

Quantidade de Crack (em kg) apreendida pela Polícia Civil nos últimos seis anos

Quantidade de Crack (em kg) apreendida pela Polícia Federal nos últimos seis anos

Quantidade de crack (em kg) apreendida pela Polícia Rodoviária Federal nos últimos seis anos

Quantidade de Cocaína (em kg) apreendida pela Polícia Civil nos últimos seis anos

Quantidade de Cocaína (em kg) apreendida pela Polícia Federal nos últimos seis anos

Quantidade de Cocaína (em kg) apreendida pela Polícia Rodoviária Federal nos últimos seis anos

Quantidade de Pasta Base (em kg) apreendida pela Polícia Civil nos últimos seis anos

Quantidade de Pasta Base (em kg) apreendida pela Polícia Federal nos últimos seis anos

Quantidade de Pasta Base (em kg) apreendida pela Polícia Rodoviária Federal nos últimos seis anos

Quantidade de LSD / ectase - anfetamina (em kg) apreendida pela Polícia Civil nos últimos seis anos

Quantidade de LSD / ectase - anfetamina (em kg) apreendida pela Polícia Federal nos últimos seis anos

Quantidade de LSD / ectase - anfetamina (em kg) apreendida pela Polícia Rodoviária Federal nos últimos seis anos

Quantidade de indivíduos presos por tráfico de drogas nos últimos seis anos

Quantidade de indivíduos presos por uso de drogas nos últimos seis anos

# Pronasci inova na política de segurança pública

Há pouco mais de um ano, em agosto de 2007, o governo federal apresentou à sociedade brasileira uma proposta inédita na área de segurança pública: o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). Estava lançado o desafio de diminuir o índice de criminalidade das grandes cidades e, ao mesmo tempo, construir uma política de segurança pública cidadã. Com esse compromisso, o Pronasci foi alicerçado em 94 projetos que articulam ações sociais com repressão policial.

Além da prevenção à violência, o governo continua a aparelhar a estrutura de segurança pública dos estados, investe em equipamentos, viaturas, logística, inteligência e na construção de presídios, entre outras medidas. O Ministério da Justiça investirá R\$ 6,707 bilhões no desenvolvimento das ações até 2012.

O Pronasci é um programa conduzido pelo Ministério da Justiça, mas que conta com a parceria entre Ministérios e Secretarias no combate à criminalidade, com foco na prevenção. Foram repassados mais de R\$ 260 milhões para as pastas de Educação, Ciência e Tecnologia, Saúde, Esporte, e Trabalho e Emprego. O objetivo é que esse dinheiro sirva para tirar os jovens das ruas e levá-los aos projetos sociais já existentes no governo federal.

O público-alvo do programa são jovens de 15 a 24 anos que estão à beira da criminalidade ou em conflito com a lei, jovens presos e egressos do sistema prisional. Também, o Pronasci investe em diversas ações para fortalecimento e valorização dos profissionais de segurança pública.

O Pronasci contemplou uma nova relação federativa: União, estados e municípios atuam juntos na questão da segurança pública, enfatizando o caráter preventivo da atuação municipal. Hoje já são 18 estados e 84 municípios integrantes do Programa.

Para dar sustentabilidade ao Pronasci, foram criados os Gabinetes de Gestão Integrada Municipais (GGIM): 73 prefeituras já publicaram lei municipal que institui o gabinete.

Os municípios têm uma nova atuação na questão e passam a implantar os projetos preventivos para conter a criminalidade e promover o território de paz. A inovação está presente também na entrega de projetos: a prefeitura pode apresentar um projeto diretamente à União, sem a intermediação do estado. O pedido é analisado pelo Ministério da Justiça e, se aprovado, os recursos serão liberados.

A União deixa de ser mera financiadora de projetos e passa a ser indutora de uma política de segurança pública para o país. O ministro da Justiça, Tarso Genro, é enfático quando conceitua o Pronasci como um programa suprapartidário: “O Pronasci é independente de suas distinções partidárias e ideológicas, assim como deve ser uma boa política de estado”.

O programa brasileiro foi incluído, este ano, na “Declaração de Genebra sobre Violência Armada e Desenvolvimento” como modelo de programa na área de segurança pública. O Pronasci foi considerado exemplo de ruptura dos paradigmas de segurança pública costumeiros. A “Declaração de Genebra”, como ficou conhecido o documento firmado em 2006, por representantes de 42 países reunidos em Genebra, na Suíça, para discutir, pela primeira vez, os impactos da violência armada sobre o desenvolvimento e as graves conseqüências para as sociedades afetadas. Hoje, o documento já conta com a adesão de 50 nações, incluído o Brasil.

Conheça algumas ações do Pronasci:

**Força Nacional** - Um dos principais instrumentos de repressão à criminalidade é a Força Nacional de Segurança Pública, grupo de elite formado pelos melhores policiais militares e bombeiros militares do país. A tropa atua em conjunto com as forças de segurança estaduais nas regiões mais problemáticas abrangidas pelo Pronasci.

**Presídios** – Serão construídos presídios especiais para jovens adultos de 18 a 24 anos e para mulheres nos estados do Pará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e o Distrito Federal. Essas penitenciárias estão voltadas para a ressocialização dos detentos. O objetivo é construir penitenciárias com unidades de saúde e educação. As instituições serão adaptadas para implementar programas profissionalizantes e educacionais como o Pintando a Liberdade, Pintando a Cidadania, Brasil Alfabetizado e cursos preparatórios para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

**Bolsa Formação** - Na área de valorização policial, o Pronasci apresenta recordes. Nos cursos de educação a distância estudam atualmente 130 mil alunos. Nos de especialização, oferecidos por 66 instituições de ensino superior, são mais de 2.500



alunos. São profissionais de segurança pública que participam de uma nova formação, mais focada na inteligência, com temas que vão de Técnicas de armamentos não-letais e Uso progressivo da força a Gerenciamento de risco, Direitos Humanos e Técnica forense.

**Plano Habitacional** - O plano habitacional para profissionais de segurança pública, em parceria com a Caixa Econômica Federal, disponibilizará mais de 19 mil unidades populares para os servidores e oferecerá também cartas de crédito com juros facilitados de até R\$ 50 mil.

**Mulheres da Paz** - Será oferecida uma bolsa de R\$ 190 para as lideranças femininas das comunidades atendidas que queiram se engajar no Programa. Elas serão capacitadas em temas como ética, direitos humanos e cidadania e terão a incumbência de identificar os jovens com os quais o Pronasci irá trabalhar.

**[pronasci@mj.gov.br](mailto:pronasci@mj.gov.br)**

**[www.mj.gov.br/pronasci](http://www.mj.gov.br/pronasci)**

# Conferência reúne governo e sociedade para debater segurança pública

Em agosto de 2009, o país vai presenciar um dos momentos mais participativos de sua história, quando será aberta oficialmente, em Brasília, a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (Conseg). Essa será a primeira vez que a sociedade brasileira vai poder opinar sobre um novo modelo de segurança pública para o Brasil. Dentre os diversos direitos sociais previstos na Constituição, a segurança pública é o único que ainda não possui um sistema de participação consolidado. Ao mesmo tempo, é tema central na vida da sociedade brasileira.

Assim como os movimentos políticos de intensa participação popular, como o “Diretas Já” e o “Impeachment”, que ajudaram a consolidar a democracia, a 1ª Conseg também pretende ser um marco na história do Brasil, no esforço de construir um novo modelo de segurança pública, que teve início com a estruturação do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), em 2003, e do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), em 2007.

A proposta da Conferência é reunir à mesma mesa governo federal, gestores e trabalhadores da segurança pública e a sociedade civil organizada, com um único propósito: efetivar a segurança como direito fundamental, ao encontrar caminhos para a construção de um modelo que privilegie a cidadania, valorize mais o trabalhador do setor e garanta a participação da sociedade civil organizada na formulação de políticas de segurança pública. O Ministério da Justiça, responsável pela iniciativa de convocação da conferência, pretende consolidar, também, mecanismos de participação social na gestão das políticas públicas de segurança.

O diálogo é a base das decisões da 1ª Conseg, pois será supra e pluripartidária, como explicou o ministro da Justiça, Tarso Genro. Para ele, o evento chama todos os governos, todas as representações da sociedade, “para responder a uma questão-chave: como

nós podemos estabelecer um ciclo virtuoso de integração para a produção de políticas públicas nacionais efetivas”.

Qualquer cidadão pode participar da Conferência. Entretanto, a mobilização do evento priorizará aqueles segmentos que se relacionam diretamente com a área de Segurança Pública (trabalhadores, gestores, sociedade civil, integrantes dos poderes Judiciário e Legislativo). As respectivas representações desses segmentos foram mobilizadas para colaborar com a Conferência por meio de participação nas instâncias nacionais (Comissão Organizadora Nacional e Fórum Preparatório), da integração nas comissões organizadoras estaduais e municipais ou da promoção de conferências e debates sobre os temas propostos.

A Conferência está estruturada em etapas deliberativas, com encontros municipais (março a maio), estaduais (junho e julho) e nacional (agosto), além de conferências livres e consultas a públicos específicos. Além disso, estão previstas oficinas em todos os estados, festivais culturais, ciclos de debates e concursos de monografias e publicações.

Durante a 1ª Conseg, serão discutidos temas como cidadania, participação popular, prevenção e repressão ao crime, entre outros. A expectativa é reunir mais de dois mil representantes de todo o Brasil, eleitos nas etapas municipais e estaduais.

Para o secretário Nacional de Segurança Pública, Ricardo Balestreri, essa é uma oportunidade de aprofundar o debate sobre o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), lançado há um ano pelo governo federal. “É preciso que, como consequência do Pronasci, a discussão se alastre pelo conjunto da sociedade brasileira”, disse.

Serão sete os principais eixos de discussão da conferência: Gestão Democrática: Controle Social e Externo, Integração e Federalismo; Financiamento e Gestão da Política Pública de Segurança; Valorização Profissional e Otimização das Condições de Trabalho; Repressão Qualificada da Criminalidade; Prevenção Social do Crime e das Violências e Construção da Paz; Diretrizes para o Sistema Penitenciário e Diretrizes para o Sistema de Prevenção, Atendimentos Emergenciais e Acidentes.

Mais informações sobre a Conferência, você obtém na página do Ministério da Justiça na Internet: <http://www.mj.gov.br/conferencia>. Para entrar em contato com a Secretaria Executiva, o e-mail é [conferencia@mj.gov.br](mailto:conferencia@mj.gov.br).

## **Conferências nacionais e participação social**

Com a Constituição de 1988, teve início no Brasil um intenso processo democrático de abertura do Estado e participação da sociedade, o que trouxe mais eficiência e transparência à administração pública. Conselhos, conferências e comitês gestores foram criados e permitiram a população atuar na formulação, execução e fiscalização das políticas públicas.

Desde 2003, foram realizadas no Brasil cerca de 50 conferências nacionais (como a de Saúde, Meio Ambiente, Juventude, Cidades, Direitos Humanos), com a participação de 4,5 milhões de pessoas. Também foram criados 19 novos conselhos e reformulados outros nove já existentes.

No Ministério da Justiça, o processo da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública teve início em janeiro de 2008, quando foi instituído um grupo interno de trabalho para elaborar o pré-projeto da 1ª. Conseg, com base nas experiências de participação social das conferências ocorridas.

## **Acompanhe os passos da 1ª Conseg**

### ***1. Etapas municipais***

Reconhecendo o papel das cidades no aperfeiçoamento da segurança pública no Brasil, a 1ª Conseg promoverá, entre abril e maio de 2009, as etapas municipais em todas as regiões do país. A proposta facilita a participação das comunidades no processo de composição da 1ª Conseg e abre espaço para os municípios apresentarem contribuições no processo de elaboração de uma nova política nacional de segurança pública. O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), lançado em agosto de 2007 pelo governo federal, identifica nos municípios a vocação de desenvolver estratégias preventivas que combinem, a partir de diagnósticos locais, a atuação das guardas municipais com ações sociais e urbanas.

### ***2. Etapas estaduais***

Parte da fase preparatória da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, as etapas estaduais serão realizadas entre junho e julho de 2009, em todas as 27 unidades da Federação. Nesse período, serão eleitos os representantes dos Estados que estarão em Brasília, em agosto de 2009, e definidas propostas regionais que integrarão a pauta da 1ª Conseg. Essas sugestões poderão ser aprovadas e integradas às deliberações.

### ***3. Comissões organizadoras estaduais***

Definidas por meio de decretos de convocação assinados pelos governadores dos Estados, as comissões organizadoras estaduais (COEs) são responsáveis pela coordenação das etapas estaduais, que ocorrerão em todos os Estados e no DF entre junho e julho de 2009. A exemplo da Comissão Organizadora Nacional (CON), essas comissões são compostas por diferentes segmentos da segurança pública e da sociedade civil organizada: gestores e profissionais de segurança pública, organizações não governamentais, representantes dos três poderes. Orientadas pela CON, as COEs prepararão os relatórios finais das etapas estaduais que serão encaminhados à 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública.

#### **4. Projetos especiais**

Estratégia de mobilização de setores da sociedade com potencial de envolvimento ativo no debate sobre os rumos da segurança pública no Brasil, os Projetos Especiais dividem-se em quatro modalidades, em nível nacional: **concurso de monografia, festival de música, mostra de cinema e conferências nas escolas**. Programados para ocorrer ao longo da preparação da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, os Projetos Especiais ampliam o espaço de participação da sociedade nas discussões e proposições de subsídios para o encontro nacional, em Brasília. O objetivo é incorporar universidades, escolas públicas e comunidades no processo de composição de uma nova política de segurança pública para o país.

#### **Como participar da 1ª. Conseg?**

Para participar, os interessados precisam acessar e ler o texto-base da Conferência (documento orientador dos debates) e integrar-se às (uma ou mais) etapas que integram o processo da 1ª. Conseg: **Conferências Municipais, Conferências Estaduais, Conferências Livres, Seminários Temáticos, Projetos Especiais** ou Conferência Virtual.

Essas etapas têm características diferentes entre si e estão divididas em eletivas e não eletivas. Enquanto as primeiras elegem representantes para a Etapa Nacional, as outras encaminham contribuições para debate. A forma mais simples de participar é realizar uma Conferência Livre no seu bairro, rua, vila, comunidade, escola, organização e em qualquer outro local que desejar.

Confira o Manual Orientador com as dicas e informações sobre como organizar uma Conferência Livre no portal da Conseg na Internet.

#### **O que será discutido na 1ª. Conseg?**

Os debates da Conferência Nacional de Segurança Pública terão como ponto de partida o texto-base, e os participantes poderão apresentar propostas no formato de “princípios” e “diretrizes”.

Confira o Manual Metodológico com os detalhes desse processo no portal da Conseg na Internet (<http://www.mj.gov.br/conferencia>).

## DECLARAÇÃO DE GENEBRA

# A Declaração de Genebra sobre violência armada e desenvolvimento

A Declaração de Genebra sobre Violência Armada e Desenvolvimento é uma iniciativa do governo da Suíça com o objetivo de se chegar a uma resolução na Assembléia Geral das Nações Unidas sobre o tema até o final de 2008, e de definir metas de segurança para o desenvolvimento, já que nas oito metas do milênio definidas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), um tema tão importante como segurança, ficou de fora<sup>1</sup>. É o primeiro documento internacional relevante que combina políticas de desenvolvimento com políticas de redução da violência armada.

No final de abril de 2007, ocorreu na Cidade da Guatemala a primeira consulta regional aos países da América Latina e Caribe da Declaração de Genebra sobre Violência Armada e Desenvolvimento.

O Brasil, que assinou a declaração juntamente com outros 42 países em junho de 2006, esteve representado na reunião através de sua chancelaria e da ONG Viva Rio.

A região da América Latina e Caribe, foi estrategicamente escolhida para sediar a primeira consulta regional sobre a Declaração. O motivo é simples: é a região do mundo mais afetada pela violência armada. 42% dos homicídios por arma de fogo acontecem em nossa região. Duas outras consultas regionais serão organizadas na África e na Ásia, para conseguir mais signatários para a Declaração.

Para o Brasil, apoiar a declaração e seus desdobramentos faz todo sentido. O Brasil perde cerca de 50 mil brasileiros por ano, vítimas de homicídio. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), as perdas econômicas para o país com a violência são de mais de R\$ 90 bilhões por ano. A maior concentração da violência ocorre nas periferias das grandes cidades, locais de enorme desagregação social, sobretudo em função da ausência de políticas públicas consistentes para essas regiões. Apesar da

<sup>1</sup> Mais informação em: <http://www.geneva.declaration.org/>

queda em 8% das taxas de mortes por arma de fogo no país desde 2004, após a implementação do Estatuto do Desarmamento, a nova lei federal de controle de armas, o Brasil continua sendo o campeão mundial em números absolutos de mortes por arma de fogo. Portanto, a necessidade de se consolidar uma agenda nacional para o controle, redução e prevenção da violência armada, com o enfoque em políticas de segurança bem integradas com ações de desenvolvimento é clara e urgente.

O Brasil participa do núcleo de países que impulsionarão a Declaração de Genebra no mundo. Hoje este grupo é composto por 12 países, incluindo a Suíça, Reino Unido, Noruega, Holanda, Quênia, Guatemala, entre outros. Certamente, a entrada do Brasil neste núcleo é uma importante demonstração da prioridade já declarada pelo Governo Federal ao enfrentamento do tema em questão e está em linha com a proposta do novo Plano Nacional de Segurança Pública com Cidadania do Ministério da Justiça, o PRONASCI. A iniciativa da Declaração de Genebra, tão importante, precisa de reforço no Hemisfério Sul, e o Brasil têm todas as razões para contribuir com o seu peso específico.

A Declaração de Genebra sobre Violência Armada e Desenvolvimento recebeu um forte estímulo em setembro, quando representantes de alto nível de 85 dos 94 Estados signatários reuniram-se em Genebra para uma Cúpula de Revisão. Junto com os ministros de Relações Exteriores e do Desenvolvimento e outras autoridades, estavam representantes de 16 organizações internacionais e de 35 ONGs do mundo inteiro.

Tratou-se de uma reunião cujo objetivo principal foi avaliar o progresso alcançado para atingir as metas da Declaração de Genebra e fazer com que os Estados reafirmem seu compromisso com essas metas, das quais a principal é atingir reduções mensuráveis do fardo representado, em nível mundial, pela violência armada até 2015, quando os Objetivos do Milênio para o Desenvolvimento deverão ser atingidos.

### **Ilona Szabó de Carvalho**

Comissão Latino-Americana sobre Drogas e Democracia / Instituto Synergos



**PORTAIS**

## Portal Comunidade Segura

Lançado em agosto de 2006, o portal Comunidade Segura ([www.comunidadessegura.org](http://www.comunidadessegura.org)) é um website especializado em Segurança Humana e temas relacionados, que tem a promoção dos direitos humanos como diretriz e como focos centrais ações e políticas públicas de segurança cidadã, prevenção da violência armada e do envolvimento de jovens em violência, e a construção de uma cultura de paz.

O Comunidade Segura propõe um novo modelo de mídia especializada a partir da soma de esforços de profissionais de diferentes setores da sociedade com um objetivo comum: a construção da paz através de ações concretas de curto, médio e longo prazos.

O conteúdo do portal é mantido por uma equipe de jornalistas e especialistas no tema, vinculados ao Programa de Segurança Humana do Viva Rio e às instituições parceiras do projeto.

Com uma taxa de visitas mensais em torno de 60 mil, o portal tem versões em português, espanhol, inglês e francês, sendo considerado uma referência em termos de conteúdo relacionado à segurança humana na América Latina e Caribe.

O portal Comunidade Segura tem como objetivos difundir o conhecimento sobre segurança humana; divulgar metodologias bem sucedidas; promover o intercâmbio de idéias e práticas; aproximar e promover o diálogo entre atores de diferentes grupos como policiais, pesquisadores, jornalistas, sociedade civil organizada, gestores e legisladores; e influenciar as agendas locais e regionais sobre o tema.

O conteúdo produzido pela equipe do portal tem cobertura internacional com destaque para o jornalismo científico; jornalismo investigativo; jornalismo educativo; artigos produzidos por especialistas da área e entrevistas exclusivas.

A Biblioteca Virtual em Segurança Pública e Direitos Humanos tem versões em português e em espanhol e mais de 1.500 documentos cadastrados. Fruto de um projeto da parceria entre a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), União Européia e o Viva Rio, a biblioteca sistematiza a produção no campo da Segurança Pública e Direitos





Humanos, organizando o conhecimento acumulado em uma base de dados de fácil acesso e manipulação.

O portal oferece também ferramentas interativas como sala de chat, fóruns de discussão e agenda de eventos que facilitam a discussão e a troca de conhecimento. Foi dentro do portal que se consolidou, por exemplo, a Rede Latino-americana de Policiais e Sociedade Civil ([blog.comunidadessegura.org/policiaesociedade/](http://blog.comunidadessegura.org/policiaesociedade/)), um espaço de promoção de intercâmbios entre atores latino-americanos da área de segurança pública.

O portal também possui um sistema de envio de informativos periódicos especializados no tema da segurança humana. São seis boletins distribuídos para mais de 25 mil leitores espalhados pelo mundo. Reportagens sobre segurança pública, produções acadêmicas, artigos sobre controle de armas, boas práticas e reportagens são veiculadas nos boletins InterCÂMBIO, Busca Avançada, En la Mira, Haïti Ici e nas newsletters mensais do portal.

Entre no portal, cadastre-se e compartilhe sua experiência com os mais de três mil usuários cadastrados. Informe-se: são mais de mil mil páginas de conteúdo incluindo reportagens, artigos e entrevistas, além dos dossiês, manuais, comunidades, redes e blogs associados.

**Shelley de Botton**

*Viva Rio*

# Viva Favela

No ar desde julho de 2001, o Viva Favela é uma ponte virtual entre os residentes de comunidades de baixa renda e outros segmentos da sociedade. Faltava às favelas do Rio - que abrigam uma parcela significativa da população (mais de 1,1 milhão de pessoas) - um canal de expressão. Ao abrir esse canal e resgatar uma realidade urbana praticamente desconhecida o site é um dos maiores veículos de produção de conteúdo e comunicação em rede voltado para atender os interesses e necessidades dos produtores de cultura, arte e informação das favelas e periferias. O Viva Favela criou um ambiente digital capaz de dar expressão à imensa criação popular das comunidades menos favorecidas.

O Viva Favela ([www.vivafavela.com.br](http://www.vivafavela.com.br)) é um projeto inovador. Realizado pela ONG Viva Rio tem como meta a inclusão digital, a democratização da informação e a redução da desigualdade social além de incentivar o crescimento de uma cultura de paz. Com uma cobertura jornalística diferenciada da mídia convencional - que tende a priorizar temas ligados à violência -, o Viva Favela tornou-se fonte inspiradora de pautas para jornais, revistas e emissoras de TV. Também é procurado com frequência por jornalistas em busca de contatos e informações sobre favelas. O Viva Favela tornou-se referência também para produtores de conhecimento no mundo todo, como pesquisadores e acadêmicos.

O portal ao longo desses sete anos conquistou a credibilidade de diferentes segmentos da sociedade brasileira e internacional, através de informações relevantes e exclusivas. O Viva Favela tem como meta preservar a história dessas comunidades, relatando o seu cotidiano pelos profissionais, colaboradores e correspondentes que convivem e conhecem de perto esse universo.

[www.vivafavela.com.br](http://www.vivafavela.com.br)

## REDE DESARMA BRASIL



Desde 2003, com a aprovação de uma nova lei de controle de armas, o Estatuto do Desarmamento, organizações sociais de todo o Brasil passaram a trabalhar para maior conscientização da população sobre o tema. Após a aprovação da lei - reconhecendo o enorme desafio de implementar a nova campanha de recolhimento de armas em 27 Estados - ONGs locais começaram a se organizar em comitês pelo desarmamento e concentraram esforços para aumentar o número de postos de coleta por meio do recebimento de armas em igrejas e centros comunitários e disseminar a campanha para os vários públicos. Por mais de uma década, durante a aprovação do Estatuto do Desarmamento, a campanha de recolhimento de armas e o referendo popular, estas organizações sociais têm desenvolvido um papel primordial na consolidação do desarmamento no Brasil.

Em 2005, percebendo a necessidade de fortalecer e aproximar os comitês estaduais, o primeiro de quatro encontros foi realizado resultando na formalização da Rede Desarma Brasil ([www.deolhonoestatuto.org.br](http://www.deolhonoestatuto.org.br)). Atualmente, a Rede tem por objetivo consolidar o Estatuto do Desarmamento, informando à sociedade o seu conteúdo, fiscalizando e influenciando o processo da sua implementação. Pretende, ainda, ampliar o seu foco de atuação e trabalhar com outros temas referentes à segurança pública e à promoção da Cultura de Paz. A idéia é que se crie um grupo forte da sociedade civil brasileira que possa pautar a agenda nacional e o debate nas diversas regiões do país.

Nos dias 26, 27 e 28 de maio foi realizado o IV Encontro da Rede Desarma Brasil em Brasília com a participação de cerca de 50 pessoas – representando entidades de quase todos os Estados do Brasil – além de membros da Polícia Federal, da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e do Congresso Nacional. O objetivo do Seminário era o de discutir a nova Campanha de Entrega Voluntária de Armas, prevista na Medida Provisória que versa sobre o cadastramento de armas, assim como harmonizar e fortalecer a atuação da rede em todos os estados.

Mais informações sobre a Rede podem ser encontradas no site *De Olho no Estatuto do Desarmamento* (<http://www.deolhonoestatuto.org.br/>), que é uma espécie de observatório da lei, atualizado e divulgado por todas as organizações parceiras. Para informações sobre como participar das ações da Rede Desarma Brasil entre em contato com Heather Sutton ([heather@soudapaz.org](mailto:heather@soudapaz.org)).

## Rede Desarma Brasil (1)

	Estado	Instituição	Contato	
Região Norte	Amazonas	Comitê Amazonense pelo Desarmamento	Mário Lúcio	
		Serviço Interfranciscano de Justiça, Paz e Ecologia - Sinfrajupe	Frei Everton Lopes	
		Comitê Virtual dos Escoteiros pelo Desarmamento	Altamiro Vilhena	
	Pará	Comissão de Justiça e Paz - Igreja Católica	Irmã Henriqueta	
	Acre	Arquidiocese do Rio Branco	Irmã Gracita	
		Gabinete da Deputada Federal Perpétua Almeida	Alan Bueno	
		Comitê Acre sem Armas	Samuel Evangelista	
	Amapá	Caritas - Movimento Justiça e Paz - Diocese do Amapá	Marinete Pires	
	Tocantins	Movimento pela Paz	Tânia Maria Ribeiro Cavalcanti	
	Maranhão	União Estadual dos Estudantes - Comitê Maranhense de Desarmamento	Milena Oliveira	
Rondônia	Polícia Federal	João Bosco		
	Comissão Brasileira de Justiça e Paz	Estrela Dalva		
Região Nordeste	Ceará	Instituto Gaia	Paulo Borges	
		Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza	Duda Quadros	
		Rede Gandhi	Neusa Goya	
	Bahia	Fórum Comunitário de Combate à Violência	Maria Luísa Castro Almeida Bice	
		Movimento Estado de Paz	Suzana Varzão	
		Comissão de Direitos Humanos (verificar)	Isidoro Orge Rodriguez	
	Paraíba	MOVPAZ		Almir Laureano José Cláudio Júnior
			Associação Brasileira de Divulgadores do Espiritismo (ABRADE)	Marcelo Firmino
		Arquidiocese da Paraíba – Movimento Humanidade Nova – PB	Júlio Américo Pinto Neto	
		Igreja Maçon	Francisco Nunes de Almeida	
Movimento Humanidade Nova		Maria Azimar Fernandes e Silva		
Companheiros das Américas		Maria José S. B. de Menezes		
Alagoas	MOVPAZ	André Paiva Carnaúba		
Piauí	MOVPAZ	Clóvis de Souza Nunes		
Sergipe	Comitê Itinerante de Sergipe em Defesa da Vida	Marcos dos Anjos		
Pernambuco	Brasil sem Armas (trabalha no Sebrae)	Murilo Cavalcanti		
	Visão Mundial	Carlos Bonfá		
	PE Body Count	João Valadares		
	Delegados pela Cidadania - Fórum Brasileiro - Pernambuco	Ademir Soares de Oliveira		
Rio Grande do Norte	Universidade Federal do Rio Grande do Norte/ Unipaz	Maria de Fátima Tavares		
	Frente Evangélica	Leandro Amme		

<b>E-mail</b>	<b>Telefone</b>
oca-ong@hotmail.com/ mariolucio15@bol.com.br	92 - 3633-8721/ 92 9617-8291
sinfrajupe_manaus@yahoo.com.br	92-9631-9549
vilhenabr@gmail.com	92 3633-8721
cjpn2@cnbbn2.org.br / mariehenriqueta@hotmail.com	91 9942-0343/ 3246-8666/ 3266-0055
gracitagracamolli@yahoo.com.br	68 8111-1585/ 3226-3777
alan.bueno@camara.gov.br/ alan.bueno@hotmail.com	61 9224-0254/ 3215-5625
acresemarmas@uol.com.br	68-9971-1893
marinetepires@hotmail.com	96 9961-3227
tianamr@seduc.to.gov.br	(63) 3218-1467/1434 /8407-1233/ 3218-1392
milena4929@hotmail.com, milena4929@yahoo.com.br	98-9965-4929
joao.jbc@dpf.gov.br	69 3229-5334/ 9984-2006
estrelaamoedo@yahoo.com.br	69 9973-2621
institutogaia@gmail.com	85 9981-8071
dudaquadros@hotmail.com	85 9909-9165
neusagoya@baydenet.com.br	85 8892-4198
almeidaml@click21.com.br	71 3247-7101/ 71 9984-4477
fccv@ufba.br	
suzanav@atarde.com.br	71 3353-5266
isidoroorge@yahoo.com.br	71 3242-0094
almirlaureano@yahoo.com.br	83 8880-3980/ 9929-9913
claudiojr@cadastralsurvey.com.br	83 9311-2661 /8861-2703
marcelof@jpa.neoline.com.br	83 9984-5482
julioamerico@gmail.com	83 3226-2261/ 8824-8088
francisco.nunespb@terra.com.br	83-9921-2340
mariasilvaaz@sec.pb.gov.br	83-9928-1262
menezesprof@bol.com.br	83 9984-7582
aloniversal@bol.com.br	82 8832-4147/ 9973-9282 Estela (esposa)
pazpelapaz1@yahoo.com.br	75 9129-2270
marcoanjos@bol.com.br/ marcosanjos_sergipe@hotmail.com	79 3215-2125/ 8802-6534
murilocavalcanti@uol.com.br	81 9975-1975/ 3442-1154
carlosbonfa@yahoo.com.br	81 3081-5658
joao@pebodycount.com.br/ jotavaladares@gmail.com	81 8834-1205
adesolive@bol.com.br	81 9962-7762
f.tavares@digi.com.br	(84) 3217-6560/ 9999-9597
leandro_amme@yahoo.com.br	84 3232-1197 / 84 9902-8927/ 3201-9477

## Rede Desarma Brasil (2)

	Estado	Instituição	Contato	
Região Centro-oeste	Distrito Federal	CUFA (Central Único de Favelas)	Max Cavalcanti	
		CONVIVE	Valéria Velasco	
			Francisco Régis	
		Comissão Direitos Humanos do Senado	Cristina Leonardo	
		CONIC	Padre Grabele Cipriani	
			Luciana Holanda	
		Caixa Seguros	Cilma Azevedo	
		Comissão Brasileira de Justiça e Paz/ CNBB	Daniel Seidel	
			Carlos Moura	
			Gilberto Sousa	
	União dos Escoteiros do Brasil	Carmem Barreira		
		Carolina Torres		
	Amigos da Paz	Everardo Aguiar		
Iniciativa das Religiões UNIDAS (URI) Brasília & União Planetária	Elianildo Nascimento			
Goiás	Ong Educadores para a Paz	Pe. Marcelo Rezende Guimarães		
	Comissão de Direitos Humanos - OAB	Paulo Gonçalves		
Mato Grosso	Coordenadoria da Polícia Comunitária da Secretaria de Justiça e Segurança Pública	Vilma Lucas Barbosa		
		Tenente Coronel Alves de Almeida Castro		
Região Sudeste	Espírito Santo	Coordenadoria de Segurança Urbana e Guarda Municipal de Vitória	Patrícia Henzell	
		Movimento Paz	Eraldo Junior	
		Cáritas Arquidiocesana de Vitória	Ana Paula Mercier Serejo	
	Minas Gerais	Acodes - Agência de Desenvolvimento e Cooperação Social	Serguem Jessui	
			Manuel Fernando	
		Igreja Metodista	Sônia Rosa Faria	
	Rio de Janeiro	Viva Rio	André Porto	
			Rangel	
			Shelley de Botton	
			Marina Motta	
			Associação dos Parentes das Vítimas de Vigário Geral	Iracilda Toledo – Pres. da Associação
			Ong Dias Melhores	Beatrice Allevalo
			Rio de Paz	Antônio Carlos Costa (Presidente)
	Fábio Gil (Marketing e Comunicação)			
São Paulo	Instituto Sou da Paz	Denis Mizne		
		Heather Sutton		
		Erica Ribeiro		

<b>E-mail</b>	<b>Telefone</b>
max.cufadf@gmail.com	61 9949-4995
valeria.velasco@convive.org.br	61 3340-2443 / 61 8127-4661
regis@regisimagem.com.br	61 9975-1047
crisanto@senado.gov.br	61 9249-5600 / 61 3311-1174
conic.gabrieli@terra.com.br	61 3321-4034
conic.brasil.adm@terra.com.br	61 3321-4034
cazevedo@caixaseguros.com.br	61 2192-2366/ 3328-4500
seidel.daniel@gmail.com	61-3323-8713
carlosmoura2005@yahoo.com.br	61 3323-8713
cbjp@cbjp.org.br , gilbertocsousa@uol.com.br	61-3323-8713/ 99091775
cbarreira@fazenda.df.gov.br	61 9971-1958
carolina.t.s@globo.com	61-9618-3424
everardoaguiar@yahoo.com.br	61 9558-3207
elianildonascimento@yahoo.com.br	61 3340-4095
marcelo@educapaz.org.br	62 3371-1856
paugon@cultura.com.br	62 3238-2000/ fax 3238-2054
vilmabarbosa@seguranca.mt.gov.br	65 3613-5554/ 8117-9552
	65 3613-5554
valparaiso@terra.com.br	27 8816 9295 / 27 3314-5156 ou 5244
e.junior@paz-es.org.br	27 8126-7752
anapcaritas@terra.com.br	27 3228-2934/ 9989-7447
serguem.jessui@uol.com.br	31 8681-1411
luf.mfernando@hotmail.com	
soniametodista@yahoo.com.br	31 8862-8804/ 31 8804-3683/ 31 3214-0488
andre@vivario.org.br	21 2555-3766/ 9977-0167
rangel@vivario.org.br	21 2555-3769
shelley@vivario.org.br, shelleydebotton@gmail.com	21 2555-3750 / 8875-4769
marinamotta@vivario.org.br	21 2555-3750/ 9181-3250
iracildatoledo@bol.com.br	21 9197-2203
cbddc@compuland.com.br	21 9961-1928
antonio@riodepaz.org	21 2618-9034
fabio@riodepaz.org.br	21 3684-2243/ 9873-2070
denis@soudapaz.org	11 3812-1333
heather@soudapaz.org	11 3812-1333
erica@soudapaz.org	11 3812-1333

### Rede Desarma Brasil (3)

	Estado	Instituição	Contato
Região Sudeste	São Paulo	Conectas Direitos Humanos	André Degenszanj
		Guarda Civil Metropolitana	Inspetor Sorrentino
		Comissão Municipal de Direitos Humanos	Davidson Chagas
			Dra. Célia Whitaker
		URI - Campinas	Raticliff Bravieira
		CONIC	Pastor Stanley
		URI	Reverendo Elias
		Secretaria do Verde e do Meio Ambiente	Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho
		Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz - UMAPAZ	Rose Marie Inojosa
		União dos Escoteiros do Brasil	Priscila Costa
Região Sul	Paraná	Londrina Pazeando	Luiz Cláudio Galhardi
		Iddeha	José Luis Ventura Leal
	Santa Catarina	Nação Hip-Hop	Cláudio Rio
			Jupira Dias da Silva
		Frente Catarinense pelo Desarmamento	Paulo Eccel
	Rio Grande do Sul	GUAYÍ Democracia, Participação e Solidariedade	Coronel Luis Antônio Brenner Guimarães
		Campanha Brasileira contra as Minas Terrestres	Gustavo Vieira
		Rede Teia	Nicollas Romero
		Ong Educadores para a Paz	Sônia
		SerPaz	Juscelino dos Santos
	Allan Krahn		
	Aline L. Cardoso		



<b>E-mail</b>	<b>Telefone</b>
andre@conectas.org	11-3884-7440
msorrentino@prefeitura.sp.gov.br	11 3262-1796/ 9985 5240
dchagas@prefeitura.sp.gov.br	11 3107-5645
cwhitaker@prefeitura.sp.gov.br	11 3106-0030
raticliff@yahoo.com.br	19-3272-0645/ 9175-3205
stanley_moraes@metodista.org.br	11 3885-5191/ 11 8335-9042
rev_elias@yahoo.com.br	11-8538-5700
eduardojorge@prefeitura.sp.gov.br	
rinojosa@prefeitura.sp.gov.br	11 9267-6239
pripri.costa@gmail.com	11 7398-6060
paz@londrinapazeando.org.br	43 9996-1283
joseluis@iddeha.org.br	41- 3363-3103 / 41-9987-1348
rioprod@terra.com.br	48 9992-9209/ 48 3259-2420
jukinha13@gmail.com	48 8821-8446/ 3237-2886
pauloeccel@terra.com.br	47 9989-0172
brennerguimaraes@yahoo.com.br	51 9645-3236 / 51 3212-7178
gvieira7@terra.com.br	51 8111-4309
nicorgs@yahoo.com.br	51 9141-4751
educadores@educapaz.org.br	
jsantoslima@hotmail.com, serpaz@serpaz.org.br	51 8501- 0001
malkra@est.edu.br	51 3592-6106
serpaz@serpaz.org.br	51 3566-1496



EM TODAS AS NOSSAS DELIBERAÇÕES,  
NÓS DEVEMOS CONSIDERAR O IMPACTO DE  
NOSSAS DECISÕES NAS PRÓXIMAS SETE GERAÇÕES.

*Sabedoria do povo indígena Iroquois*

**A CARAVANA 2008 E  
ESSA CARTILHA SÃO DEDICADAS  
ÀS FUTURAS GERAÇÕES.**